N° 01665

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES À:

FUEL - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE EST. DE LONDRINA
"1978"

PT1030a.124

Fundação Universidade Estadual de Londrina
(Reconhecida pelo Decreto Federal N.o 69.324 de 7 / 10 / 71)
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

INFORMAÇÃO nº 080/78 - ASI/FUEL

Confidencial

DATA: 10.07.78
ASSUNTO: II ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA DO PARANÁ
ORIGEM: ASI/FUEL
REFERÊNCIA: .x.x.x.x
DIFUSÃO ANTERIOR: não houve--
ANEXOS: 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18 e 19-
DIFUSÃO: DPF/LDN/PR - DSI/SSP/PR -

1.

Realizou-se no período de 03 a05 de julho do corrente o II ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA, na Universidade Estadual de Londrina.

1.1

O Encontro obedeceu a seguinte programação (anexo 01).

D.O.P.S.
PROTOCOLO
N.º 1279/78
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

1.2

A imprensa através do Jornal Folha de Londrina ' deu amplo destaque ao evento, principalmente no que se referia a assuntos políticos (liberdades democráticas e direitos humanos) (anexo 02).

1.3

No dia 03 realizou-se o inicio do Encontro, com um pronunciamento político do Secretário da Agricultura do Paraná, Engenheiro Agrônomo Paulo Carneiro Ribeiro, o qual se referiu a uma ação pública que lhe foi movida pelo Governo em virtude do desaparecimento da carga de café de 03 navios que sairam do Rio de Janeiro com destino a países da Europa.

Na época Paulo Carneiro era diretor de produção' do IBC.

Durante a sua palestra enfatizou que também foi "vítima do arbitrio" do atual sistema político e conclamou os Agrônomos a discutirem"sem nenhuma restrição os temas do Encontro, que abragiam desde sistema fundiário, política de crédito, desequilíbrio ecológico e problemas da classe até a democratização e os direitos humanos no País". Seu pronunciamemtno foi amplamente divulgado, principalmente entre a ala esquerdista ' infiltrada no Congresso. (anexo 03)

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099, Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

1.4

A programação do dia 03 foi encerrada com a palestra do Engenheiro Agrônomo CARLOS LORENA o qual dis

Confidencial

"segue"

correu sobre o tema "A ESTRUTURA FUNDIÁRIA COMO ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO".

Durante seu pronunciamento referiu-se ao projeto Jarí, o qual é um mal para o Brasil e recria um modelo do passado à medida em que "centenas milhares de Hectares se concentram na mão de um só proprietário.

Abordou também aspectos de latifunfio e desemprego.

Sua palestra mereceu amplos aplausos da platéia e teve destaque na Folha de Londrina (anexo 04), com o título "Como no tempo das capitanias heriditárias".

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

2.

2.1

No dia 04 por volta das 10:00 horas ocorreu palestra do Agrônomo WALTER LAZZARINI FILHO, Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo o qual abordou o tema " POLÍTICA PROFISSIONAL" as lutas e as reivindicações dos profissionais, dando ênfase porém na defesa dos interesses comunitários. Manifestou-se também contra o projeto de construção do Aeroporto Metropolitano em Caucaia do Alto, isto, porque explicou a lei permite a derrubada da mata desde que o motivo seja de carater social. E a decisão fica a cargo do Presidente do IBDF, um único elemento sujeito a uma série de pressões.

Os tópicos de seu pronunciamento foram divulgados na Folha de Londrina (anexo 05).

No período da noite por volta das 20:30 horas foi realizada a palestra de JOSÉ LUTZEMBERGER, Presidente da Associação Gaucha do Meio Ambiente (AGAPAM), seu pronunciamento foi precedido de grande divulgação na imprensa, durante o trancorrer da palestra foi muito aplaudido pois condenou o uso de defensivo agricola, enfatizando que a corrida agroquimica nos levará ao fim dentro de apenas 20 anos.

O agrônomo gaucho esclareceu, de início que em sua palestra não se dedicaria tanto aos aspectos técnicos da questão, mas sim a aspectos de filosofia fundamental. Nesse sentido disse que a agricultura tecnologica é resultante de determinados posicionamentos, de doutrinas mantidas para serem úteis a determinadas estruturas.

"Hoje predonima o processo agroquimico em detrimento dos metodos biológicos.

A Folha de Londrina publicou alguns tópicos de seu pronunciamento. (anexo 06).

Ao final ele distribuiu aos presentes uma apostila impressa pela AGAPAM com um trabalho de sua autoria. (anexo 07).

O desclassificação e reclassificação pela autoridade competente (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

"segue"

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

Confidencial

3.

3.1

No dia 05, por volta das 8:00 horas foi realizada a palestra do Engenheiro Agrônomo LYSIS ALOÉ, Diretor da ANDEF, Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, seu pronunciamento foi técnico e procurou comprovar a necessidade do uso dos defensivos agrícolas, afirmou ainda que os defensivos são como medicamentos "tóxicos mas úteis", ao final o conferencista se retirou do plenário, pois alguns agrônomos de linha esquerdista e adéptos da filosofia de José Lutzemberger queriam crucificá-lo. A Folha de Londrina publicou pequenos trechos de sua palestra e sem o destaque de costume, pois segundo a imprensa LYSIS ALOÉ é subvencionado pelas multinacionais. (anexo 08)

Como não houve debate, Lutzemberger para agradar os esquerdistas, concedeu uma entrevista ao Jornalista Leonardo Henrique dos Santos da Folha de Londrina, criticando o pronunciamento de Lyses Aloé. (anexo 09).

4.

CONCLUSÃO DAS PALESTRAS

4.1

Palestra de CARLOS LORENA.

O nominado deixou transparecer sua linha ideológica a qual é de tendência esquerdista, contestou o sistema de colonização adotado pelo Governo na Região Amazonica, destacando o problema do latifundio, boia fria e a política da SUDAM.

Causou boa impressão junto a ala esquerdista infiltrada no Encontro.

4.2

Palestra do Agrônomo WALTER LAZZARINI, destacou aspectos da Política Profissional do Agrônomo, mas defendeu a luta pela defesa dos interesses comunitários, ocasião que afirmou ser contra a construção do Aeroporto Metropolitano em Caucaia do Alto.

Entretanto, não deixou transparecer que seja da linha esquerdista, mas quando defendeu a luta pela não construção do Aeroporto, sua posição agradou em cheio aos ecologistas de esquerda.

4.3

Palestra de José Lutzemberger, constituiu o principal tema do Encontro dos Agrônomos, tendo sido o elemento mais destacado e aplaudido.

Sua linha ideológica de esquerda ficou amplamen

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Instituição de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PT1030a-124

"seque"

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

Confidencial

te constatada, conseguiu se tornar a vedete do plenário.

4.4

Palestra de Lysis Aloé, em termos de conhecimento técnico foi o melhor conferencista, entretanto sua palestra foi contra os princípios defendidos por José Lutzemberger, fato que não agradou aos esquerdistas presentes.

5.

RELATÓRIOS FINAIS DAS COMISSÕES, APROVADAS EM PLENÁRIO.

5.1

Relatório da Comissão de Ecologia - (anexo 10)

5.2

Relatórios da Comissão de Crédito Rural e Racionalização no uso dos defensivos agrícolas. (anexo 11)

5.3

Relatório da Comissão de Estrutura Fundiária do Paraná (anexo 12)

5.4

Relatório da Comissão em face da Lei dos Cultivares (anexo 13)

5.5

Relatórios da Comissão de Democratização e Direitos Humanos. (anexo 14) 14/1 - 14/2 e 14/3---

5.6

Relatório da Comissão em Defesa Profissional e Receituário Agronomico. (anexo 15)

5.7

Relatório da Comissão em Face de Novas Escolas de Agronomia e Aumento de Número de Vagas. (anexo 16)

5.8

Relatório das Proposições apresentadas e aprovadas. (anexo 17)-

17/1 - Política Agrícola - Preços de Produtos Agrícolas;

17/2 - Modernização da Agricultura;

6.

ANÁLISE DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE "DEMOCRATIZAÇÃO E DIREITOS HUMANOS".

6.1

A Reitoria da FUEL recebeu uma solicitação do Núcleo dos Engenheiros Agrônomos de Londrina, através de seu Presidente FRANCISCO DE ASSIS LEMOS DE SOUZA o qual é também Professor da Universidade, no sentido de ceder parte de sua dependências

"segue"

PT 1030a. 124

Confidencial

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor
Fl. nº 05

para a realização do II ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA em face das alegações apresentadas o pedido foi deferido. Entretanto alguns dias antes do início do evento a Reitoria tomou conhecimento oficial da programação, tendo em vista que no referido programa estava inserido um tema de caráter complexo como "Democratização e Direitos Humanos" foi solicitada a presença do Professor Francisco de Assis Lemos de Souza, para fornecer detalhes sobre o assunto acima referido, o Professor Lemos explicou que a matéria foi inserida a pedido da Diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e que seria discutida em altos termos e voltada para os aspectos sociais do Boia-Fria, etc., em face das alegações apresentadas o Reitor da FUEL concordou em manter a decisão de ceder as instalações para o encontro.

6.2

Entretanto a Reitoria foi surpreendida pela matéria e pelo destaque que os presentes (mais ou menos 70%) e Jornalistas deram ao assunto.

6.3

Constatou-se que a referida Comissão foi a menor em número de participantes, sendo que apenas 15 elementos discutiram e deram parecer, a comissão estava constituida em sua maior parte por Estudantes de Agronomia de Curitiba, Bandeirante e Londrina, entre os agrônomos foram identificados os seguintes:

- PAULO FURIATTI, Chefe do Núcleo Regional de Londrina da Secretaria da Agricultura;
- MARCO ANTONIO DA SILVA CASTANHEIRA;
- FRANCISCO DE ASSIS LEMOS DE SOUZA, Presidente do Núcleo do Norte do Paraná;
- LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA KALINOWSKI;
- WALTER DE TAL , Engenheiro Agrônomo lotado no EMBRAPA (Centro Nacional da Soja em Londrina), órgão do Ministério da Agricultura.

Constatou-se que a comissão de Democratização e Direitos Humanos recebeu subsídios do DCE/FUEL através de José Antonio Tadeu Felismino, Nilson Monteiro de Menezes e Marco Antonio Fabiani.

6.4

Pela análise do relatório da comissão, observamos que as palavras de ordem, inseridas no mesmo são as mesmas utilizadas pelas entidades estudantis e alguns políticos esquerdistas. (anexo 18).

O Relatório foi aprovado em plenário por mais ou mesnos 70% dos presentes, inclusive teve voto contrário do

"segue"

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 - Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos)

PT 1030a . 124

Confidencial

Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná RUBENS DE MOURA REZENDE, este fato nos permitiu averiguar que as informações fornecida pelo Agrônomo Francisco de Assis Lemos de Souza era improcedente e falsa, pois o tema "Democratização e Direitos Humanos" foi inserido no programa por solicitação do Núcleo em Londrina.

Durante a aprovação do Relatório em plenário o maior defensor e debatedor intransigente foi o agrônomo Walter de tal, do EMBRAPA. (anexo 19).

Posteriormente apurou-se que Walter é Pós-Graduado em Economia Agricola por uma Universidade Norte Americana, sendo considerado esquerdista radical.

7.

CONCLUSÃO FINAL

Concluimos que o II ENCONTRO ESTADUAL DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DO PARANÁ, apesar dos trabalhos de seus dirigentes e dos assuntos técnicos que foram debatidos, foi em grande parte desvirtuado pela ação de uma minoria esquerdista que se introduziu nas Associações de Classes, com um único propósito e objetivo que é de tumultuar e mascarar, suas atividades ideológicas de caráter crípto-comunistas, deve se salientar também o apoio dado a esses elementos por uma grande parcela da comunidade que omissas em suas ações permitem e apoiam tais reivindicações.

----------É o que contém o presente INFO.----------

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Confidencial

- Pesquisar.
- Anotar nos assentamentos alguns indícios de pesquisas.

- Arquivar. Porto FVEL

Em 13/7/78

Anotado em 20/07/78 [signature]

[signature]

PT1030a.124

DSI/PR.

Anexo nº 01

PT 1030a 124

Os agronomos, reconhecendo a fôrça que têm, passam agora a interessar-se tambem pelos problemas politicos da terra

4/6/78 - F. [illegible]

PT103aa.124

Programação

Dia 03.07.78 - Segunda feira

8:00 às 9:30 hrs.	—	Inscrição.
9:30 às 11:00 hrs.	—	Solenidade de Abertura
11:00 horas		Coquetel
14:00 às 18:00 hrs.	—	Reunião das Comissões de Trabalho
20:30 horas	—	Palestra do Engenheiro Agrônomo Carlos Lorena

Dia 04.07.78 - Terça feira

8:00 às 10:00 hrs.	—	Reunião das Comissões de Trabalho
10:00 às 12:00 hrs.	—	Palestra do Engenheiro Agrônomo Walter Lazzarini Filho (Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo - AESP).
14:00 às 18:00 hrs.	—	Reunião das Comissões de Trabalho
20:30 horas	—	Palestra do Engenheiro Agrônomo José Lutzemberger

Dia 05.07.78 - Quarta feira

8:00 às 10:00 hrs.	—	Palestra do Engenheiro Agrônomo Lysias Aloe (ANDEF)
10:00 às 12:00 hrs.	—	Sessão plenária
14:00 às 18:00 hrs.	—	Sessão plenária
20:00 horas	—	Sessão Solene de Encerramento

Dia 06.07.78 - Quinta feira (opcional)

8:00 às 10:00 hrs	—	Visita opcional ao IAPAR
10:00 às 12:00 hrs.	—	Programação Esportiva
14:00 às 18:00 hrs.	—	Programação Esportiva

Hotéis de Londrina

1. BANDEIRANTES

Av. Paraná, 207 - Fone: 24-8490

Preço mínimo solteiro	Cr$	225,00
Preço máximo solteiro	Cr$	530,00
Preço mínimo casal	Cr$	440,00
Preço máximo casal	Cr$	750,00

2. BOURBON

Alameda Miguel Blasi, 40 - Fone: 22-3319

Preço mínimo solteiro	Cr$	360,00
Preço máximo solteiro	Cr$	550,00
Preço mínimo casal	Cr$	225,00
Preço máximo casal	Cr$	695,00

3. NÓBILE

Rua Prefeito Hugo Cabral, 389 - Fone: 22-6655

Preço mínimo solteiro	Cr$	234,00
Preço máximo solteiro	Cr$	360,00
Preço mínimo casal	Cr$	378,00
Preço máximo casal	Cr$	648,00

4. GÁVEA

Av. São Paulo, 266 - Fone: 22-4090

Preço mínimo solteiro	Cr$	165,00
Preço máximo solteiro	Cr$	275,00
Preço mínimo casal	Cr$	231,00
Preço máximo casal	Cr$	385,00

5. COROADOS

Rua Senador Souza Naves, 314 - Fone: 23-7690

Preço mínimo solteiro	Cr$	150,00
Preço máximo solteiro	Cr$	280,00
Preço mínimo casal	Cr$	280,00
Preço máximo casal	Cr$	600,00

6. MONÇÕES

Rua Maranhão, 65 - Fone: 23-9002

Preço mínimo solteiro	Cr$	160,00
Preço máximo solteiro	Cr$	180,00
Preço mínimo casal	Cr$	180,00
Preço máximo casal	Cr$	300,00

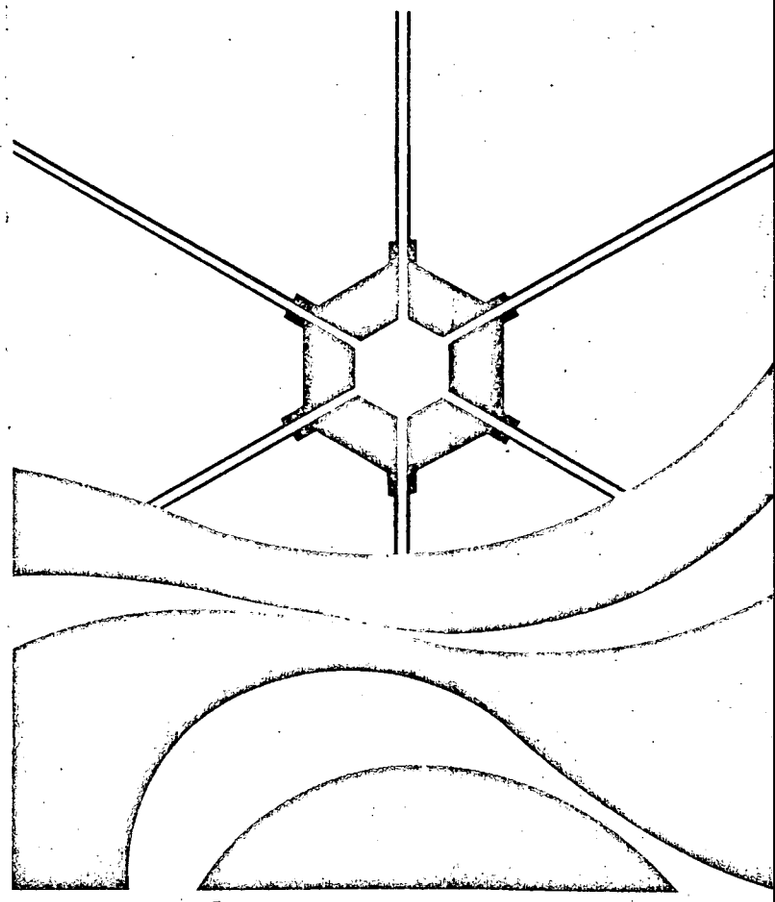
7. BERLIM

Av. Rio de Janeiro, 11 - Fone: 23-1515

Preço mínimo solteiro	Cr$	93,50
Preço máximo solteiro	Cr$	121,00
Preço mínimo casal	Cr$	187,00
Preço máximo casal	Cr$	363,00

II ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA DO PARANÁ

3 a 5 de julho de 1978
Londrina • Paraná.



PROMOÇÃO: Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná

REALIZAÇÃO: Núcleo Regional de Londrina - AEAPR

LOCAL: Centro de Ciências Biológicas da Fundação Universidade Estadual de Londrina.

PT 10300 - 124

AT

Objetivos do Encontro

Preparar-se para o 11 Congresso Brasileiro de Agronomia.

Mobilização da Classe para o fortalecimento da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

Tomada de posição da Classe quanto aos temas propostos.

Palestras

A ESTRUTURA FUNDIÁRIA COMO ENTRAVE AO DESENVOLVIMENTO
Engenheiro Agrônomo CARLOS LORENA

POLÍTICA PROFISSIONAL
Engenheiro Agrônomo WALTER LAZZARINI FILHO

PRODUÇÃO, RECURSOS NATURAIS E AMBIENTE
Engenheiro Agrônomo JOSÉ LUTZEMBERGER

O USO DE DEFENSIVOS
Engenheiro Agrônomo LYSIS S. ALÓE

Temário

1. OBJETIVO DA CLASSE AGRONÔMICA

   Participação Técnica e Política no Desenvolvimento da Agricultura.

   A. No campo sócio-econômico

   — Posição quanto à posse e uso da terra

   . estrutura fundiária
   . ocupação da terra
   . reforma agrária

   — Posição quanto à política agrícola

   . modernização da agricultura
   . crédito rural
   . assistência técnica
   . preço dos insumos
   . preço dos produtos agrícolas
   . êxodo rural
   . política de pesquisas

   — Posição quanto à "Lei de Proteção dos Cultivares"

   B. No campo ecológico

   — Posição quanto ao desequilíbrio ecológico

   . erosão
   . uso de produtos químicos na agricultura
   . mecanização
   . desmatamento
   . planejamento ambiental

   C. No campo político

   — Posição quanto à democratização
   — Posição quanto aos direitos humanos

2. PROBLEMAS ESTRUTURAIS DA CLASSE AGRONÔMICA

   2.1 Vinculação a sindicato
   2.2 Estrutura Organizacional da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR)
   2.3 Representação no CREA

3. PROBLEMAS ESTRATÉGICOS DA CLASSE AGRONÔMICA

   3.1 Política e defesa profissional

   . ética profissional
   . as associações como instrumentos de defesa
   . política salarial
   . situação atual e perspectivas do mercado de trabalho.

   3.2 Receituário agronômico
   3.3 Pulverização profissional

   . criação de cursos concorrentes (engenheiro agrícola, tecnólogo, etc).
   . importação de técnicos

   3.4 Criação de novos cursos de agronomia

Apresentação dos Trabalhos

1. Os trabalhos deverão ser encaminhados à Comissão Organizadora até o dia 20 de junho de 1978, atendendo as seguintes normas:
   . em 3 (tres) vias datilografadas em espaço duplo e papel ofício.
   . Deve acompanhar um sumário de no máximo 150 palavras em formulário anexo.
2. Os trabalhos serão classificados para as comissões de acordo com o temário proposto e sofrerão uma pré seleção.
3. Poderão ser apresentados trabalhos sobre assuntos que não constam do temário proposto.
4. Os trabalhos deverão ser encaminhados para:
   Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.
   Rua Brigadeiro Luis Antonio, 299 - Londrina - PR

Custo da Inscrição

Estudante	Cr$ 150,00
Associados	Cr$ 300,00
Não Associados	Cr$ 500,00

As inscrições deverão ser feitas impreterivelmente até às 9:30 horas do dia 03.07.1978 quando os participantes receberão pastas, crachás e outros materiais.

2º ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA

de 3 a 5 de julho - Londrina-Pr

Local: Campus Universitário
Universidade Estadual de Londrina

Anexo nº 02

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

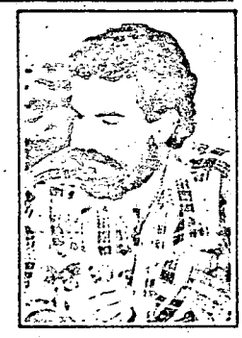
A2

AGRÔNOMOS

Ticoulet: empresários apoiando debate sobre o crédito

A vez do agrônomo por suas cartas na mesa

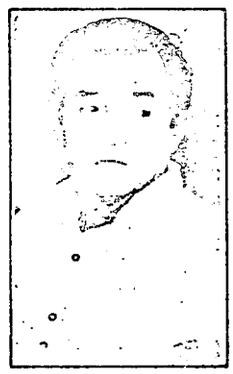
Eles já não aceitam mais os erros cometidos pelos altos escalões e querem tomar posição diante de uma série de problemas, inclusive políticos



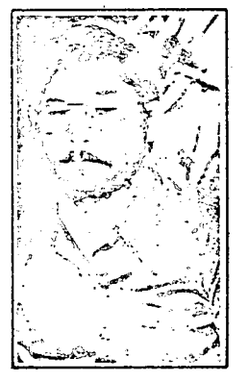
Gonçalo: contra o desequilíbrio ecológico

Os engenheiros agrônomos que estão organizando o 2o. Encontro Estadual de Agronomia (em Londrina de 3 a 5 de julho) reuniram-se esta semana com alguns jornalistas e fizeram uma apreciação dos temas que vão ser debatidos durante o encontro. Marco Antonio da Silveira Castanheira, Gonçalo Signorelli de Farias, Antonio Costa, Shigeu Shiki, Luiz Kiewicz, Antonio Carlos Rodrigues, Edson Mazzei Ponti, Luiz Fernando de Almelda Kalinowski, Leodenir Ribeiro Pereira, Hélio Moraes e o presidente do Núcleo dos Engenheiros Agrônomos do Norte do Paraná, Francisco de Assis Lemos de Souza disseram sobre os objetivos do conclave e da oportunidade do temário.

Alguns itens que jamais foram apreciados pela classe agronômica entre eles, Democratização, Direitos Humanos, talvez possam ser considerados inusitados, vão posicionar a classe também no campo político. O que os agrônomos querem — e isso vem sendo considerado de justiça — é uma maior participação nas decisões governamentais em torno de assuntos que se relacionam à produção.



Lemos: as decisões só vêm de cima



Mazzei: fomos marginalizados

No campo sócio-econômico a classe vai tomar posição quanto a estrutura fundiária, ocupação da terra, reforma agrária; posição quanto a política agrícola na modernização da agricultura, crédito rural, assistência técnica, preço dos insumos, preço dos produtos agrícolas, êxodo rural, política de pesquisa; posição quanto a "Lei de Proteção aos Cultivares"; no campo ecológico: erosão, uso de produtos químicos na agricultura, mecanização, desmatamento, planejamento ambiental. Os demais itens se relacionam com problemas estruturais da classe, problemas estratégicos, receituário agronô-

AGE ADA
TIRA AS VITAMINAS DA
ALIMENTAÇÃO NATURAL.
ADE INJETÁVEL DEVOLVE.

VITAMINAS ADE INJETÁVEL.
VITAMINAS A+D3+E PARA FORTALECER
OS ANIMAIS NESTA ÉPOCA DE BAIXO
PODER NUTRITIVO DOS PASTOS.

PT 1030a. 124

42

JORNAL: Estado do Paraná
DATA : 13/06/78

Tudo pronto para o Encontro de Agronomia

Já está tudo pronto para a realização, aqui em Londrina, do II Encontro Estadual de Agronomia, no período de 3 a 5 de julho, numa promoção da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná.

É pretensão dos organizadores, quebrar uma quase total desmobilização da classe com respeito a seus problemas comuns, uma maior consciência profissional e também tomar posições a respeito de problemas do seu campo de ação.

Além disso, serão discutidos temas a serem apresentados, posteriormente, no XI Congresso Brasileiro de Agronomia, que será realizado em outubro, em Curitiba. Assuntos estes relacionados com a participação técnica e política no desenvolvimento da agricultura, posição quanto à posse e uso da terra, posição quanto à política agrícola, posição quanto à lei de proteção de cultivares, posição quanto ao desequilíbrio ecológico, uso de defensivos e desmatamento.

Com relação aos problemas estruturais da classe econômica, serão tratados assuntos como a vinculação ao sindicato, mercado de trabalho, política salarial e a criação de cursos concorrentes.

Durante o Encontro, serão realizadas palestras com a participação dos engenheiros agrônomos José Lutzemberger, que falará sobre "Produção, recursos naturais e meio ambiente"; Carlos Lorena, falando sobre "Estrutura fundiária"; Walter Lazzarini, falando sobre a "Política profissional" e de Lysis Aloe, falando sobre o "Uso correto dos defensivos".

No último final de semana, foi realizada uma reunião entre os integrantes da Associação dos Engenheiros Agrônomos e todos os presidentes dos núcleos do Interior, para complementação dos trabalhos. Foi maciça a presença dos profissionais da área, cujo número, hoje, acredita-se chegue aos três mil, só no Paraná.

Agrônomos preparam encontro em Londrina

Londrina sediará de 3 a 5 de julho o 2º Encontro de Engenheiros Agrônomos do Paraná, devendo reunir cerca de trocentos profissionais ligados à agricultura através de ituições oficiais, cooperativas e particulares, atuando na quisa, extensão rural, planejamento agrícola e outros setores da produção. Ontem, com a presença do presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Rubens de Moura Rezende, do presidente do IAPAR, Raul Juliatto, e diretores da entidade, foi realizada reunião preparatória no Instituto Agronômico do Paraná, após expediente de trabalho daquela instituição.

Do encontro surgirão temas para serem levados ao 12º Congresso Brasileiro de Engenheiros Agrônomos, a ser realizado em Curitiba, em outubro, que certamente vai chamar mais a atenção dos agrônomos de todo o País, pois a classe parece propensa a exigir uma maior participação nos cargos de decisão da área oficial. Pelo menos este assunto está relacionado nas sugestões para o temário do 2º Encontro.

Da reunião de ontem participaram também os seguintes engenheiros agrônomos, membros da diretoria da Associação e da diretoria do Núcleo Regional do Norte do Paraná: Polan Lacki, Hermes Palumbo, Francisco Lemos de Souza, Hélio Moraes, Ademar Hamada, Florindo Dalberto, Paulo Cesar Furiatti, Paulo Roberto Galerani, Rafael Figueiredo, Salvano Rocha Loures, Satochi Kautaka, Marco Antonio Castanheira, Airton Bergamini.

"Os trabalhos apresentados para debates, constantes em teses, versarão exclusivamente sobre temas classistas de notório e relevante interesse para os profissionais de agronomia" - segundo foi decidido ontem. Os trabalhos serão sobre: Política de defesa profissional, Ética profissional, Participação da classe nos cargos de decisão da área oficial, Receituário agronômico, Representação no CREA, Política administrativa da Associação, Especialização, Participação da classe na abertura de novas escolas, Criação de novas escolas, e O papel do engenheiro agrônomo na sociedade de hoje.

12/4/78 - Fc Londrina

PT1034a-124

A2

FOLHA RURAL

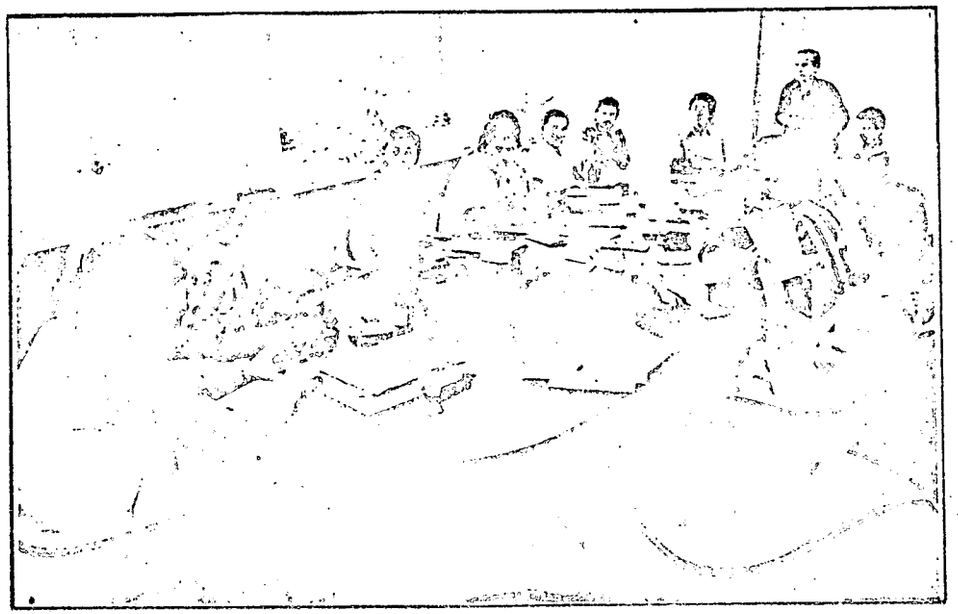
Londrina, 24 de junho de 1978 SUPLEMENTO DA FOLHA DE LONDRINA Não pode ser vendido separadamente (No. 171/78)

A vez do agrônomo questionar

Alguns temas que jamais foram debatidos pela classe agronômica serão apreciados no 2º Encontro Estadual de Agronomia (3 a 5 de julho, em Londrina) e, inusitadamente, vão levar a classe a se posicionar diante de inúmeros assuntos no campo político, sócio-econômico e profissional.

Em suma, o que os agrônomos querem é uma maior participação nas decisões governamentais em torno de assuntos que se relacionam com a produção rural. Problemas inerentes ao latifundio ocioso, ao crédito rural mal distribuido, a uma melhor ocupação da terra, reforma agrária e aspectos ecológicos serão apreciados ao lado de temas profissionais específicos.

Os agrônomos terão muitas sugestões a apresentar com relação, por exemplo, à política de financiamento de feijão, cuja produção vem caindo acentuadamente porque os estímulos financeiros não têm sido direcionados para as culturas de importancia para o abastecimento interno, em benefício da produção de exportação.



Neste encontro com os jornalistas os técnicos analisaram os temas do Encontro Estadual de Agronomia

Entendem os agrônomos que "o momento histórico exige uma tomada de posição da classe, já que a produção agrícola é uma questão de sobrevivência. Defendendo o crédito orientado, os agrônomos apontam distorções na assistência técnica e creditícia, benefício exclusivo dos grandes proprietários rurais, enquanto os pequenos produtores, embora representem a maior parcela da produção não contam nem com assistência técnica, nem com apoio creditício.

Os organizadores do Encontro reuniram alguns jornalistas de Londrina esta semana e apresentaram uma minuta de cada tema a ser abordado. Leia nas páginas 3 e 4.

PT 1030a-124

A2

Redemocratização e Direitos Humanos são temas do Encontro dos Agrônomos

A Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná realizará, de 3 a 5 próximos, em Londrina o 2º Encontro Estadual de Agronomia que, além de tratar de assuntos específicos do setor, abordará temas políticos em evidência atualmente, como a redemocratização do país e o respeito aos direitos humanos. Segundo um dos coordenadores, o engenheiro Marco Antonio Castanheira, a inclusão de temas políticos é uma necessidade atual: "O país está precisando do exercício político e nós nos propomos a isso" — disse ele.

As inscrições encontram-se abertas na sede da AEAPR, à rua Brigadeiro Luis Antonio, nº 299, em Londrina, ao preço de 150 cruzeiros para estudantes, 300 para os associados e 500 para os não associados. Elas estarão abertas até poucos minutos antes do início do conclave que será realizado no Centro de Ciências Biológicas da Universidade de Londrina.

REFORMA AGRARIA

Justificando a inclusão de temas políticos num encontro de engenheiros agrônomos, Castanheira disse que "o errado, o incoerente, seria omitir o campo político. Mesmo porque todo o nosso temário acaba por cair neste campo. Veja, por exemplo, a posse e uso da terra. Este tema está intimamente ligado a reforma agrária, um assunto político que sempre gera polêmica".

O membro da comissão organizadora do encontro aponta ainda outros itens do temário que estão — segundo ele — ligados à política e que justificam a associação dos dois: "Se vamos discutir a existência dos bóias-frias e do êxodo rural, que constituem dois problemas sociais de profunda relevância, acabamos por cair na política; quando falamos da lei de proteção dos cultivares, nos chocamos com as multinacionais e sua atuação no país — o que é um assunto político; bem como o desequilíbrio ecológico e o uso de produtos químicos nas lavouras".

Finalizando suas explicações sobre o porquê dos debates políticos, Castanheira afirmou que "se deixássemos de lado a política estaríamos formando uma figura como uma fruta sem casca ou — o que é pior uma casca sem frutas. E isto, por si só, justifica a ampliação dos nossos debates".

PROGRAMA

Os palestradores serão Carlos Lorena, que falará sobre "A estrutura fundiária como entrave ao desenvolvimento agrícola"; Valter Lazarini Filho, abordando o tema "Política profissional"; ecologista José Lutzemberger sobre "Produção, Recursos naturais e ambiente", e, finalmente, Lisya Aloe, sobre o tema "O uso de defensivos".

Além disso, os participantes deverão discutir estrutura fundiária, ocupação da terra, reforma agrária, modernização da agricultura, crédito rural assistência técnica, preço dos insumos e dos produtos agrícolas, êxodo rural, política de pesquisa agrícola, erosão, uso de produtos químicos, mecanização das lavouras desmatamento, planejamento ambiental, estrutura sindical, política e defesa profissional, ética profissional, as associações como instrumento de defesa, política salarial, situação e perspectivas do mercado de trabalho, importação de técnicos e criação de novos cursos de agronomia.

Castanheira: a favor do debate político.

MARCO ANTONIO DA SILVEIRA CASTANHEIRA

Ganha os!

PT1030a 124

PT 10302 124

A2

FOLHA DE LONDRINA

O JORNAL DO PARANÁ

Londrina, domingo, 2 de julho de 1978 | Diretor-proprietário: João Milanez | ano 31 / n. 7926 | Terça a sábado: Cr$ 6 — Domingo Cr$ 6 Assinatura: Cr$ 1.000 (Londrina - Cr$ 1.100 (outras cidades) | Hoje, 42 páginas

POLÍTICA E ECOLOGIA ENTRAM NO DEBATE DOS AGRONOMOS

Cerca de 400 agrônomos do Paraná iniciam amanhã em Londrina o 2o. Encontro Estadual de Agronomia, que contará com a participação de técnicos conhecidos no cenario nacional, como Carlos Lorena, "Agronomo do Ano" em 1977; Walter Lazzarini, presidente da Associação dos Agrônomos do Estado de São Paulo; e José Lutzemberguer, um nacionalmente famoso defensor da ecologia.

O temário é abrangente e tem a finalidade de induzir a classe agronômica a uma maior participação técnica e política no desenvolvimento da agricultura. Os organizadores acham que o Encontro marcará uma nova etapa, pois admitem que até aqui a classe esteve apática e à margem das decisões da política agrícola, sendo indisfarçável o descontentamento da maioria dos profissionais, a respeito. Para não serem acusados, no futuro, de omissos, eles não aceitam mais a posição passsiva e meramente contemplativa, e querem ter sua representatividade. De democratização e direitos humanos, no campo político, a problemas éticos no campo profissional, os agrônomos vão se posicionar diante de várias questões. No campo sócio econômico: posse e uso da terra; no campo ecológico: erosão, uso de produtos químicos, mecanização etc.

Por força dos assuntos em pauta, os debates vão ter frente a frente os defensores da ecologia e os fabricantes e vendedores de defensivos e máquinas agrícolas; defensores da tecnologia nacional pioneira na produção de sementes, de um lado; e do outro representantes de multinacionais interessadas — através da Lei de Proteção aos Cultivares — em monopolizar a comercialização de sementes.

Ao instalar o 2o. Encontro Estadual de Agronomia, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná entregará diploma de honra ao mérito da classe agronômica do Paraná a Paulo Carneiro Ribeiro, "como profissional pioneiro e bem sucedido".

O Encontro começará às 8 horas, no Centro de Biologia da Universidade.

42.

Folha de Londrina 2/7/78 FOLHA RURAL

Cerca de 400 agrônomos participarão do Encontro

Em encontro que esperam reunir cerca de quatrocentos profissionais, os engenheiros agrônomos do Paraná iniciam na próxima segunda-feira, a apreciação de temas interessantes à produção agropecuária, alguns jamais propostos num congresso da classe neste Estado.

O 2o. Encontro Estadual de Agronomia a ser realizado na Universidade Estadual de Londrina promovido pela Associação Paranaense dos Engenheiros Agrônomos, através do seu Núcleo local, contará com a participação de elementos conhecidos no cenário nacional como: Carlos Lorena, agrônomo do ano em 1977; Walter Lazzarini Filho, presidente da Associação dos Agrônomos do Estado de São Paulo e José Lutzemberger, autor de trabalhos meritórios em defesa da ecologia.

Na abertura a classe vai homenagear o Secretário da Agricultura do Paraná, Paulo Carneiro, "como agrônomo bem sucedido" e pelo apoio dado à agropecuária do Paraná.

MAIOR PARTICIPAÇÃO

Para alguns dos organizadores do Encontro, ele representará o início de uma integração e maior participação da classe. E as teses aprovadas nos debates que vão até quarta feira, certamente serão referendadas no encontro de âmbito nacional a ser realizado em 79, em Curitiba.

A preocupação dos enganheiros agrônomos por uma maior participação nas resoluções adotadas nos assuntos do interesse da produção está consignada no texto da mensagem que o presidente do Núcleo, Francisco Lemos, enviou aos agrônomos do Paraná, convidando-os para o Encontro.

"Observando-se hoje a atuação da classe agronômica, notamos que, infelizmente, a situação é de total desmobilização em torno dos problemas que nos são comuns, falta de consciência profissional e carência de posições frente a diversos assuntos de nosso campo de ação".

"É uma situação incômoda e não adequada para uma classe de importância como a nossa, que está inserida numa sociedade de grandes contradições. E para que, historicamente, não sejamos acusados de omissos, devemos hoje partir em busca de uma nova situação".

"É preciso evoluir. É hora de lutar em busca de uma participação técnica e política do engenheiro agrônomo no desenvolvimento da agricultura".

"Essa luta desenvolvida no campo sócio-econômico, ecológico e político se defrontará com problemas estruturais e problemas estratégicos".

TEMÁRIO

Os temas do encontro estão assim divididos:

1) Objetivo da classe agronômica: participação técnica e política no desenvolvimento da agricultura.

a) No campo sócio-econômico, posição quanto a posse e uso da terra (estrutura fundiária, ocupação da terra, reforma agrária); quanto a política agrícola (modernização da agricultura, crédito rural, assistência técnica, preço dos insumos, preço dos produtos agrícolas, êxodo rural e política de pesquisa); posição à "Lei de Proteção dos Cultivares";

b) no campo ecológico: posição quanto ao desequilíbrio ecológico (erosão, uso de produtos químicos na agricultura, mecanização, desmatamento, planejamento ambiental);

c) no campo político: posição quanto a democratização, posição quanto aos direitos humanos.

2) Problemas estruturais da classe agronômica: a) vinculação a sindicato; b) estrutura organizacional de Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AERPR); c) representação no CREA.

3) Problemas estratégicos da classe agronômica: política de defesa profissional, ética profissional, associação como instrumento de defesa, política salarial, situação atual e perspectivas do mercado de trabalho.

a) Receituário agronômico;

b) pulverização profissional: (criação de cursos concorrentes — engenheiro agrícola, tecnólogo, etc. — importação de técnicos);

c) criação de novos cursos de agronomia.

PT 1030a . 124

Folha de Londrina 18/6/78

Julho: 400 Engenheiros Agrônomos no Encontro Estadual de Londrina

A2

Mais de quatrocentos engenheiros agrônomos discutirão e tomarão uma posição, diante duma série de problemas que aflige a classe, no II Encontro Estadual de Agronomia a ser realizado entre dias 3 a 5 de julho na Universidade Estadual de Londrina. O gaúcho José Lutzemberger, um dos maiores defensores da ecologia no País atualmente, falará sobre "Produção, Recursos Naturais e Ambiente".

Segundo o engenheiro agrônomo Polan Lacki, diretor financeiro da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, é preciso que o agrônomo comece a tomar posição diante dos maiores problemas que preocupam a classe agronômica. Tais como, a atual política agrícola, a posse e uso da terra, o desequilíbrio ecológico, a "pulverização" profissional em função da fragmentação do curso de Engenharia Agronômica, do qual se desmembram cursos como Engenharia Florestal, Agronômica, Rural e Ambiental. Além do crucial problema da criação de novas escolas, "despreparadas para o ensino da Agronomia".

POSIÇÃO

Outro assunto a ser discutido será o "Receituário Agronômico", objetivando evitar o uso exagerado dos defensivos agrícolas nas diversas lavouras cultivadas no Estado. A Lei de Proteção aos Cultivares" será amplamente debatida, porque "a agricultura não pode ficar dependente de patentes de certos cultivares monopolizadas pelas multinacionais", segundo o engenheiro agrônomo Polan Lacki.

Para ele, é preciso que os engenheiros agrônomos tomem posição realmente diante desses problemas, e passem a participar das soluções, "se não outras pessoas não habilitadas tomarão posição e darão as soluções para os engenheiros agrônomos".

As 3 principais conferências a serem proferidas entre os dias 3 a 5 de julho em Londrina serão as seguintes: "Estrutura como Entrave ao Desenvolvimento da Engenharia Agronômica", pelo engenheiro agrônomo Carlos Lorena; "Política Profissional", pelo presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo, Walter Lazzarinni Filho; "Produção, Recursos Naturais e Ambiente", pelo ecologista gaúcho José Lutzemberger; e "Uso dos Defensivos", pelo presidente da Associação Nacional dos Defensivos Agrícolas, Lizis Aloé.

As inscrições para o II Encontro Estadual de Agronomia poderão ser feitas até o dia 3 de julho às 9 horas, no próprio local do encontro - Universidade Estadual de Londrina.

PT 1030a. 124

Anexo nº 03

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 1030a. 124

A3

Paulo Carneiro: "Também fui vítima do arbítrio"

2º Encontro Estadual de Agronomia foi instalado ontem na UEL

O 2o. Encontro Estadual de Agronomia instalado ontem no Centro de Ciências Rurais da Universidade Estadual de Londrina reuniu cerca de 400 profissionais do Paraná. E os destaques foram o pronunciamento político do Secretário da Agricultura Paulo Carneiro e a conferência do "Engenheiro Agronômo do Ano" em 1977, Carlos Lorena. Segundo Lorena, o Governo brasileiro está recriando o modelo de capitanias hereditárias ao permitir que centenas de milhares de hectares de terras se concentrem na mão de um só proprietário. Referiu-se ao Projeto Jari, de propriedade do multimilionário norte-americano Daniel Ludwig."

Ao agradecer a homenagem que recebeu da Associação Paranaense de Engenheiros Agrônomos, o Secretário da Agricultura Paulo Carneiro, disse ontem, em Londrina, que também foi "vítima do arbítrio", referindo-se a uma ação pública que lhe foi movida e a seus companheiros de diretoria do Instituto Brasileiro do Café (IBC), em 1965 pelo Governo.

O Secretário rompeu um longo silêncio, afirmando que esse distanciamento de 10 anos não se deu porque quisesse deliberadamente evitar a união das duas coisas – política e técnica – mas porque também fora uma vítima dos poderes discricionários, muito embora o lisura da atuação da diretoria do IBC na época tenha sido ratificado mediante o instituto do habeas-corpus que trancou a ação que tramitava na justiça do Guanabara. Assim embora tivesse sido chamado, evitou participar mais da vida política.

O pronunciamento do Secretário Paulo Carneiro teve grande repercussão entre os participantes do 2º Encontro Estadual de Agronomia que vão discutir um temário que envolve problemas que vão desde o sistema fundiário, política creditícia oficial uso de defensivos, desequilíbrio ecológico, democratização e os direitos humanos, até a pulverização profissional e a abertura de novos cursos de agronomia. Na verdade Paulo Carneiro conclamou os agrônomos reunidos em Londrina a discutirem sem nenhuma restrição e com toda abertura possível o temática do Encontro "ainda mais levando em consideração o momento político hoje vivido pelo País". Ele confessou-se arrependido por não ter participado mais ativamente da vida política ressalvando que no entanto não foi por falta de chamamento.

PRONUNCIAMENTO POLITICO

De maneira inusitada à certa altura do seu pronunciamento, pela primeira vez desde que assumiu o Secretaria da Agricultura, Paulo Carneiro assumiu uma posição política reportando-se ao episódio ocorrido em 1965 quando a diretoria do IBC da qual fazia parte como diretor de produção, foi acusada de desvio de café. Mas aliviado, declarou: "Felizmente aquela diretoria, porque não tinha o que temer, foi beneficiada com justiça pela instituição do habeas corpus livrando-se de todo e qualquer mancha que tentaram lhe imprimir".

Concluindo as explicações sobre o episódio, Carneiro disse aos congressistas: "A lição deixa claro que aqueles que agem com intenção de acertar, que trabalham por um ideal, não devem temer as decisões", – referindo-se à decisão da justiça no caso do "desvio de café".

ENCONTRO

Após ter recebido das mãos do agrônomo Rubens de Moura Resende, presidente, da Associação dos Engenheiros Agrônomos, um diploma de honra ao mérito que classificou como a maior homenagem recebida em sua vida pública, o Secretário elogiou o temário do encontro, fazendo exceção ao fato de não terem incluído no mesmo uma análise da política administrativa do Secretaria da Agricultura. Segundo ele, "se isso tivesse acontecido, nós teríamos uma excelente oportunidade para rever muitos dos nossos conceitos neste final de Governo que também haveriam de servir como subsídios para aqueles que vão assumir em março de 1979". Mas, concluiu dizendo que o diploma que acabara de receber "certamente representa o reconhecimento dos engenheiros agrônomos à sua atuação à frente do Sistema Estadual de Agricultura.

Analisando os principais itens do temário, Carneiro referiu-se à realidade da ocupação da terra hoje no Brasil e disse que o latifúndio improdutivo é pernicioso tanto quanto o minifúndio desassistido financeira e tecnicamente.

CLASSE MARGINALIZADA

Ninguém sabe até hoje qual a posição dos agrônomos como classe, mesmo diante dos mais elementares problemas brasileiros. Nenhuma autoridade convocou qualquer dos nossos associações para ouvi-la sobre princípios da nossa política agrícola".

O discurso de Francisco de Assis Lemos, presidente do Núcleo de Londrina da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná mostra bem a importância que a classe está conferindo ao conclave. Segundo Lemos "as autoridades governamentais não convidaram os engenheiros agrônomos para participar do planejamento agrícola e se o fizessem não teríamos o pensamento da classe porque simplesmente esta também nunca se definiu. Existem opiniões isoladas de agrônomos. Muitos que se destacaram profissionalmente são ouvidos e acatados. Porém, a classe agronômica ainda não" – afirmou.

LIBERDADE PARA DEBATER

O temário colocado diante dos participantes do encontro, segundo Lemos "é livre e quase completo, porque aborda os mais diversos temas, desde aqueles que interessam de perto à classe como política e defesa profissional, e mesmo aqueles que estando diretamente ligados à atuação dos engenheiros agrônomos interessam à toda a Nação e, inclusive, à humanidade como o desequilíbrio ecológico. O temário, adiantou Lemos, não esqueceu de sugerir uma análise quanto ao uso e posse da terra incluindo uma tomada de posição quanto à política agrícola, abordando temas como crédito rural, assistência técnica, preços de insumos, êxodo rural, política de pesquisa e ainda a necessidade de um posicionamento quanto à lei de proteção aos cultivares".

Concluindo Francisco Lemos disse que "os temas que não puderem ser discutidos no encontro, em virtude de sua maior complexidade, continuarão a ser amplamente debatidos após o término do encontro através de comissões permanentes tais como a democratização e os direitos humanos que tão de perto falam à nossa classe, pelo fato de presenciarmos dia a dia abusos cometidos contra nossos semelhantes em consequência do uso inadequado de defensivos que agridem a natureza, a transformação do trabalhador rural em bóia-fria e tantos outros".

POLITICA E INTERAÇÃO COM O AGRICULTOR

Os objetivos da classe agronômica no campo político é visto também pela vice-presidente Ugo Erminio Rodaki como muito oportuno pois o sistema político brasileiro gradativamente aperfeiçoado, deverá permitir que proliferem lideranças autênticas, e as diversas classes sociais sejam genuinamente representadas.

"Assim – prosseguiu Rodaki – entendemos que os 2.500 profissionais da agronomia que militam no Paraná, por si só já representam uma parcela aglutinadora considerável de aspirações da classe rural com a qual interagem constantemente".

Essa interação mais íntima do profissional de agronomia como o agricultor é cada vez mais intensa aqui ao Paraná, e trouxe também ganhos de produção e de produtividade que vêm ocorrendo crescentemente, grande parte deles comprovadamente atribuídos à introdução de tecnologia moderna, que podem ser creditados a esse profissional.

PT 1090 a. 124

A3

JORNAL: FOLHA DE LONDRINA
DATA : 04/06/78

PAULO CARNEIRO REMEMORA UM VELHO CASO E AGRÔNOMO DIZ QUE GOVERNO VOLTA ÀS COMPANHIAS HEREDITÁRIAS

Um pronunciamento politico do Secretário da Agricultura, Paulo Carneiro Ribeiro, e a conferência de Carlos Lorena. "Agrônomo do Ano" em 1977, foram os destaques do primeiro dia de trabalho do Encontro Estadual de Agronomia, instalado ontem em Londrina, com a participação de aproximadamente 400 agrônomos do Paraná. Ao pedir aos tecnicos que participem mais da vida publica, Paulo Carneiro disse que ele já foi "vítima do arbítrio", e referiu-se à ação que lhe foi movida pelo Governo e a seus companheiros de diretoria do IBC, em 1965. Rompendo um longo silencio sobre o assunto, Carneiro afirmou que o seu distanciamento da vida política não se deu porque ele quisesse deliberadamente evitar a união das duas coisas (técnica e politica), mas porque — declarou — "fui uma vítima dos poderes discricionários".

PT1030a·124

PTA030 a. 124

A3 TERÇA-FEIRA — 4 DE JULHO DE 1978 Est. S. Paulo

O secretário da Agricultura do PR denuncia pressões

Das sucursais e do serviço local

O secretário da Agricultura do Paraná, Paulo Carneiro Ribeiro, disse ontem em Londrina, durante a abertura do II Encontro Estadual de Agronomia, que também foi "vítima do arbítrio" do atual sistema político e conclamou os agrônomos a discutirem, "sem nenhuma restrição", os temas do encontro, que abrangem desde sistema fundiário, política de crédito, desequilíbrio ecológico e problemas da classe, até a democratização e os direitos humanos no País. O secretário prometeu que hoje "esclarecerá a situação e apresentará relatórios e documentos" à imprensa, sobre o episódio.

Segundo Paulo Carneiro, "o sistema foi arbitrário, quando em 65 o governo acusou a diretoria do IBC — ele era diretor de produção — de ter desviado as cargas de café de três navios que saíam do Rio com destino a países da Europa". O secretário explicou que a diretoria foi beneficiada pelo habeas-corpus, livrando-se das acusações que tentaram fazer-lhe por uma ação pública, movida em 1965 pelo governo.

Anexo nº 04

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 4030 a. 124

A4

JORNAL: FOLHA DE LONDRINA
DATA : 04/07/78

30

Carlos Lorena: "Como no tempo das capitanias hereditárias"

Lorena: desemprego rural tende a agravar-se

Apesar das declarações em contrário do ministro Rangel Reis, ou de opinião de que o governo está recriando o modelo das capitanias hereditárias no Brasil". A declaração é do engenheiro agrônomo Carlos Lorena que ontem falou durante o II Encontro Estadual de Agronomia, sobre a "Estrutura Fundiária como Entrave ao Desenvolvimento".

Durante entrevista à imprensa na tarde de ontem Carlos Lorena, titulo de engenheiro agrônomo do ano de 1977, afirmou que o "Projeto Jari é um mal para o Brasil" e recria um modelo do passado à medida em que "centenas de milhares de hectares de terras se concentram na mão de um só proprietário".

O projeto Jari é um mal para o Brasil. Não digo que não há nada de positivo. Há sim. Há o aspecto positivo em termos de técnicos de reflorestamento; de produção de arroz sem esgotar a capacidade do solo da Amazônia. Mas é um preço muito alto que temos que pagar para ver tudo isto. Amanhã se morre o proprietário quem é que vai tomar conta daquela extensão de terra, se não tem herdeiro? Uma fundação americana? O governo americano? - questionou.

Carlos Lorena expôs, de forma racional, as grandes contradições do modelo agrícola brasileiro em contraste com a estrutura fundiária atual.

Das pequenas propriedades de terras, os minifundios, como são considerados, é que se extrai, atualmente, uma média de 70 por cento dos produtos para consumo interno. Estas propriedades, de extensões de 10 a 100 hectares, são responsáveis, por exemplo, por grande parte da economia exportadora como é o caso do café onde 53 5 por cento das propriedades medem até 100 hectares.

LATIFUNDIO E DESEMPREGO

Durante sua exposição, e à medida em que os dados de Lorena iam sendo apresentados, concluia-se que, caso não haja uma mudança no sentido de melhor redistribuir as terras no país, o desemprego no meio rural irá assumir proporções alarmantes. Segundo o agrônomo, de 1970 a 1975 aumento muito a concentração de terras em mãos dos grandes proprietários: As causas - segundo afirma - são basicamente três: 1) a preferência do crédito para as grandes propriedades; 2) a facilidade excessiva de crédito para os grandes proprietários e conseqüentemente a inexistência do auto-financiamento gerando concentração maior com a compra de mais terras; 3) e o excesso de valorização da terra impedindo seu acesso aos pequenos.

Para exemplificar o caos que poderá se tornar o sistema fundiário atual Lorena cita a monstruosa valo

Para exemplificar o caos que poderá se tornar o sistema fundiário atual Lorena cita a monstruosa valorização das terras em São Paulo no período que compreende os anos de 1969 a 1977: "O preço cresceu, em termos reais, em 490 por cento, multiplicando-se, praticamente por 5: o valor do arrendamento subiu, no mesmo período, de 98% com tendência a equilibrar-se ante a valorização da terra; o valor do aluguel de postos subiu de 183 por cento, e de 1971 a 1977, os salários dos trabalhadores fixos subiu de 38 por cento e dos bóias-frias em 66 por cento". Isto representa que a supervalorização da terra e o baixo aumento nos salários dos fixos poderão representar, daqui a algum tempo, os principais fatores de desemprego no meio rural brasileiro.

Para o agrônomo, também diretor da Divisão de Sócio Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, "no momento a tendência é uma concentração cada vez maior. Até onde vai se conduzir, ninguém sabe. O pior pode ocorrer quando uma grande maioria da população passa fome. Mas ainda tenho uma certa confiança de que as próprias Forças Armadas se convençam da necessidade de executar uma reforma agrária. No Brasil, como um todo, o problema se resolveria com uma reforma no sentido clássico, pela desapropriação das propriedades improdutivas e a consequente venda aos novos proprietários. O processo terá que ser rápido com a formação de coopercitivas onde os novos proprietários sejam os donos e formadores destas mesmas cooperativas".

Apesar de manifestar sua confiança na execução de uma reforma através do próprio poder que o impede, Lorena é um tanto cético ao procurar responder o porquê da reforma agrária não ter sido estimulada no Brasil: "Infelizmente não tenho esperança numa reforma. Não tenho muito fé. Temos uma boa legislação, com o Estatuto da Terra, a legislação complementar que dá ao governo todos os poderes de executá-la. Chegou-se a um ponto, em anos anteriores, de proprietários supervalorizarem suas terras com receio de serem desapropriadas. Mas apesar da legislação, todo mundo se convenceu de que não haverá reforma. E ninguém mais tem medo".

Outro fator, citado por Lorena como um dos entraves à execução da reforma agrária no Brasil é o excesso de tecnicismo. Segundo ele, chegou-se a um ponto em que a substimação da capacidade do agricultor tocar sua propriedade fez com que se gastasse milhões de cruzeiros em projetos para o futuro das terras desapropriadas que, com este valor, seria possivel desapropriar o dobro daquelas a que se destinaram os estudos e em que nada foi executado.

Ao final de sua exposição aos agrônomos presentes ao encontro Lorena lançou vários questionamentos aos técnicos no sentido de alertá-los quanto à eficiência de seu próprio trabalho ao prestar assistência a grandes proprietários; ao assistir passivamente a concentração de terras; ao desemprego na área rural; ao alertar também para que questionem o mergulho que deram numa estrutura viciosa quando eles (os agrônomos) podem ser fator importante na aplicação do Estatuto da Terra, e mostrar às autoridades a inutilidade de um trabalho voltado apenas para os que menos dele precisam.

COMPANHIAS HEREDITÁRIAS

Carlos Lorena, por sua vez, disse que "o Governo brasileiro está recriando o modelo de capitanias hereditárias ao permitir que centenas de milhares de alqueires de terra se concentram nas mãos de um só proprietário". Referiu-se ao Projeto Jari, do poderoso norte-americano Daniel Ludwig; aos da Volkswagen, da Eletroradiobrás e da Codeara.

Analisou "as grandes contradições do modelo agrícola brasileiro e o contraste com a estrutura fundiária do país. A questão do desemprego rural tende a agravar-se à medida que o valor da terra cresce. Só no período compreendido entre os anos de 1969 a 1977, cresceu 490 por cento, em contraposição aos salários dos trabalhadores fixos, que de 1971 a 77 foi elevado em apenas 38 por cento" — declarou. P. 8

4/7/78

continuação da página anterior

AGRÔNOMOS

CLASSES DE ÁREA	ESTABELECIMENTOS		PERCENTAGENS		CULTURAS				
	NÚMERO	ÁREA	NÚMERO	ÁREA	PERMANENTES	%	TEMPORÁRIAS	%
Até 1 Ha	463.641	885.730	9,3	0,29	16.577	5,2	244.526	85,6
1 a 2	538.503	739.503	10,8	0,2	51.038	6,8	581.197	78,7
2 a 5	924.635	3.021.583	18,4	0,9	323.183	10,7	1.805.662	59,7
5 a 10	689.796	4.953.802	13,8	1,5	580.214	11,7	2.201.527	44,4
10 a 50	1.544.040	35.366.143	30,8	11,0	2.462.323	7,0	9.144.945	25,8
50 a 100	353.471	24.739.552	7,1	7,7	1.146.913	4,6	3.423.794	13,8
100 a 200	236.721	31.830.192	4,7	9,9	1.971.038	3,4	3.169.899	10,0
200 a 500	156.739	47.825.209	3,1	14,9	1.151.266	2,4	3.952.192	8,3
500 a 1.000	52.510	36.251.876	1,1	11,2	603.772	1,7	2.495.132	6,4
1.000 a 2.000	24.314	33.206.913	0,5	10,3	365.890	1,1	1.640.609	4,9
2.000 a 5.000	12.743	37.549.158	0,3	11,6	232.937	0,6	1.164.121	3,1
5.000 a 10.000	3.021	20.505.019	0,06	6,4	88.898	0,4	423.166	2,1
10.000 a 100.000	1.778	36.032.169	0,04	11,1	200.181	0,6	256.997	0,7
100.000 e mais	46	10.314.161	0,001	3,2	171	0,002	4.911	0,05
TOTAL	5.001.979	322.621.000	100	100	8.294.408	2,5	30.508.668	9,5

PERCENTAGEM POR CLASSE DE ÁRE.. E PRODUTIVIDADE

CLASSES DE ÁREA	ÁREA	PRODUÇÃO ANIMAL (1)					PRODUÇÃO VEGETAL							
	%	AVES	OVOS	SUÍNOS	LEITE	BOVINOS	MANDIOCA		FEIJÃO		AMENDOIM		ALGODÃO	
							%	T/Ha	%	T/Ha	%	T/Ha	%	T/Ha
Até 100 Ha	23,5	88,3	87,2	85,4	49,7	25,3	88,2	9,46	83,2	0,395	59,2	1,24	69,9	0,903
100 a < 1.000 Ha	37,0	10,8	11,4	12,5	42,2	40,5	10,6	8,27	14,8	0,336	10,8	1,37	25,6	0,987
1.000 Ha e mais	39,5	0,9	1,4	2,0	8,1	34,2	1,2	9,36	2,0	0,342	1,01	1,24	4,5	0,951
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	8,45	100	0,372	100	1,25	100	0,949

CLASSES DE ÁREA	PRODUÇÃO VEGETAL													
	CAFÉ		TRIGO		BATATA		CACAU		BANANA		SOJA		LARANJA	
	%	T/Ha	%	T/Ha	%	T/Ha	%	T/Ha	%	(1)	%	T/Ha	%	(1)
Até 100 Ha	53,5	0,620	49,5	0,83	80,8	5,48	52,1	0,438	72,8	560	69,7	0,829	60,1	71,7
100 a < 1.000 Ha	38,8	0,826	42,6	1,05	17,1	8,31	44,1	0,577	23,3	556	25,6	0,943	32,7	77,6
1.000 Ha e mais	7,7	0,561	7,9	1,01	2,1	8,39	3,8	0,597	3,9	592	4,7	0,979	7,2	85,5
TOTAL	100	0,745	100	0,93	100	5,87	100	0,555	100	560	100	0,852	100	74,3

CLASSES DE ÁREA	PRODUÇÃO VEGETAL				VALOR (%)		
	ARROZ		CANA		(3)	(4)	TOTAL
	%	T/Ha	%	T/Ha			
Até 100 Ha	54,8	1,13	22,5	30,8	61,2	46,7	57,3
100 a < 1.000 Ha	33,9	1,32	48,7	42,0	26,7	40,9	30,5
1.000 Ha e mais	11,3	1,46	28,8	46,9	12,1	12,4	12,2
TOTAL	100	1,22	100	40,0	100	100	100

(1) Cachos/ha
(2) 1.000 frutos/ha; todos os demais produtos vegetais em Toneladas/ha
(3) Produtos para o mercado interno
(4) Produtos para exportação

Porcentagem por classe de área e produtividade. As propriedades menores apresentam maior eficiência produtiva

CLASSES DE ÁREA	PASTAGENS	%	MATAS	%	INAPROVEITADAS	%	BOVINOS	
							CABEÇAS	CAB/Ha
Até 1 Ha	21.900	7,7	2.705	0,9	0	0	244.855	0,86
1 a 2	92.400	12,5	14.887	2,0	0	0	354.338	0,48
2 a 5	749.000	24,8	105.091	3,5	38.966	1,3	1.280.243	0,42
5 a 10	1.760.000	35,6	210.662	4,3	199.524	4,0	2.114.250	0,43
10 a 50	15.800.000	44,7	1.933.731	5,5	5.996.253	17,0	14.040.226	0,40
50 a 100	14.000.000	56,6	1.449.365	5,9	4.725.973	19,1	9.571.535	0,39
100 a 200	21.300.000	66,7	2.057.841	6,5	4.256.004	13,4	11.658.919	0,37
200 a 500	30.500.000	63,8	3.591.122	7,5	8.605.834	18,0	17.857.005	0,37
500 a 1.000	23.400.000	64,4	3.653.911	10,1	6.109.872	16,9	12.858.554	0,35
1.000 a 2.000	20.100.000	60,5	3.965.048	11,9	7.179.379	21,6	10.990.681	0,33
2.000 a 5.000	18.700.000	49,8	11.727.249	31,2	5.750.094	15,3	10.233.767	0,27
5.000 a 10.000	7.530.000	36,7	4.720.905	23,0	7.745.816	37,8	4.124.376	0,20
10.000 a 100.000	9.140.000	25,4	13.897.951	38,5	12.533.282	34,8	5.010.785	0,14
100.000 e mais	683.000	6,6	4.138.206	40,1	5.487.732	53,2	374.561	0,04
TOTAL	151.000.000	47,0	51.478.674	16,0	80.428.789	24,9	100.833.919	0,31

CLASSES DE ÁREA	PESSOAL OCUPADO				
	TOTAL	POR Ha	MENORES DE 14 ANOS		
			NÚMERO	%	AUMENTO 70/75 (%)
Até 1 Ha	1.167.242	4,09	228.723	19,6	69,35
1 a 2	1.565.569	2,12	352.426	22,5	60,44
2 a 5	3.092.468	1,62	768.773	24,9	53,1
5 a 10	2.597.590	0,52	651.326	25,1	50,1
10 a 50	6.785.467	0,19	1.552.125	22,9	49,6
50 a 100	1.849.514	0,074	354.843	19,2	48,2
100 a 200	1.420.325	0,045	254.059	17,9	69,3
200 a 500	1.242.615	0,026	175.185	14,1	57,7
500 a 1.000	536.093	0,016	70.831	11,9	75,4
1.000 a 2.000	342.899	0,01	37.745	11,0	103,4
2.000 a 5.000	220.467	0,0059	20.554	9,32	71,1
5.000 a 10.000	88.195	0,0043	8.206	9,30	228,8
10.000 a 100.000	67.602	0,0019	5.131	7,6	174,7
100.000 e mais	5.647	0,00054	757	13,4	174,0
TOTAL	21.054.199	0,065	4.481.500	21,3	54,5

O quadro mostra as distorções na ocupação do solo brasileiro

propriedades não será, como, não é em nenhum país do mundo, o que levará à produção mais eficiente e à redistribuição automática e harmônica da renda.

Se como fornecedora de produtos a agricultura exige uma estrutura que tenda à propriedade pequena e média, é evidente que como fornecedora de capitais também ela deverá apresentar essa estrutura, pois é na venda dos produtos que ela irá obter recursos para fornecer capitais ao desenvolvimento industrial e de serviços. Como fornecedora de mão-de-obra nossa agricultura não tem pecado pela falta, mais sim pelo excesso, devido à grande rapidez com que vem liberando seus trabalhadores, que não chegam a ser absorvidos pelos outros setores, constituindo-se em sério problema na sobrecarga do equipamento urbano.

O volume de mão-de-obra absorvido pela agricultura varia no sentido inverso da área da propriedade: quanto maior a propriedade menos empregos fornece por ha, variando de 4,09 trabalhadores por ha, nas propriedades de menos de 1 ha, até 0,00054 trabalhadores por ha, nas de mais de 100.000. Se procurarmos uma posição intermediária, dentro daqueles tamanhos de propriedade que mais contribuem para nossa produção, verificaremos que as propriedades entre 100 e 200 ha absorvem 0,045 trabalhadores por ha. Por outro lado as propriedades acima de 1.000 ha, cobrem cerca de 138.000.000 ha, e dão trabalho a cerca de 720.000 pessoas; se divididas em propriedades entre 100 e 200 ha, essas mesmas terras dariam trabalho a aproximadamente 5.200.000 pessoas, 5.680.000 mais que as atualmente ocupadas; isto representaria a fixação, temporariamente, na zona rural, de 12.600.000 habitantes, aproximadamente 10 por cento da atual população brasileira. Uma estrutura agrária com menor tendência à centralização que a atual, será poderosa instrumento para reduzir a velocidade do êxodo rural colocando-o em níveis que permitam o melhor preparo do homem que vem do campo para a cidade e sua melhor absorção pelo meio urbano.

Como consumidora dos produtos industrializados, nossa agricultura está longe de cumprir o papel que lhe seria reservado num país em que houvesse interesse por um desenvolvimento equilibrado entre o mercado externo e o interno, visando evitar excessiva dependência do exterior.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar do IBGE, 4º trimestre de 1973 5.330.000 trabalhadores rurais, numa força de trabalho de 15.100.000, são membros não remunerados da família, 2.950.000 são assalariados recebendo até 3 salários mínimos, totalizando 8.280.000 trabalhadores completamente sem condições de consumo. Isto representa uma população de aproximadamente 18.400.000 habitantes, completamente fora do mercado.

Estes números representam apenas parte da população rural não consumidora, pois o PNAD só pesquisa as condições de renda, na zona rural, dos assalariados. Todo o enorme contingente de pequenos parceiros e arrendatários, na realidade assalariados disfarçados, considerados como autônomos, não aparece no levantamento do nível de renda; não há dúvida de que, incluindo este contingente, temos mais de 20 milhões, e Lorena acredita que temos realmente mais de 25 milhões de brasileiros completamente fora do mercado consumidor.

Uma estrutura agrária que permitisse a esta população o acesso à propriedade da terra, para que ela pudesse usufruir o resultado de seu trabalho, em lugar de entregá-lo totalmente às mãos de outros, transformá-la-ia rapidamente em consumidora dos produtos industrializados.

FAZENDA CAPIVARI

O estudo de casos serve muitas vezes para esclarecer, de maneira concreta, aspectos levantados pela pesquisa estatística ou previstos pela teoria. O exame do que sucedeu sob este aspecto na fazenda Capivari, loteada pela Revisão Agrária de São Paulo, mostra como pequenos lavradores, sem base econômica mas com prática na agricultura, ainda que rotineira, podem se tranformar em bons lavradores e bons consumidores desde que tenham acesso à propriedade da terra.

A Fazenda Capivari foi dividida em 72 lotes, dos quais 66 foram vendidos a lavradores tradicionais, pequenos parceiros e arrendatários e assalariados; os outros 6, por dispositivos da própria lei, que concedia privilégios a agrônomos veterinários e combatentes da FEB, foram vendidos a profissionais daquelas carreiras e a militares.

Dois anos depois de estabelecido o loteamento, Lorena teve a oportunidade de realizar um levantamento na Capivari e encontrou entre outros, os seguintes itens

14 tratores, pertencentes a sitientes (a Fazenda Capivari, mantida como uma só propriedade, não possuiria mais que 1 ou 2 tratores); **22 veículos**, entre automóveis e caminhões (a Fazenda não empregaria mais que um ou dois automóveis e um caminhão); **42 conjuntos de irrigação**, com bomba, encanamentos e sprinklers (a Fazenda não possuiria nenhum, ou no máximo 1); **8 geladeiras** (a Fazenda poderia possuir um freezer e uma geladeira comum na sede e talvez uma geladeira na casa do administrador).

Todos os parceleiros possuiam **panelas de pressão** (Não creio que os moradores das colônias da Fazenda tivessem panelas de pressão).

Esses dados mostram claramente o potencial de consumo dessa população, que hoje nada compra de nossas indústrias. Mas esse potencial somente se dinamiza numa estrutura agrária que lhes permita o acesso à propriedade da terra, para que possam produzir e usufruir os resultados de seu trabalho.

Finalmente, quanto às condições de vida que nossa estrutura agrária proporciona ao homem rural, já vimos um índice no enorme aumento do número de menores de 14 anos que o censo encontrou trabalhando na agropecuária" – diz Lorena. Outros índices encontramos no PNAD, que nos mostra, entre os trabalhadores rurais, 40 por cento de analfabetos e 57 por cento com curso elementar, totalizando 97 por cento que não tiveram oportunidade de ir além do terceiro ano da escolinha rural que evidencia a miséria do subemprego, com 23 por cento da mão-de-obra trabalhando menos de 40 horas por semana, que revela, além dos 5.330.000 membros não remunerados da família, já citados, 85 por cento dos que trabalham recebendo até 1 salário mínimo (42 por cento até meio salário mínimo) e apenas 0,5 por cento alcançando o nível de 3 salários mínimos, o que indica a nenhuma perspectiva de futuro: é ainda a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que mostra 26% da população rural vivendo em "barracos" (contra 7,5 por cento das favelas urbanas), 46,5 por cento vivendo em domicílio sem qualquer abastecimento de água, 68 por cento sem qualquer tipo de instalações sanitárias e 87 por cento sem os benefícios da eletricidade.

ECONOMIZE USANDO
COTNIONFOR
SANTO REMÉDIO CONTRA O BICHO-MINEIRO

Cotnionfor é inseticida fosforado na forma de concentrado emulsionável
Um santo remédio no combate a pragas de diversas culturas, especialmente eficiente no controle do bicho-mineiro
Composto de 40% de Azinfós Etílico, é apresentado em frascos de 1 litro
Cotnionfor é aplicável com pulverizadores manuais ou motorizados, em alto ou baixo volume
É o fim do bicho-mineiro e do ácaro-vermelho do café.

fórmula
FÓRMULA S.A. ADUBOS E INSETICIDAS
(Registrada no DICOF do Ministério da Agricultura sob n. FCI 0169/03) - C.G.C. 43.209.196.0001-31
Sede e escritório:
Rua Desembargador Paulo Passalacqua, 200 e Rua Bauru, 40, Pacaembu, São Paulo, SP, CEP 01248.
Telefone: 262-9677 (PBX)
Fábricas:
Rua n. 47, 180, Jaguaré, São Paulo, SP
Telefones: 260-6114 - 268-2128
Avenida Tiradentes, 1670, telefone: 27-3170, Londrina-PR.

PT1030a 124

AGRONOMOS

Nossa estrutura agrária é cheia de contradições

Se o Brasil quiser alcançar um nível de desenvolvimento que permita ao seu povo uma vida humana e satisfatória precisa de uma agricultura que possa servir de base a esse desenvolvimento. A estrutura agrária existente está completamente divorciada do modelo que seria ideal ao Brasil e peca pelo baixo desfrute do potencial produtivo.

"Será nossa atual estrutura agrária, com sua enorme concentração de terra, capaz de nos dar uma agricultura forte, que sirva de base a um desenvolvimento sadio e permanente?

A pergunta é feita por Carlos Lorena Agrônomo do Anoni em 1977, e ele próprio respondeu ao falar no 2º Encontro Estadual de Agronomia para mais de 300 agrônomos, que no final da conferência levantaram-se para aplaudi-lo.

Lorena analisa inicialmente a produção de alimentos, matérias primas e produtos para exportação. Mostra um gráfico sobre ocupação do solo no Brasil, de acordo com as diversas classes de área e dá os números correspondentes.

De acordo com o levantamento apresentado, nota-se que as culturas permanentes localizam-se quase exclusivamente nas pequenas propriedades. O máximo de área ocupada por estas culturas está nas propriedades entre 5 a 10 ha., que lhes dedicam cerca de 12 por cento de sua área. Nas propriedades até 200 ha. ainda encontra-se áreas significativas dedicadas as culturas permanentes. Daí para cima; as culturas permanentes praticamente desaparecem, ocupando menos de 1 por cento da área das propriedades de 2.000 ha. e mais.

As culturas temporárias, que ocupam juntamente com as permanentes, 91 por cento da área das propriedades de menos de 1 ha e 86 por cento nas compreendidas entre 1 e 2 ha., diminuem à medida em que cresce a área, atingindo 13 por cento na altura dos 200 ha. e apenas 6 por cento nas propriedades entre 1.000 a 2.000 ha. daí para cima, praticamente desaparecem os dois tipos de culturas.

Se forem somadas as áreas de pastagens às culturas permanentes e temporárias, teremos ocupados 99 por cento da área das propriedades de menos de 1 ha., 98 por cento daquelas entre 1 e 2 ha., 95 por cento da classe seguinte, até os 5 ha., 92 por cento até os 10 ha., e vai caindo, mais lentamente que no caso das culturas, tornando-se insignificante nas propriedades acima de 100.000 ha. Mas no caso das pastagens, precisamos fazer uma observação: enquanto nas propriedades abaixo de 1 ha encontra-se a média de 0,9 cabeças por ha de pasto, nas propriedades acima de 100.000 ha existem apenas 0,04. Se tomarmos o número razoável de 0,5 cabeças por ha quase metade das "pastagens" das propriedades acima de 500 ha deverá ser considerada como área não aproveitada.

Somando-se as áreas com matas, têm-se ocupados 100 por cento das propriedades até 2 ha que não têm área inaproveitada, na classe de 2 a 5 ha já sobra 1 por cento da área e na classe seguinte, até 10 ha, sobram 4 por cento. Nas propriedades entre 10 e 50 ha temos 17 por cento da área não aproveitada. Daí por diante a área perdida sofre variações com tendência a crescer, atingindo 38 por cento nas propriedades entre 5.000 e 10.000 ha, 35 por cento naquelas entre 10.000 e 100.000 e 53 por cento acima dos 100.000. Se for levado em conta o não aproveitamento das matas, estas percentagens seriam respectivamente de 50, 42 e 54 por cento.

AS CHÁCARAS SERIAM INDESEJÁVEIS

Evidentemente não seria desejável a divisão de todo o País em chacrinhas de 1 2 ou 10 ha insuficientes para manter dignamente uma família de lavradores segundo opinião de Carlos Lorena. Mas acima de um limite razoável, temos que considerar o fato de que quanto maior é a propriedade, maior é o percentagem de suas terras que ficam inaproveitáveis não contribuindo para a produção de alimentos, matérias primas e produtos de exportação.

Em outro quadro analisado por Lorena, tem se a distribuição de 18 diferentes produtos de nossa agricultura, de acordo com a área das propriedades em que são produzidos. Vê-se aí que as propriedades até 100 ha, detendo 23,5 por cento da área total das propriedades até 100 ha, são responsáveis por 88 por cento das aves, 87 por cento dos ovos, 85 por cento dos suínos e 50 por cento do leite produzido no País.

No campo da produção animal, apenas o carne tem como principais produtoras as propriedades entre 100 a 1.000 ha, com 40 por cento da produção, cabendo 25 por cento para os de menos 100 ha, as propriedades acima de 1.000 ha que detêm 39,5 por cento da área total, só estão na frente daquelas abaixo de 100 ha na produção de carne, com 34 por cento.

No campo da produção vegetal, novamente aquelas 23,5 por cento da área total, pertencentes às propriedades de menos de 100 ha, são responsáveis por 88 por cento da produção da mandioca e do amendoim, por 83 por cento do feijão, 81 por cento da batata, 73 ppr cento da banana 70 por cento do algodão e da soja, 60 por cento da laranja, 55 por cento do arroz, 54 por cento do café, 52 por cento do cacau e 50 por cento do trigo produzidos no País. Somente na produção de cana de açúcar as propriedades de menos de 100 ha perdem para as maiores, cabendo 49 por cento da produção para as propriedades entre 100 e 1.000 ha. 29 por cento para aquelas acima de 1.000 e 22 por cento para os de menos de 100 ha.

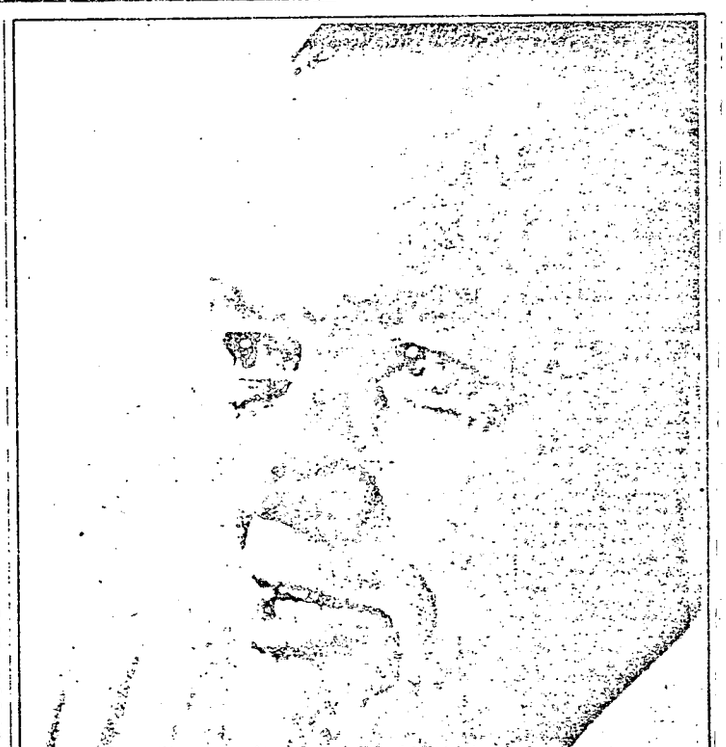
Dos produtos de origem animal, a produção de aves, ovos e suínos concentra-se nas propriedades entre 1 e 100 ha, com predominância das que ficam entre 10 e 100, a produção de leite concentra-se nas propriedades entre 10 e 1.000 ha, distribuindo-se igualmente entre as que ficam de 10 a 100 e as que ficam de 100 a 1.000; a produção de carne concentra-se nas propriedades que ficam entre 10 e 10.000 ha com predominia das que ficam entre 100 e 1.000.

A produção da banana situa-se nas propriedades entre 1 e 1.000 ha, com acentuada predominância daquelas entre 10 e 100; o arroz também concentra-se na mesma área, com equilíbrio entre a parte das propriedades entre 10 e 100 e daquelas entre 100 e 1.000 ha. a batata apresenta completa predominância nas propriedades entre 10 e 100 ha; o feijão também se apresenta mais nesses propriedades, mas salienta-se também nas da classe de 1 a 10 ha. o milho apresenta, como a batata, completa predominância das propriedades entre 10 e 100 ha.

Na produção de algodão, amendoim e mandioca, predominam novamente as propriedades entre 10 e 100 ha, sendo que nos dois últimos produtos também as propriedades entre 1 e 10 ha apresentam-se em evidência. Inclui-se uma linha representativa das percentagens da área total pertencentes a cada classe de área, mostrando que as propriedades entre 100 e 1.000 ha, que até aqui só se mostraram importantes na produção de carne e leite, detêm a maior percentagem da terra, seguidas pela classe de 1.000 a 10.000 ha que não se salientou em qualquer tipo de produção, vegetal ou animal, e no entanto ocupa enorme percentagem das terras, segue-se a classe entre 10 e 100 ha, que é a primeira na grande maioria das produções, mas fica em terceiro lugar quanto à área a classe de 1 a 10 ha, que apresenta posição destacada em quase todas culturas, ocupa uma área insignificante de terras, muito abaixo das propriedades entre 10.000 e 100.000 ha, que quase nada produzem.

PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Entre os produtos de exportação inclui-se o trigo, que não é exportado, mas que evita importante item de nossas importações, não produzindo, mas economizando dólares. Nas produções de cacau, café, laranja, soja e trigo predominam as propriedades entre 10 e 100ha, em equilíbrio com aquelas de 100 a 1.000 ha; na da cana, o predomínio é na classe de 100 a 1.000 ha. Todos os dados mostrados por Lorena tornaram evidente que é das propriedades situadas nas classes de 1 a 10, de 10 a 100 e de 100 a 1.000 ha, que se concentra a produção brasileira com alguma coisa, ainda, na produção de carne, na classe entre 1.000 e 10.000 ha. Para ter uma idéia melhor do conjunto, somamos essas produções em dois grupos, um dos produtos destinados principalmente ao mercado interno e outro dos destinados mais à exportação. Os produtos que mais se destinam ao mercado interno saíram das propriedades entre 1 e 1.000 ha, com predomínio daquelas entre 10 e 100, os produtos de exportação saíram predominantemente das propriedades entre 10 e 1.000 ha distribuindo-se equilibradamente entre essas duas classes.



Lorena: a concentração da propriedade é perigosa

10 A 100 ha., A PROPRIEDADE IDEAL

Conclui-se que se quizermos uma agricultura que responda eficientemente às necessidades de alimentos e matérias primas para o mercado interno e de produtos exportáveis, devemos voltar-nos para as propriedades entre 1 e 1.000ha, principalmente entre 10 e 100ha. Uma estrutura agrária que tende à concentração cada vez maior da terra, eliminando as pequenas

SEMENTES FISCALIZADAS DE SOJA

Paraná, Bragg, Davis, S. Rosa, Hardee, IAS.4, Pérola, Sulina. Pedidos diretamente ao produtor A.C. BARCELLOS, Reg. Cessoja 323, Assoc. APASUL, Carazinho: fone 8872, Caixa Postal nº 246. Porto Alegre: fone 218795, Andradas, 1444, sala 33.

MUDAS DE CAFÉ

Mundo Novo e Catuaí

Temos para venda, uma produção de 2 milhões de mudas por ano. CHÁCARA NAMPO, Vila Santa Terezinha, fone 22-0422, Londrina.

PT 1030a. 124

Anexo nº 05

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

40

Os ag...
que se refere ao achatamento ...

Um auditório repleto ouviu a palestra do engenheiro agrônomo Valter Lazarini Filho

AS

Presidente da AEASP defende uma participação mais ampla

Para o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo, Valter Lazarini Filho, que falou ontem aos participantes do 2º Encontro Estadual de Agronomia sobre o tema "Política Profissional", as lutas e reivindicações dos profissionais que a entidade representa não devem ser nunca voltadas exclusivamente para a defesa dos interesses da classe. Ele entende que a participação deve ser mais ampla, "mesmo porque seria até egoísmo que uma classe privilegiada, que possui instrução universitária, se preocupasse apenas em ampliar os benefícios que já goza".

Diante de um auditório repleto, o presidente da AEASP defendeu a idéia de que o profissional deve iniciar sua atuação no próprio bairro onde mora, "lutando, por exemplo, pela ampliação das áreas verdes". No âmbito municipal, a luta poderia ser por um melhor controle da erosão, e assim por diante. "O que não podemos —disse ele — é permanecer de braços cruzados apenas por achar que esse ou aquele problema foge da nossa alçada".

Ele reconheceu, porém, que o fato de que a grande maioria dos engenheiros agrônomos estar ligada ao serviço público, trabalhando nas secretarias da Fazenda, acaba por distanciar os profissionais: "Muitas vezes, em função de trabalhar num órgão público, o agrônomo não pode se manifestar ou então não o faz por medo de represálias. O que é preciso, no entanto, é separar a pessoa em duas: uma delas é o funcionário público e a outra é o cidadão, que tem o direito e o dever de atuar onde e quando julgar necessário".

Ele acrescentou que no Estado de São Paulo o próprio estatuto do funcionalismo público não permite a participação mais ampla daqueles profissionais, para finalizar dizendo que, "na essência, estamos reivindicando a liberdade de expressão".

AEROPORTO DE CAUCAIA

Um dos exemplos mostrados por Lazarini Filho, ao defender a participação mais ampla dos profissionais liberais nos problemas comuns da comunidade, foi a embargo nas obras de construção do Aeroporto Metropolitano de Caucaia do Alto, em São Paulo, que iria praticamente por abaixo toda a reserva florestal do "Morro Grande".

Historiando, ele contou que o percentual de florestas originais naquele Estado, que em 1820 era de 80 por cento, caiu em 1977 para apenas 7 por cento. E citou a Lei de Proteção dos Mananciais, criada por sugestão do governador Paulo Egydio: "Esta lei foi criada especificamente para proteger reservas florestais que abriguem mananciais de água, como é o caso de Caucaia do Alto, de onde provém parte da água que abastece São Paulo. Aliás, o nome da reserva consta no corpo da lei. Agora, o que não se pode compreender é que o próprio governador que criou a lei queira passar por cima dela" — disse.

AÇÃO POPULAR

Embora a proteção para este tipo de reserva florestal esteja contida também no Código Florestal, o palestrante disse não acreditar que o IBDF —Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal —, venha a se manifestar contra o projeto de construção do Aeroporto Metropolitano em Caucaia do Alto: "Isto porque —explicou - a lei permite a derrubada da mata desde que o motivo seja de caráter social. E a decisão fica a cargo do presidente do IBDF, um único elemento e sujeito a uma série de pressões".

Segundo ele, foi em janeiro deste ano que quatro entidades de defesa da ecologia primeiramente se manifestaram contra a construção do aeroporto no local escolhido pelo governo paulista: "De lá para cá — disse — muita coisa mudou. Hoje são mais de 70 entidades que inclusive já se uniram e fundaram a Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade, da qual faz parte a AEASP. Nossa primeira vitória foi no âmbito judicial, pois foi através de uma ação popular movida contra o governador Paulo Egydio o Secretario dos Transportes Tomás Pompeu de Magalhães, e o diretor do Departamento Aeroviário de São Paulo, engenheiro Lauro Reis, que conseguimos o embargo imediato das obras, até hoje paralisadas.

Lazarini: pela defesa dos interesses comunitários

CONSERV
Não perca o dinheiro aplic
Faça terraços de base larga
PLANEJE — Rua Pio XII,

F Londrina 5/7/78

PT 1030a - 124

continuação da página anterior

AGRÔNOMOS

ta é um lugar atrasado e que deve ser o mais cedo colonizado, desbravado, desenvolvido. O que se quer é crescimento econômico. Custe o que custar. Sem perguntar para quê. E crescimento econômico se mede em fluxo de dinheiro: o PNB. É mais progressista aquele país que tem o PNB mais elevado. Se os Estados Unidos tem o PNB que hoje está por volta de 7 mil dólares e nós por volta de 1 mil e 500 então os americanos são cinco vezes mais progressistas do que nós e precisamos chegar lá onde eles estão.

Mas este tipo de enfoque não pergunta para que serviu este fluxo de dinheiro. Nós todos medimos hoje o progresso em termos de PNB. Mas o PNB é também uma medida indiscriminada. Ele mede apenas o fluxo de dinheiro. E não diz o que acontece com esse dinheiro. Ele soma inclusive coisas negativas. Se a poluição chegar a um ponto tal que a saúde pública baixar a níveis nunca antes vistos e que então nós tivermos que construir hospitais e gastar rios de dinheiro com médicos, com remédios, com enfermeiras, com funerárias, etc, todo este dinheiro engrossará o PNB. Portanto, dentro deste enfoque, quanto mais problemas nos tivermos, melhor.

A visão ecológica inverte estas coisas. O dogma fundamental da doutrina ecológica é exatamente o contrário desse. O que nós precisamos não é crescimento indefinido. O que precisamos é equilíbrio. Situações de equilíbrio sustentável. Toda tecnologia deve ser sustentável. Ela deve viver dos juros, ou seja, dos frutos da natureza. E não do consumo da natureza. Se eu vivo de um capital eu devo viver dos juros desse capital. Então eu terei futuro. Ainda vou entregar aos meus filhos o mesmo capital que recebi de meu pai. Mas se eu viver do consumo deste capital posso aparentar grande prosperidade. Podem meus amigos todos me invejarem. Mas o dia da verdade será inevitável. E quando chegar o dia da verdade ninguém me invejará. O que nós precisamos é partir para esquemas que sejam permanentemente sustentáveis. É chegar a situações equilibradas.

P — Dentro do processo político brasileiro atual supõe-se, ou pode-se levantar hipóteses, que haverá abertura para formação de novos partidos. O movimento ecológico pode engajar-se em algum partido político?

Lutzenberger — Em alguns países já existem partidos ecológicos. Na França, por exemplo existe um partido ecológico. Na Inglaterra existe um partido ecológico. Na Alemanha existe uma coisa diferente: as listas verdes. E eu acho que nós temos que partir para uma coisa assim. Fundamentalmente sou contra a criação de um partido ecológico. Porque um partido ecológico seria mais cedo ou mais tarde também uma grande estrutura de poder. E dentro de todas as estruturas de poder se verifica sempre uma seleção negativa: não é o mais apto, o mais decente, o mais sério que vai lá para cima. É quase sempre o mais safado, o mais sem-vergonha, o mais hipócrita, o mais bandido que acaba mandando. E isso não seria diferente num partido ecológico. O que nós precisamos é um movimento de bases pluralistas. É o que fizeram na Alemanha, e tiveram grande sucesso na última eleição. As listas verdes estão constituídas por centenas de grupos de ação comunitária. Todos eles defendendo maiores atividades democráticas, maiores responsabilidades do indivíduo, do cidadão dentro de sua comunidade. E o movimento ecológico deve ser desta natureza. Deve ser pluralista. Jamais monolítico. E por isso sou contra a criação de um partido ecológico.

P — No Brasil, o que se faz hoje em termos de movimento ecológico?

Lutzenberger — Temos hoje no Brasil algumas dúzias de entidades como a nossa Agapan. Em São Paulo tem um movimento lindo, como a Associação Paulista de Preservação da Natureza que já tem uma vitória maravilhosa — uma das maiores vitórias ambientais do mundo — contra a instalação do aeroporto de Caucaia do Alto. Nós temos movimentos maiores ou menores em todo o país, inclusive entidades de ação comunitária que antes não estavam diretamente ligadas à ecologia como, no Rio Grande do Sul, a Ação Democrática Feminina. E estas entidades estão hoje quase que totalmente dedicadas à luta ecológica.

MENOS AGRESSÃO, MAIS DEMOCRACIA

P — Dentro do atual sistema, onde se dá muito respaldo a ação das multinacionais, a situação dificilmente mudaria. O sr. concorda?

Lutzenberger — Acho que ela vai mudar sim. Todo o processo evolutivo é lento. E ele tem que vir de baixo. Se nós estivessemos numa situação de ditadura monolítica aí sim que não poderia acontecer nada. Mas nos temos hoje já uma abertura na imprensa e as coisas estão evoluindo. À medida que um maior número de técnicos se conscientizem — e agora falando especificamente sobre agricultura — que um número maior de agricultores partir para os métodos alternativos as multinacionais simplesmente vão perder terreno. E não poderão fazer absolutamente nada. Elas terão que procurar outros campos.

P — Já há um enfoque das próprias multinacionais para um controle biológico, na agricultura?

Lutzenberger — Onde eles podem faturar em cima, como no caso dos bacilos, eles estão indo neste caminho, é claro.

P — Qual a viabilidade das tecnologias alternativas no setor de energia. O que o sr. pensa sobre isso?

Lutzenberger — Tem uma infinidade de caminhos. Em primeiro lugar nós temos que abandonar o mais cedo possível — não já — o uso dos combustíveis fósseis. Aproveitar aquelas que ainda temos para facilitar a transição para que ela seja a mais suave possível. Se nós vamos até o fim do petróleo, por exemplo, então não vai mais haver possibilidade para transição. E aí nos vamos levar um golpe violento. Temos que aproveitar agora, com muito critério, o que nos resta de combustíveis fósseis para preparar os caminhos alternativos. E aí as alternativas energéticas são as energias do solo. Tanto no aproveitamento direto da radiação como nas formas indiretas de energia solar: vento, desnível hídrico (mas não os grandes desníveis hídricos como Itaipu: milhares de pequenas usinas) e aqui no Brasil temos um potencial fabuloso na biomassa.

Hoje nós estamos imbecilmente botando fora nossa biomassa porque aquele restinho que está sobrando estão sempre botando fogo como se tivessem raiva daquilo. Não sei o que tem na alma do brasileiro que ele não pode ver macegas, não pode ver capoeira, não pode ver capim alto que ele tem que estar sempre metendo fogo. Aqui mesmo neste "campus" vejo tocos queimados, símbolo do espírito que existe no país. Desde quando, numa escola de agronomia se poderia ver um troco desses? Só se fosse como exemplo negativo. Então, vamos botar uma plaquinha lá. E no aproveitamento da biomassa temos um potencial fabuloso.

Acho que o Brasil é o país que mais potencial tem neste campo. E nós poderemos, inclusive, exportar energia. Mas o aproveitamento da biomassa no Brasil por exemplo é grande. Quando queimamos lenha estamos usando energia de biomassa. No Brasil acho que ainda 80 por cento da energia consumida é de lenha. Só que estamos usando esta energia de maneira irracional. Consumindo as florestas. Quando deveríamos usá-la dentro de um esquema sustentável. E aí não é só a madeira que interessa. Capim contém energia. Posso usar esta biomassa na biocompressão, em digestores anaeróbios para fazer gás metano. O programa de álcool do governo vai utilizar a biomassa. Só que ele quer partir para um esquema tecnocrático, que certamente vai fracassar. Pelo menos do ponto de vista energético. Pode não fracassar monetariamente. Mas o balanço energético vai ser negativo. E isso eles não estão vendo ainda. Agora o álcool é interessante. Mas deve ser explorado dentro de um esquema descentralizado.

P — E como se processaria este esquema de exploração descentralizada?

Lutzenberger — Em vez de fazer grandes usinas deve-se fazer milhares e milhares de pequenas destilarias de álcool. De preferência com destilação solar.

P — Porque só aproveitar pequenos leitos de rios?

Lutzenberger — Em primeiro lugar, uma usina gigante como esta de Itaipu significa um tremendo impacto ambiental. Enormes extensões de natureza ou de áreas agricultáveis são inundadas e assim perdidas para sempre. Além disso toda a ecologia daquele rio é destruída. Os peixes de Piracema, por exemplo, desaparecam. Em geral os engenheiros nem se dão ao trabalho de colocar uma escadinha de peixes.

Por outro lado, o grande potencial hídrico, em geral, está em lugar onde não tem consumo de energia. Fizeram Itaipu num lugar onde não tem consumo de energia. O maior potencial hídrico do Brasil está lá na Amazônia. Não tem ninguém pedindo energia elétrica. O transporte desta energia através de linhas de alta tensão significa outro impacto ambiental violento. Ainda mais da maneira como costumam trabalhar nossos engenheiros. Para fazer linhas de alta tensão derrubam tudo o que tem por baixo. E nestas linhas, conforme a distância que ele atinge, se perde em alguns casos até 50 por cento daquela energia. Perder 10 a 15 por cento é normal. Então o que eles fazem hoje, em esquemas tecnocráticos, são as gigantescas usinas quase sempre em lugar onde não há necessidade de energia. Depois se atrai o consumo para lá através de uma política de tarifas invertidas: se faz mais barato para aquele que mais consome — o industrial paga menos e o particular paga mais — quando deveria ser o contrário.

Mas os pequenos potenciais, dos quais nós temos centenas de milhares no país, não são aproveitados. Podem ver que esta coisa não é uma resposta técnica. É uma resposta política. A grande usina é do grande capital. Não importa que ela seja supostamente privado ou estatal. As pequenas seriam de pequenos capitalistas disseminados pelo país. E nós teríamos milhares de pequenas usinas tanto particulares como de pequenas comunidades. Daí nós teríamos disseminação de capital. O que eles querem é concentração de capital. Nas pequenas a agressão ecológica seria a mínima. E haveria mais democracia. Haveria mais divisão de poder. Poder de decisão. Isto é mais social. Significa mais justiça social.

Por aí se vê que o problema ecológico é fundamentalmente um problema político. Em todos os aspectos. Seja qual for a natureza da tecnologia que se analisar, vamos ver que predomina sempre, ou que procura fazer predominar sempre, aquelas tecnologias que concentram capital. Portanto, que geram poder para um grupo que já é forte. Não importa que se trate de capitalistas ou do Partido Comunista Soviético. É a mesma coisa. Não tem a mínima diferença. Toda grande burocracia quer sobreviver e continuar crescendo. Então ela vai promover aquelas coisas que geram dependência. Que gerem poder para ela. Por isso nos países comunistas vamos encontrar as mesmas tecnologias do que aqui no nosso lado. Porque lá temos uma só multinacional, chamada governo. Que não tem nem concorrência. O que é muito pior. É um supercapitalismo. E o que precisamos é inverter esta coisa. Disseminar o capital.

NÃO PARE SEU TRATOR
PARE NO JABUR

engenho

PNEUS DE 1ª LINHA COM CRÉDITO E ASSISTÊNCIA.

Não deixe parado qualquer veículo de sua fazenda. E deixe sempre a produção bem coberta: peça também nossos encerados.

Firestone

JABUR S.A. PNEUS
PNEUS E SERVIÇOS DE 1.ª LINHA

LONDRINA · CURITIBA · MARINGÁ · PONTA GROSSA · CASCAVEL · UMUARAMA CAMPO MOURÃO · IVAIPORÃ · MEDIANEIRA · CHAPECO

PT1030a.124

AGRÔNOMOS

Política profissional:

O agrônomo voltado para os problemas da sociedade

"A idéia que temos desenvolvido na Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo é a de que "politica profissional" não deve e não pode ser exclusivamente uma politica de entidade de classe, voltada para interesses eminentemente classistas. Ao lado desta politica, para que haja uma complementação, deve haver uma participação efetiva do profissional nos problemas da sociedade".

A declaração é do engenheiro agrônomo Walter Lazzarini Filho, presidente da Associação dos agrônomos de São Paulo que falou, durante o II Encontro Estadual de Agronomia, sobre o tema "Politica Profissional".

Em entrevista à Folha Rural, Lazzarini disse também que "somente com esta participação mais ampla é que se poderá efetivar a politica profissional". Na sua opinião isto se justifica porque os problemas que hoje afligem a sociedade e, sendo a classe agronômica uma classe de nivel universitário, e portanto privilegiada, ela tem o dever de atuar amplamente na área dos problemas desta sociedade, da sua comunidade, ou mesmo naquilo que for possivel.

Para exemplificar esta atuação o agrônomo citou a luta em que se engajaram os profissionais em São Paulo quando se tratou de problemas distintos: um que afetava direta ou indiretamente a classe (A Lei de Proteção aos Cultivares) e aquela sobre a construção do Aeroporto Metropolitano de Caucaia do Alto onde uma enorme área de reservas florestais do Estado estava para ser destruidas.

"Se nós olhassemos, como entidade de classe, unica e exclusivamente do ponto de vista agronômico talvez não houvesse interesse na aprovação desta lei. Mas como a entidade também está voltada para interesses e problemas nacionais, ela se posicionou contrária a esta aprovação porque a lei criava mecanismos que poderiam provocar uma desnacionalização das sementes criadas em nosso território, com gravissimas conseqüências para a agricultura nacional".

No caso de Caucaia do Alto, Lazzarini diz que talvez fosse um problema que não estivesse afeto à classe. "No entanto, o aeroporto, uma obra suntuosissima, não correspondia aos anseios e às próprias necessidades da comunidade paulistana. Além disso, queria-se implantar o aeroporto numa área muito acidentada, exatamente sobre uma reserva florestal do Estado". O agravante da situação, segundo Lazzarini, é que a reserva florestal de Caucaia do Alto protege todo um manancial de águas que serve a grande São Paulo, sendo que a qualidade da água seria afetada com a destruição das reservas.

Desta forma, além de efetivarem uma partitipação de interesse profissional e comunitário, a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo advoga também, conforme declarou seu presidente, uma maior liberdade de expressão dos agrônomos independente de sua condição de funcionário público — a grande maioria deles. "Pelo próprio Estatuto do Funcionalismo Público há uma limitação na participação. Ele não pode se manifestar. Portanto, pregamos a separação destas duas identidades: uma delas é o funcionário e outra o engenheiro agrônomo, profissional, cidadão que tem o dever de fazer as criticas que ele achar mais corretas e atuar onde ele deve, do ponto de vista classista, se manifestar abertamente.

PROLIFERAÇÃO DE ESCOLAS

Um dos assuntos que gerou polêmica durante os debates do II Encontro de Agrônomos e abordado por Lazzarini referiu-se à proliferação de escolas de agronomia no país. Para o presidente da AEASP "como o Ministério de Educação e Cultura não tem ainda uma pesquisa de mercado para conhecer as necessidades de engenheiros agrônomos no país, nós temos nos manifestado contrariamente à implantação ou à criação indiscriminada de escolas de agronomia. Chamamos por "indiscriminada" aquela criação de fundo politico e demagógico que procura única e exclusivamente trazer uma escola para determinada região com interesses em angariar votos, ou com outros interesses. Muitas escolas sem condições de material técnico ou humano para formar um bom profissional estarão desperdiçando recursos".

Um tema novo foi levado aos agrônomos presentes ao 2o. Encontro Estadual de Agronomia: Política Profissional. Para alguns, o assunto poderia insinuar o engajamento da classe nos partidos políticos, à primeira vista. No entanto, o tema tratou, nada mais, nada menos, do que a identidade do agrônomo como cidadão que, além de técnico, pode e deve contribuir e participar dos problemas da comunidade; da sociedade. O responsável pela exposição, Walter Lazzarini Filho, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo — AEAESP — explica o que é e onde pode ser exercida a política profissional; uma idéia levantada pela sua associação, e amplamente debatida entre os presentes no Encontro.

Walter Lazzarini Filho: Política profissional é aquela também voltada para os problemas da sociedade

Paralelo a isso, o presidente da AEASP abordou também a criação de cursos semelhantes aos de agronomia que formam técnicos altamente especializados sem, no entanto, uma formação mais ampla de sua área de atuação. "Chamamos isto de pulverização profissional. Mas não deve ser visto somente do ponto de vista nosso, como problema de classe. O que queremos é uma melhor orientação do ensino no Brasil. E hoje não existe porque, por exemplo, são formados outros cursos como engenharia agrícola administração rural, tecnologia de laticinios, tecnologia de cooperativismo, zootecnia, engenharia florestal, tecnologia e fitotecnia, bovinotecnia, bovideocultura, enfim uma barafunda de profissionais atuando quase na mesma área. O que se deve evitar é que o profissional, leve ele o nome que levar, não receba uma formação básica, eclética. Uma formação onde não somente tenha a parte técnica, mas também econômica, social, politica, ou seja, uma orientação básica para a vida deste profissional, para que ele tenha uma consciência ampla daquilo que ele faz e realiza". Para Lazzarini, o profissional especializa - do precocemente irá se desligar da realidade especializando-se cada vez mais no menos. Serão especializações cada vez maiores no nada.

Os cursos de especialização também foram criticados por Lazzarini argumentando que "estes cursos de pós-graduação, por exemplo, em países em desenvolvimento totalmente diferente do estágio de desenvolvimento brasileiro serve apenas como uma complementação individual de conhecimento, não trazendo, ou trazendo muito pouco, de vantagem ou benefícios para o desenvolvimento da agricultura. Como em geral estes profissionais trazem conhecimento de países muito adiantados, não há possibilidade de adaptação ou aplicação destes conhecimentos dentro do país. Enquanto temos aqui grandes extensões territoriais e grande quantidade de mão-de-obra desqualificada, nos outros países, geralmente pequenos, com dificuldades com mão-de-obra cara, corremos o perigo de trazer uma tecnologia libertadora de mão-de-obra desenvolvido para as condições próprias de países em estágios diferentes.

Ao finalizar sua entrevista, Walter Lazzarini Filho traçou um panorama dos principais problemas da agricultura brasileira, considerando que a estrutura fundiária concentra, por si mesma, a maioria dos entraves ao desenvolvimento da agricultura. Também aponta a politica agrícola, desde a fase de pesquisa, assistência técnica, crédito, voltada para a economia de exportação como fator de entrave ao desenvolvimento não só agrícola como também econômico e social do país. Lazzarini coloca ainda, como necessidade vital para um bom desenvolvimento da agricultura nacional, a revisão da dependência externa, procurando criar alternativas de tecnologia que possam se utilizar mais da abundante mão-de-obra existente no país. Ressaltou que a recuperação dos recursos naturais também não deixa de ser um fator importante para o equilíbrio entre agricultura, economia e bem-estar social.

G.G. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES AGROPECUÁRIOS LTDA.
Temos sementes de soja do Rio Grande do Sul, de todas as variedades.
Aceitamos pedidos.
Rua Quintino Bocaiuva, 1019, fone 22-1083, Londrina.

PT 4030a.124

Anexo nº 06

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

com
com

novos part

PT 1030a. 124

continuação da página anterior

ta é um lugar atrasado e que deve ser o mais cedo colonizado, desbravado, desenvolvido. O que se quer é crescimento econômico. Custe o que custar. Sem perguntar para quê. E crescimento econômico se mede em fluxo de dinheiro: o PNB. É mais progressista aquele país que tem o PNB mais elevado. Se os Estados Unidos tem o PNB que hoje está por volta de 7 mil dólares e nós por volta de 1 mil e 500 então os americanos são cinco vezes mais progressistas do que nós e precisamos chegar lá onde eles estão.

Mas este tipo de enfoque não pergunta para que serviu este fluxo de dinheiro. Nos todos medimos hoje o progresso em termos de PNB. Mas o PNB é também uma medida indiscriminada. Ele mede apenas o fluxo de dinheiro. E não diz o que acontece com esse dinheiro. Ele soma inclusive coisas negativas. Se a poluição chegar a um ponto tal que a saúde pública baixar a níveis nunca antes vistos e que então nós tivermos que construir hospitais e gastar rios de dinheiro com médicos, com remédios, com enfermeiras, com funerárias, etc, todo este dinheiro engrossará o PNB. Portanto, dentro deste enfoque, quanto mais problemas nos tivermos, melhor.

A visão ecológica inverte estas coisas. O dogma fundamental da doutrina ecológica é exatamente o contrario desse. O que nós precisamos não é crescimento indefinido. O que precisamos é equilíbrio. Situações de equilíbrio sustentável. Toda tecnologia deve ser sustentável. Ela deve viver dos juros, ou seja, dos frutos da natureza. E não do consumo da natureza. Se eu vivo de um capital eu devo viver dos juros desse capital. Então eu terei futuro. Ainda vou entregar aos meus filhos o mesmo capital que recebi de meu pai. Mas se eu viver do consumo deste capital posso aparentar grande prosperidade. Podem meus amigos todos me invejarem. Mas o dia da verdade será inevitável. E quando chegar o dia da verdade ninguém me invejará. O que nós precisamos é partir para esquemas que sejam permanentemente sustentáveis. É chegar a situações equilibradas.

P — Dentro do processo politico brasileiro atual supõe-se, ou pode-se levantar hipóteses, que haverá abertura para formação de novos partidos. O movimento ecológico pretende engajar-se em algum partido político?

Lutzenberger — Em alguns países já existem partidos ecológicos. Na França, por exemplo existe um partido ecológico. Na Inglaterra existe um partido ecológico. Na Alemanha existe uma coisa diferente: as listas verdes. E eu acho que nós temos que partir para uma coisa assim. Fundamentalmente sou contra a criação de um partido ecológico. Porque um partido ecológico seria mais cedo ou mais tarde também uma grande estrutura de poder. E dentro de todas as estruturas de poder se verifica sempre uma seleção negativa: não é o mais apto, o mais decente, o mais sério que vai lá para cima. É quase sempre o mais safado, o mais sem-vergonha, o mais hipócrita, o mais bandido que acaba mandando. E isso não seria diferente num partido ecológico. O que nós precisamos é um movimento de bases pluralistas. É o que fizeram na Alemanha, e tiveram grande sucesso na última eleição. As listas verdes estão constituidas por centenas de grupos de ação comunitária. Todos eles defendendo maiores atividades democráticas, maiores responsabilidades do individuo, do cidadão dentro de sua comunidade. E o movimento ecológico deve ser desta natureza. Deve ser pluralista. Jamais monolítico. E por isso sou contra a criação de um partido ecológico.

P — No Brasil, o que se faz hoje em termos de movimento ecológico?

Lutzenberger — Temos hoje no Brasil algumas dúzias de entidades como a nossa Agapan. Em São Paulo tem um movimento lindo, como a Associação Paulista de Preservação da Natureza que já tem uma vitória maravilhosa — uma das maiores vitórias ambientais do mundo — contra a instalação do aeroporto de Caucáia do Alto. Nós temos movimentos maiores ou menores em todo o país, inclusive entidades de ação comunitária que antes não estavam diretamente ligadas à ecologia como, no Rio Grande do Sul, a Ação Democrática Feminina. E estas entidades estão hoje quase que totalmente dedicadas à luta ecológica.

MENOS AGRESSÃO, MAIS DEMOCRACIA

P — Dentro do atual sistema, onde se dá muito respaldo a ação das multinacionais, a situação dificilmente mudaria. O sr. concorda?

Lutzenberger — Acho que ela vai mudar sim. Todo o processo evolutivo é lento. E ele tem que vir de baixo. Se nós estivessemos numa situação de ditadura monolítica aí sim que não poderia acontecer nada. Mas nós temos hoje já uma abertura na imprensa e as coisas estão evoluindo. À medida que um maior número de técnicos se conscientizem — e agora falando especificamente sobre agricultura — que um número maior de agricultores partir para os métodos alternativos as multinacionais simplesmente vão perder terreno. E não poderão fazer absolutamente nada. Elas terão que procurar outros campos.

P — Já há um enfoque das próprias multinacionais para um controle biológico, na agricultura?

Lutzenberger — Onde eles podem faturar em cima, como no caso dos bacilos, eles estão indo neste caminho, é claro.

P — Qual a viabilidade das tecnologias alternativas no setor de energia. O que o sr. pensa sobre isso?

Lutzenberger — Tem uma infinidade de caminhos. Em primeiro lugar nós temos que abandonar o mais cedo possível — não já — o uso dos combustiveis fósseis. Aproveitar aquelas que ainda temos para facilitar a transição para que ela seja a mais suave possível. Se nós vamos até o fim do petróleo, por exemplo, então não vai mais haver possibilidade para transição. E aí nós vamos levar um golpe violento. Temos que aproveitar agora, com muito critério, o que nos resta de combustiveis fósseis para preparar os caminhos alternativos. E aí as alternativas energéticas são as energias do solo. Tanto no aproveitamento direto da radiação como nas formas indiretas de energia solar: vento, desnivel hidrico (mas não os grandes desniveis hidricos como Itaipu: milhares de pequenas usinas) e aqui no Brasil temos um potencial fabuloso na biomassa.

Hoje nós estamos imbecilmente botando fora nossa biomassa porque aquele restinho que está sobrando estão sempre botando fogo como se tivessem raiva daquilo. Não sei o que tem na alma do brasileiro que ele não pode ver macegas, não pode ver capoeira, não pode ver capim alto que ele tem que estar sempre metendo fogo. Aqui mesmo neste "campus" vejo tocos queimados, simbolo do espírito que existe no país. Desde quando, numa escola de agronomia se poderia ver um troço desses? Só se fosse como exemplo negativo. Então, vamos botar uma plaquinha lá. E no aproveitamento da biomassa temos um potencial fabuloso.

Acho que o Brasil é o país que mais potencial tem neste campo. E nós poderemos, inclusive, exportar energia. Mas o aproveitamento da biomassa no Brasil por exemplo é grande. Quando queimamos lenha estamos usando energia de biomassa. No Brasil acho que ainda 80 por cento da energia consumida é de lenha. Só que estamos usando esta energia de maneira irracional. Consumindo as florestas. Quando deveríamos usá-la dentro de um esquema sustentável. E aí não é só a madeira que interessa. Capim contém energia. Posso usar esta biomassa na biocompressão, em digestores anaeróbios para fazer gás metano. O programa de álcool do governo vai utilizar a biomassa. Só que ele quer partir para um esquema tecnocrático, que certamente vai fracassar. Pelo menos do ponto de vista energético. Pode não fracassar monetariamente. Mas o balanço energético vai ser negativo. E isso eles não estão vendo ainda. Agora o álcool é interessante. Mas deve ser explorado dentro de um esquema descentralizado.

P — E como se processaria este esquema de exploração descentralizada?

Lutzenberger — Em vez de fazer grandes usinas deve-se fazer milhares e milhares de pequenas destilarias de álcool. De preferência com destilação solar.

P — Porque só aproveitar pequenos leitos de rios?

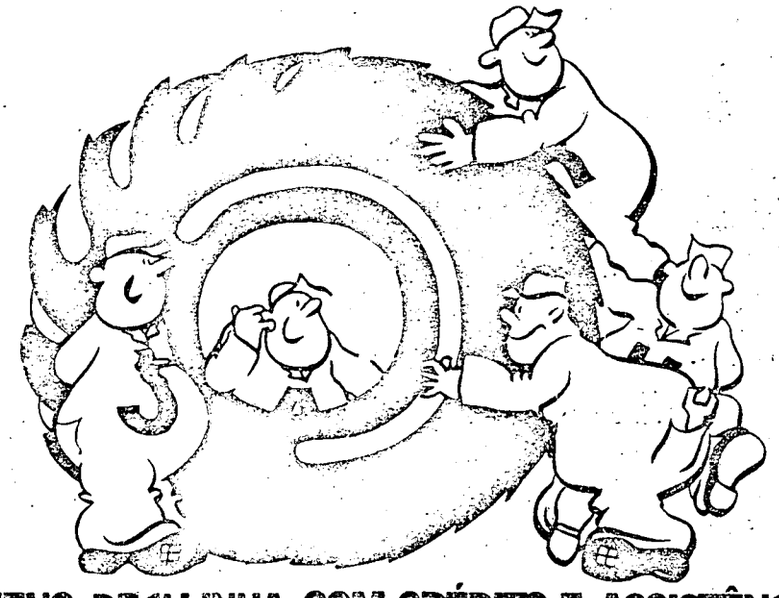
Lutzenberger — Em primeiro lugar, uma usina gigante como esta de Itaipu significa um tremendo impacto ambiental. Enormes extensões de natureza ou de áreas agricultáveis são inundadas e assim perdidas para sempre. Além disso toda a ecologia daquele rio é destruida. Os peixes de Piracema, por exemplo, desaparecem. Em geral os engenheiros nem se dão ao trabalho de colocar uma escadinha de peixes.

Por outro lado, o grande potencial hidrico, em geral, está em lugar onde não tem consumo de energia. Fizeram Itaipu num lugar onde não tem consumo de energia. O maior potencial hidrico do Brasil está lá na Amazônia. Não tem ninguém pedindo energia elétrica. O transporte desta energia através de linhas de alta tensão significa outro impacto ambiental violento. Ainda mais da maneira como costumam trabalhar nossos engenheiros. Para fazer linhas de alta tensão derrubam tudo o que tem por baixo. E nestas linhas, conforme a distância que ele atinge, se perde em alguns casos até 50 por cento daquela energia. Perder 10 a 15 por cento é normal. Então o que eles fazem hoje, em esquemas tecnocráticos, são as gigantescas usinas quase sempre em lugar onde não há necessidade de energia. Depois se atrai o consumo para lá através de uma política de tarifas invertidas: se faz mais barato para aquele que mais consome — o industrial paga menos e o particular paga mais — quando deveria ser o contrário.

Mas os pequenos potenciais, dos quais nós temos centenas de milhares no país, não são aproveitados. Podem ver que esta coisa não é uma resposta técnica. É uma resposta política. A grande usina é do grande capital. Não importa que ela seja supostamente privado ou estatal. As pequenas seriam de pequenos capitalistas disseminados pelo país. E nós teríamos milhares de pequenas usinas tanto particulares como de pequenas comunidades. Daí nós teríamos disseminação de capital. O que eles querem é concentração de capital. Nas pequenas a agressão ecológica seria a minima. E haveria mais democracia. Haveria mais divisão de poder. Poder de decisão. Isto é mais social. Significa mais justiça social.

Por aí se vê que o problema ecológico é fundamentalmente um problema político. Em todos os aspectos. Seja qual for a natureza da tecnologia que se analisar, vamos ver que predomina sempre, ou que procura fazer predominar sempre, aquelas tecnologias que concentram capital. Portanto, que geram poder para um grupo que já é forte. Não importa que se trate de capitalistas ou do Partido Comunista Soviético. É a mesma coisa. Não tem a minima diferença. Toda grande burocracia quer sobreviver e continuar crescendo. Então ela vai promover aquelas coisas que geram dependência. Que geram poder para ela. Por isso nos países comunistas vamos encontrar as mesmas tecnologias do que aqui no nosso lado. Porque lá temos uma só multinacional, chamada governo. Que não tem nem concorrência. O que é muito pior. É um supercapitalismo. E o que precisamos é inverter esta coisa. Disseminar o capital.

NÃO PARE SEU TRATOR
PARE NO JABUR



PNEUS DE 1ª LINHA COM CRÉDITO E ASSISTÊNCIA.

Não deixe parado qualquer veículo de sua fazenda. E deixe sempre a produção bem coberta: peça também nossos encerados.

Firestone

JABUR S.A. PNEUS
PNEUS E SERVIÇOS DE 1.ª LINHA

LONDRINA · CURITIBA · MARINGÁ · PONTA GROSSA · CASCAVEL · UMUARAMA · CAMPO MOURÃO · IVAIPORÃ · MEDIANEIRA · CHAPECÓ

1090a-124

AGRÔNOMOS

Lutzenberger:

Ecologia é equilíbrio sustentável

O agrônomo e ecologista gaúcho José Lutzenberger esteve terça-feira em Londrina para proferir palestra aos participantes do II Encontro Estadual de Agronomia abordando o tema "Produção, Recursos Naturais e Ambiente". Em sua entrevista à imprensa, naquela mesma tarde, Lutzenberger traçou um quadro do atual modelo de extração agrícola, onde lideram as forças da agroquímica, contrapondo este quadro ao do cultivo biológico que, na sua opinião, é a forma mais racional de produção agrícola. E no transcorrer de sua exposição lhe foram feitas perguntas sobre os mais variados temas onde Lutzenberger expõe desde os princípios que regem o "movimento ecológico" até a questão da disseminação de capital quando se trata do aproveitamento de recursos naturais na obtenção de formas alternativas de energia.

José Lutzenberger

Lutzenberger: Não vou me dedicar a abordar aspectos técnicos. Mas sim de filosofia fundamental. A tecnologia que hoje predomina, a infra-estrutura tecnológica que esta moderna sociedade industrial promove e das quais ela depende, longe de ser o que ainda pensa a maioria, e sobretudo, longe de ser respostas técnicas aos problemas técnicos, são respostas que tem a ver com a estrutura de poder, ou seja, a estrutura de dominação. Isso é a mesma coisa em todos os ramos tecnológicos. E hoje na agricultura predominam determinadas tecnologias. Tecnologias que são resultados de determinados posicionamentos ou seja, de determinadas doutrinas que surgiram e que foram mantidas; porque elas são úteis para determinadas estruturas.

Nós temos hoje na agricultura moderna a predominância dos métodos da agroquímica em detrimento de métodos biológicos. Até mais ou menos 1945 a pesquisa agronômica estava quase que totalmente dirigida à procura de soluções biológicas, ou seja, soluções ecológicas. De lá para cá, ou seja, desde o momento do aparecimento do DDT, durante a última guerra, a quase totalidade da pesquisa agronômica partiu para o lado da agroquímica, isto é, aplicação sempre mais maciça de adubos, de preferência adubos solúveis, sintéticos e a luta química contra os organismos que prejudicam as colheitas. Isto tem nos levado a um circulo vicioso. A uma corrida suicida. Quanto mais química nós aplicamos mais problemas, mais pragas nós temos. Portanto, tanto mais química acabaremos aplicando. Este circulo precisa ser rompido. Porque os atuais métodos de produção agrícola são métodos que conseguem uma certa produtividade momentânea porém, às custas da produtividade futura. E nós já estamos começando a pagar o preço. Vejam o que aconteceu com o trigo no Rio Grande do Sul. E muito em breve vai acontecer a mesma coisa com a soja. O trigo foi um fracasso total no ano passado. Sempre mais pragas e problemas cada vez maiores. Com a soja está se preparando algo semelhante. E nós precisamos inverter esta corrida.

Precisamos partir para métodos que sejam realmente ecológicos.

Não sou tão radical que não conceba que não podemos abandonar de golpe os atuais métodos. Nós não podemos abandonar de um dia para outro a agroquímica. Seria também um desastre, porque a situação da agricultura hoje é a mesma situação de uma pessoa drogada. Quem está drogado não pode abandonar a droga de um dia para o outro. Mas ele precisa abandonar. Suavemente, mas precisa abandonar. O que precisamos fazer é partir para uma agricultura que procure, em primeiro lugar, restaurar a saúde biológica do solo. Com os atuais métodos estamos degradando e transformando o solo em meros substratos hidropônicos ou seja, tratamos o solo como se ele fosse uma esponja inerte, sem reação própria cuja única função é recebar e entregar às plantas nutrientes solúveis. Esquecem que o solo é todo um sistema de vida e que a saúde da planta, sua produtividade, depende diretamente da saúde biológica do solo. Em solo são, nós vamos obter planta sã. Plantas que não são atacadas por pragas.

Precisamos também inverter o atual enfoque fitossanitário. O pensamento agronômico parte do princípio de que a praga tem inimigos que precisam ser erradicados. Portanto a agricultura é tratada com as armas mais violentas de que dispomos. Venenos fulminantes ou persistentes. Mas estes venenos são sempre indiscriminados. Matam não somente o alvo pretendido como atinge todo um cosmo de vida essencial para o equilíbrio de nossa paisagem agrícola. Daí o descontrole sempre maior. A praga, na realidade, outra coisa não é senão um indicador biológico. A praga está me dizendo que algo está mal com seus métodos. A solução portanto não está somente no combate daquilo que chamamos "pragas" mas sim na restauração dos equilíbrios perdidos. E aí é fundamental a restauração da saúde biológica do solo.

O enfoque deve ser o seguinte: não se trata de alimentar a planta. Precisamos alimentar, isto sim, o solo. O alimento mais importante do solo é a matéria orgânica. Pois é a matéria orgânica que alimenta a biocenose do solo (a comunidade viva do solo: as bactérias, fungos, algas, artrópodos, vermes, moluscos, etc). É do equilíbrio da vida do solo que depende fundamentalmente a saúde da planta. As plantas, além de retirarem do solo os alimentos minerais que necessitam (fósforo, nitrogênio, potássio, calcio, magnésio, manganês, etc. e todo um conjunto de microelementos) absorve também do solo todo um complexo de substâncias as mais diversas, muitas das quais macromoleculares. A planta absorve antibióticos, auxinas (hormônios), e toda uma série de defensivos naturais. Uma planta que tenha acesso a todo este complexo é planta que tem defesa. Não precisa de pesticides, defensivos. Da mesma maneira que a floresta intacta nunca precisou de pesticidas para sobreviver.

Se partirmos para um esquema de agricultura com esta premissa nossa primeira preocupação será a valorização da matéria orgânica hoje desprezada e imbecilmente queimada. Usaremos então apenas alguns adubos minerais. A microvida do solo tem condições de fixar gratuitamente para nós o nitrogênio do ar. E na grande maioria de nossos solos a liberação do potássio pela desintegração da matéria mineral será amplamente suficiente. Se, além desta restituição da saúde biológica do solo, cuidarmos dos demais equilíbrios de nossa paisagem agrícola (preservação dos últimos restos de bosques; de macegas, capoeirais, açudes, etc) os problemas fitossanitários serão mínimos e os restos de danos serão inferiores do que o atual custo dos pesticides.

O MOVIMENTO FORA DOS PARTIDOS

P — Qual o panorama do movimento ecológico hoje no Brasil?

Lutzenberger — O movimento ecológico no Brasil, podemos dizer, tem já grande prestigio e força moral, mas ainda é relativamente fraco administrativamente. Mas está crescendo também vertiginosamente. Tenho certeza de que nos próximos cinco anos seremos uma grande força política.

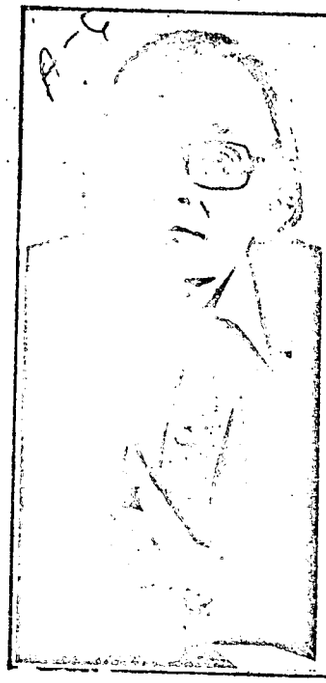
P — Mas para ser força política ele deveria ser sistematizado como ideologia? Ou seria um movimento popular?

Lutzenberger — A ecologia é uma ideologia. A ecologia é toda uma maneira de ver o mundo. E esta maneira é fundamantalmente diferente e oposta à ideologia da atual sociedade industrial.

P — E quais seriam os princípios do movimento ecológico?

Lutzenberger — A atual ideologia, a atual doutrina econômica — e ela é fundamentalmente a mesma tanto do lado que se diz capitalista como do lado que se alardeia comunista — tem como dogma fundamental, ou número um, o dogma da necessidade do crescimento econômico. Nós queremos movimentar sempre mais coisas; a alterar tudo o que a natureza fez e substituir por alguma coisa feita pelo homem: queremos cidades sempre maiores, com sempre mais gente consumindo, sempre mais coisas; é dentro deste enfoque que estamos arrasando a Amazônia; dentro desta visão um lugar de natureza intac-

PT 1030a - 124



LUTZENBERGER FAZ ULTIMATO

O agronomo e ecologista José Lutzenberger (v. foto) disse ontem em Londrina que "a corrida agroquimica nos levará ao fim dentro de vinte anos", e que "só a inversão deste processo o evitará". **Leia na P.8**

PT 1030a-124

José Lutzenberger

A corrida agroquímica nos levará ao fim dentro de apenas 20 anos

"Está em jogo a continuação da vida no planeta, e no ritmo em que o processo agroquímico avança na agricultura brasileira, dentro de aproximadamente 20 anos estaremos chegando ao fim da corrida rumo ao precipício. Precisamos inverter esta corrida, utilizando métodos biológicos na produção agrícola e restaurando, assim, os equilíbrios já perdidos".

A afirmação é do agrônomo José Lutzenberger presidente da AGAPAM — Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente — que ontem à noite falou a mais de 400 profissionais da Agronomia, dentro prosseguimento ao 2º Encontro Estadual de Agronomia, que se realiza no Centro de Ciências Biológicas da Universidade de Londrina desde segunda-feira e que se encerra hoje.

Lutzenberger adiantou ainda, durante sua palestra, que a inversão do processo agroquímico para métodos de controle biológicos depende fundamentalmente de uma conscientização da classe agronômica e dos agricultores. Segundo ele, essa conscientização levaria a uma pressão popular que acabaria por fazer as autoridades governamentais tomar medidas no sentido de também colaborar, adotando uma legislação capaz de tornar a inversão do processo uma coisa concreta. "A maneira como se governa uma nação, à exceção dos regimes de ditadura monolítica, é reflexo do que pensa o povo com relação aos problemas" — completou o agrônomo.

O agrônomo gaúcho esclareceu, de início, que em sua palestra não se dedicaria tanto aos aspectos técnicos da questão, mas sim a aspectos de filosofia fundamental. Nesse sentido disse que a agricultura tecnológica é resultante de determinados posicionamentos, de doutrinas mantidas, para serem úteis a determinadas estruturas. "Hoje, predomina o processo agroquímico, em detrimento dos métodos biológicos.

Até 1945 a pesquisa procurava soluções biológicas para a produtividade agrícola. De lá para cá, porém, partiu para o lado agroquímico, com a utilização de adubos sintéticos, numa luta química contra os organismos que prejudicam os colheitas".

Lutzenberger enfatizou que esta luta leva a círculo vicioso uma corrida suicida. "Quanto mais químico, mais pragas teremos e mais química acabaremos aplicando. Este círculo precisa ser rompido antes que seja tarde demais. Os atuais métodos conseguem uma produtividade momentânea às custas da produtividade futura e já estamos começando a pagar por isso. Senão vejamos o que ocorreu com o trigo no Rio Grande do Sul, no ano passado: a colheita foi um fracasso total, em virtude da ataque de pragas" — ressaltou.

Lutzenberger diz não ser um radical, argumentando que tem consciência de que não se pode abandonar os atuais métodos de uma hora para outra e exemplificou utilizando a figura de um viciado em drogas. "Ele tem que abandonar o vício, mas não o pode fazer de um dia para outro, a inversão deve ser suave e este exemplo cabe bem a situação atual da agricultura brasileira".

Para Lutzenberger tem-se que partir para uma agricultura que procure restaurar a saúde biológica dos solos. O solo hoje é como uma esponja inerte e a função das plantas se resume em receber e entregar nutrientes solúveis. Estão se esquecendo que o solo é todo um sistema vivo e que a saúde da planta sua produtividade e a qualidade biológica das colheitas dependem diretamente da saúde biológica do solo. Solo são, colheitas são e plantas sãs que não são atacados pelas pragas — ressalta o agrônomo.

Segundo a ecologista, o pensamento convencional na classe agronômica parte do princípio de que a praga é um inimigo que deve ser erradicado. Portanto eles são atacados com as armas mais violentas disponíveis venenos fulminantes ou persistentes. Como o uso desses venenos é sempre indiscriminado mata também além do alvo pretendido, todo um cosmo de vida de vida essencial ao equilíbrio da paisagem agrícola. Daí o descontrole sempre maior" — disse Lutzenberger.

Lutzenberger: O fim está próximo e só a inversão do processo agroquímico poderá evitá-lo

A SOLUÇÃO

A praga, de acordo com o ecologista, não é outra coisa senão um indicar biológico. "Ela está me dizendo que algo está errado com os meus métodos. A solução, portanto, não está somente no combate àquilo que chamamos praga, está na restauração dos equilíbrios perdidos e aí é fundamental a restauração da saúde biológica do solo".

É enfoque nesse sentido, segundo Lutzenberger, deve ser o seguinte. "Não se trata de alimentar a planta, precisamos alimentar o solo e o alimento mais importante é a matéria orgânica. É ela quem alimenta a biocenose do solo, ou seja, a comunidade viva — as bactérias, fungos, algas, vermes, moluscos entre outros. É do equilíbrio da vida do solo que depende, fundamentalmente, a saúde da planta".

Segundo Lutzenberger as plantas, além de retirarem do solo os elementos minerais do que necessitam — fosforo, nitrogênio, potassio, cálcio, magnésio e todo um conjunto de micro-elementos - absorvem também do solo todo um complexo de substâncias as mais diversas, muitas das quais macro-moleculares: ou seja, a planta absorve ainda antibióticos e auxinos e todo uma serie de defensivos naturais.

Uma planta que tenha acesso a todo este complexo é uma planta que tem defesa. Não precisa de pesticidas para sobreviver, como, do mesmo maneiro que a floresta intacta nunca precisou de pesticidas para sobreviver" — explica o ecologista.

O FUTURO

De acordo com o agrônomo gaúcho se for buscado uma solução baseada nestas premissas, a primeira preocupação será a valorização da matéria orgânica, hoje desprezada e imbecilmente queimada. Serão usados apenas alguns adubos minerais, mas mais sintéticos, como os fosfatos naturais, por exemplo. A microvida do solo - continua Lutzenberger - tem condições de fixar gratuitamente para nos o nitrogênio do ar, e na grande maioria dos solos, a liberação de potassio, pela desintegração da matéria mineral, será amplamente suficiente.

Além na restituição da saúde biológica do solo — complementa o agrônomo - se cuidarmos dos demais equilíbrios de nossa paisagem agrícola preservação de bosques de cercas vivas, macegas capoeiras, açudes etc os problemas fitossanitários serão mínimos e o resto de danos será inferior ao atual custo dos pesticidas

O CAMINHO

A corrida agroquímica para uma produtividade agrícola imediatista segundo Lutzenberger está rotineira em jogo a continuação da vida no planeta e se ela não for invertida, levará, certamente, a um precipício. A inversão desse processo, de acordo com o seu pensamento, depende, basicamente, de uma conscientização da classe agronômica para estes problemas, assim como dos agricultores. Uma pressão popular neste sentido, refletirá nos governantes, pois conforme define o agrônomo, "os governantes são reflexo do que vem de baixo".

A abandono do processo agroquímico na agricultura, na sua totalidade levará de cinco a seis anos, segundo o ecologista. Mas, alguns dos defensivos químicos hoje utilizados poderão ser abandonados de imediato pois constituem controles preventivos. A orientação no sentido de inverter o processo, de acordo com Lutzenberger já está sendo disseminado, mesmo à revelia de interesse multinacionais.

A PÁGINA NEGRA

Falando sobre a ocupação da região Amazonica, Lutzenberger afirmou: "A Amazonia é a página mais negra da nossa história. Construíram a Transamazonica com a ilusão de integrar para não entregar e está acontecendo justamente o inverso. A Amazonia está sendo entregue a estrangeiros e colonialistas internos. Estão sendo implantados projetos gigantescos sem a mínima preocupação ecológica, em esquemas de imediatismo total. No atual ritmo de devastação, em 20 anos teremos aquela região inteiramente destruída, com consequências monumentais".

A respeito da ocupação amazonica, Lutzenberger disse que a unica que ainda não foi feita é o questionamento ao homem amazonico, ao índio. "De acordo com a teoria economista, um lugar intacto é considerado atrasado. Esse enfoque não pergunta o que serve o desenvolvimento economico e as consequencias que ele trará. Dentro deste pensamento erraremos com a região Amazonica num período não muito longo" — completou o agrônomo.

A POLITICA

Quando tomou conhecimento de que neste Encontro de Agrônomos está se discutindo o momento politico nacional, Lutzenberger sentiu-se satisfeito e congratulou-se com os organizadores por terem incluido o assunto no temário do congresso, pois todos os cidadãos devem debater problemas desta natureza, devem discutir e posicionar se frente a situação", disse.

Sobre o movimento ecologico e a sua participação na politica, diretamente, através de um partido Lutzenberger mostrou-se contrário, argumentando que "seria, mais cedo ou mais tarde, uma grande estrutura de poder e que acabaria numa seleção negativa: o mais safado o mais bandido, entre outros adjetivos, acabaria mandando. O movimento ecologico é de base pluralista e portanto não admitiria uma centralização [illegible]

PT 1030a. 124

Anexo nº 07

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 1030a-124

AGAPAN
Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural
CAIXA POSTAL, 1996 - 90.000 PORTO ALEGRE/RS - BRASIL

Tecnologia, Ambiente, Sociedade

alternativa fatal

José A. Lutzenberger

O mundo em que vivemos, a Sociedade Industrial moderna, que, em sua forma mais recente, passou a chamar-se Sociedade de Consumo, está imbuído, repousa mesmo, numa fé fanática, inabalável, no que se convencionou chamar "progresso". Dogma básico desta fé é o da necessidade do crescimento constante, crescimento em população e em consumo per cápita: duas exponenciais superpostas. Este crescimento é medido em termos de Produto Nacional Bruto (PNB). O PNB, que é um simples índice de fluxo de dinheiro deve crescer sempre, devem crescer, se possível, as taxas de crescimento deste índice. Além deste dogma, absurdo para uma nave espacial como a Terra, se postula ainda que o PNB cresce em proporção direta ao crescimento no consumo de energia. Precisamos, por isso, consumir sempre mais energia.

Em sua argumentação em favor da energia atômica, nosso Governo, em documento oficial, aduz, como razão concludente para esta necessidade, a "previsão de uma vigorosa taxa nacional de crescimento do consumo de energia, que dobrará a cada sete anos". Isto quer dizer crescimento a uma taxa de 10% ao ano. Todos os países do Mundo, capitalistas ou comunistas, fazem hoje previsões semelhantes, se bem que nem sempre a taxas tão violentas.

Prevendo uma taxa global média de 4,4%, o relatório recente "Energy Global Prospects 1985-2000" do Workshop on Alternative energy Strategies, do Professor Caroll Wilson de MIT prevê para o ano 2000 um déficit de petróleo da ordem de 15 a 20 milhões de barris diários, o equivalente ao atual consumo americano que constitui cerca de 30% do consumo mundial. Caso a Arábia Saudita não estiver disposta a acelerar a exaustão de seus recursos, duplicando a extração, a grande crise já começará em 1981. Se estiver disposta a extrair o que der, a crise apenas será postergada a 1989, isto, mesmo que haja duplicação na extração de carvão e multiplicação por 15 da produção de eletricidade por via nuclear. Uma grave crise energética significará, forçosamente, o colapso da atual sociedade industrial, com tudo o que isto trará de calamidade para a Humanidade.

A Humanidade se aproxima hoje de uma encruzilhada fatal. Ainda temos opção. Muito em breve a escolha deste ou daquele caminho excluirá o outro. O primeiro caminho, que é a continuação da reta que já estamos trilhando a alta velocidade, leva direito ao precipício. Esta estrada tem mais uma propriedade fatídica, a partir de certo ponto, as pontes se desmoronam após a passagem, impedindo a volta. O outro caminho, que do primeiro desvia em ângulo pronunciado, é uma estrada menos imponente, porém muito mais bela e mais segura, todas as suas pontes são firmes.

...

PT 1030a 124

1) A continuação pura e simples dos processos em marcha, isto é, a extrapolação das formas de desenvolvimento hoje universalmente propostas e cegamente aceitas, fará com que aconteça exatamente o que hoje toda pessoa informada e preocupada prevê. Não existem neste Planeta recursos energéticos e materiais suficientes para um PNB em exponencial sem fim. Não necessitamos das baterias de computadores do MIT para prever o cataclisma. Em pouco tempo teremos consumido a última gota de petróleo e o último pé cúbico de gás natural. Acabaremos queimando ou consumindo, terrapleneando ou pavimentando o último hectare de floresta. O último metro quadrado de solo fértil terá cedido à erosão ou se encontrará toxificado pelos pesticidas. Estarão exauridas as últimas minas. Domadas estarão as últimas grandes quedas. Desaparecerá a majestade das Cataratas do Iguaçu, como já desapareceram as Sete Quedas, não obstante pertencerem a parque nacional, supostamente intocável. Não tardará o assoreamento que incapacitará a última grande usina hidráulica. Os últimos pantanos estarão drenados ou transformados em lixões. A poluição ou dessalinização terá apagado o último viveiro de fauna aquática no último estuário.

Enquanto durar esta loucura, se procurará substituir sucessivamente os recursos em exaustão por outros ainda menos esgotados. Por isso, será violentamente incrementada a exploração e o uso do carvão. Alastrar-se-ão as gigantescas e gritantes feridas da mineração a céu aberto. Áreas sempre maiores, dezenas, depois centenas de milhares de quilômetros quadrados de terras antes produtivas serão transformadas em paisagens lunares. Em pequena escala já temos uma antevisão desta coisa nas minas de carvão de Santa Catarina e em Candiota, no Rio Grande do Sul. Além da perda de produtividade do solo, da beleza paisagística, do valor residencial e recreativo nestas grandes chagas incuráveis, será dramática a morte por poluição nos cursos d'água pela lixiviação de ácidos e sais, quando não de metais pesados.

Se partirmos para a exploração em larga escala dos xistos betuminosos, serão ainda mais irreparáveis os estragos, mais vastas serão as regiões devastadas, maior a concentração de entulhos. Na destilação do xisto se queima fração considerável do petróleo nele contido. Também a gasificação ou liquefação do carvão exigem a combustão de apreciável proporção desse carvão. O que já temos de poluição é augúrio, apenas, do que está por vir. Se já hoje temos bairros em que cem procento das crianças estão afetadas de complicações respiratórias - quanto sofrimento o futuro não lhes prepara? - não faz falta muita imaginação para pressentir a calamidade que será a saúde pública em mais uma ou duas décadas. Cada dia mais se constata a relação direta entre contaminação ambiental e câncer.

Mas, são outras, bem outras, as ordens de magnitude do perigo que nos prepara a proliferação das usinas nucleares. A própria operação rotineira dessas usinas, não obstante elas nos serem muitas vezes apresentadas como formas de energia "limpa", introduz no ambiente a mais funesta e irreversível das formas de poluição. Os elementos radioativos com sua radiação ionizante comprometem seriamente os seres vivos, atingindo-os em seu íntimo mais precioso - no código genético. Esta radiação não somente pode desencadear câncer, ela também causa mutações, isto é, alterações na herança do indivíduo, alterações que se manifestam em nossos descendentes. Garantimos, assim, que mesmo daqui a mi-

...

lhares de anos e dezenas ou centenas de gerações mais adiante, ainda venham a nascer indivíduos com defeitos congênitos.

Alguns dos poluentes radioativos tem duração no ambiente de dezenas, centenas e mesmos milhares e milhões de anos. Desta maneira continuarão sendo induzidos sempre novos estragos genéticos que já por si são estragos a longo prazo. Os tecnocratas da energia nuclear não costumam incluir em seus cálculos de custo os indescritíveis custos que entregam a todas as gerações futuras, que nesta questão não tem direito a voto. Assim, de cara séria e olhar convincente, atrevem-se a apresentar-nos a energia nuclear como a mais barata e de menor impacto ambiental!

Mas a tecnologia nuclear, como toda tecnologia altamente sofisticada e concentrada, está sujeita a panes e erros humanos. Entretanto, enquanto que outras tecnologias modernas, por exemplo aviões gigantes, podem causar acidentes muito graves, porém sempre de conseqüências mais ou menos localizadas e limitadas, a tecnologia nuclear não perdoa panes graves, sabotagem, terrorismo, guerra, terremotos. Recente estudo que o Governo da República Federal Alemã procurou abafar após have-lo encomendado, mostra que, caso houver perda de água de refrigeração nos reatores, mais ainda nas usinas de reprocessamento, pode haver maciça liberação de radioatividade no ambiente, tão maciça que, conforme as condições meteorológicas, significará a morte imediata de dezenas a centenas de milhões de pessoas, com perda definitiva de pátria em regiões que podem estender-se a milhares de quilômetros. A calamidade de Seveso não chega a tímido augúrio do que pode acontecer.

Um país semeado de centrais nucleares é país sem defesa. Qualquer guerra convencional significa guerra nuclear e um terrorista disposto a tudo tem mais força que todas as forças armadas. Que me adiante a bomba se a bomba do inimigo já está localizada em minha própria casa?

Efeito colateral da proliferação das usinas nucleares será a proliferação concomitante das armas nucleares. A concretizar-se a escalada nuclear prevista, no ano 2000, uma centena de países, entre eles governos irresponsáveis, terão a bomba. É inimaginável o que isto significará para nossos filhos em um mundo já por si conturbado. A proliferação do plutônio tornará tão fácil e barata a bomba que sua posse não mais se limitará a governos, ela estará acessível a organizações criminosas tipo Máfia!

Na ânsia de controlar os perigos da sabotagem, do terrorismo e da proliferação, os governos lançarão mão de métodos cada vez mais destruidores dos direitos humanos, o estado se tornará cada vez mais um estado policial. Já foi até sugerido por um dos mais renomados estudiosos da sociedade moderna, Robert Jungk, que a intenção dos mais fanáticos propugnadores da energia nuclear é exatamente esta.

Mas, mesmo que consigamos evitar todas estas calamidades, que não se esgotem todos os recursos, não tardará o momento em que tão maciça liberação de energia extranha aos equilíbrios da Ecosfera venha a causar graves e irreversíveis alterações no balanço térmico da Terra. As alterações climáticas serão cataclísmicas: derretimento das calotas polares ou, inversamente, retorno à idade glacial.

O tipo de mundo que este rumo nos prepara é o fim de toda civilização e volta ao barbarismo, se é que haverá sobreviventes.

...

Além do desastre físico, este caminho prepara e incrementa calamidades sociais, e não somente como conseqüência dos inevitáveis desmoronamentos físicos. Os crentes da doutrina do PNB crescente gostam de argumentar que precisamos, primeiro de produção, custe o que custar, seja qual for a forma de produção, para só depois pensar em distribuir riqueza. Este argumento é muito cômodo para eles, pois os isenta de responsabilidade por uma real justiça social, permite que apresentem, honesta ou cinicamente, a imagem da "poluição da pobreza" que só o "desenvolvimento"seria capaz de eliminar. Mas esta pobreza é conseqüência das atuais formas de desenvolvimento. A pobreza relativa é sempre o resultado de estruturas de poder. O índio, quando em sua estrutura tribal intata, em ambiente intato, em seu idioma nem a palavra "problema" conhece. Se a Índia e o Paquistão, Bangladesh e tantos outros países são hoje de fato grandes centros de miséria, isto se deve a destruição e desestruturação de suas inúmeras culturas milenares pelo colonizador europeu.

São ainda muito poucos os que já compreenderam, e a polarização ideológica convencional impede muitas vezes que se compreenda, o fato de que, as atuais estruturas tecnológicas são esquemas de exercício de poder. A situação é a mesma, quer estas estruturas tecnológicas se encontrem em países ditos capitalistas ou supostamente socialistas. As tecnologias que as grandes burocracias empresariais, multinacionais ou estatais escolhem por entre as inúmeras alternativas possíveis são sempre aquelas tecnologias que geram poder. Estas são as tecnologias imediatistas, duras, de grave impacto ambiental e social. Em suas fases finais o Império Romano partiu também para uma agricultura predatória, como a nossa, destruidora da produtividade futura do solo, partiu para a grande monocultura, mantida pela mão do escravo. Naquela época a escravatura era direta, o chicote disciplinava o escravo. Hoje a máquina fixa o homem na estrutura de poder e destrói o ambiente. Pouco a pouco nos tornamos todos servos das grandes burocracias. Estas alicerçam seu poder na crescente sofisticação tecnológica, na progressiva concentração de capital e na acelerada centralização do poder de decisão econômico. Para o indivíduo emaranhado na teia, que importa uma imaginária diferença entre poder empresarial, multinacional ou estatal! As teias se entrelaçam e envolvem o Globo.

Exemplo concreto: em Laguna, Santa Catarina, propõe-se agora a dessalinização da Lagoa Mirim, possivelmente outras mais tarde, para atender às necessidades de um "Polo Carboquímico". Aos protestos de que toda uma população pesqueira perderia seu tradicional meio de vida contesta-se, simplesmente, que ela terá,em troca, a oferta de emprego na grande indústria. Muito sabiamente um deputado da região, em simpósio sobre o assunto, retorquiu que duvidava que algum dos pescadores, mesmo por uma renda monetária muito maior à sua renda atual, pudesse estar disposto a trocar sua vida junto à Lagoa pela vida no ABC paulista. Estes pescadores são gente autônoma, livre, senhora de seu próprio destino. A melhor parte de suas rendas é a parte não monetariamente quantificável.

2) Voltemos à nossa metáfora viária. O primeiro caminho é uma autopista rígida, sem retornos, saídas ou voltas colaterais. O segundo caminho, nem sempre pavimentado, tem muitos ramais, todos em terreno diversificado e fascinante, todos com retorno sempre aberto. O primeiro caminho é o caminho duro, insensível, desligado da paisagem e do povo, o segundo é o caminho ecológico e social,totalmente integrado na paisagem, que sente a cada instante, da qual faz parte.

...

A opção branda apoia-se nas mesmas forças que vem mantendo, há três e meio bilhões de anos, a Vida na Terra. Estas são as energias permanentemente renováveis de nossa inesgotável fonte de Vida: o Sol. São forças que se nos apresentam sob formas diversas: radiação solar, vento, desnível hídrico, biomassa, marés e vagas. As técnicas de aproveitamento seguem as leis da Vida. A tecnologia da Vida não conhece concentração nem uniformização, a não ser como mera fase de transição a equilíbrios mais complexos e disseminados. A Vida é também uma permanente rebelião contra a entropia, enquanto que as tecnologias duras aceleram em toda a parte a entropia. As tecnologias brandas, entretanto, freiam ou diminuem entropia.

Por isso, o caminho brando parte de filosofia fundamentalmente oposta à filosofia que rege a atual Sociedade Industrial. O dogma do crescimento dá lugar à doutrina do equilíbrio sustentável e da qualidade de vida. Progresso não mais se mede com índice tão simplório, insensível e desconcertante quanto o PNB. Progresso é, então, algo muito mais complicado, inclui, predominantemente, fatores que nada tem a ver como fluxo de dinheiro e movimentação de materiais, tais como a maior disseminação da felicidade individual, melhor integração do homem em seu ambiente, ambiente mais belo, mais saudável, mais rico em vida, com vida mais diversificada; mais estável e mais harmônica estrutura social, mais cultura, mais excelência intelectual, mais arte, recreação, intercâmbio social, mais alegria de vida. A ênfase está toda na qualidade, não na quantidade. O que interessa é a manutenção do patrimônio real, material e espiritual, não o simples incremento do capital monetário. O dinheiro é simples contrato anônimo, avulso e divisível, perde seu significado quando desaparecem os recursos.

Teremos então grande escolha de meios e procedimentos. Os recursos materiais não renováveis, as matérias primas de origem mineral, serão utilizados frugalmente e inteligentemente, serão sempre reciclados. Todos os objetos serão concebidos e fabricados de maneira que durem o máximo e que possam, após o uso final, ser reciclados. Não mais se considerará progresso uma técnica que esbanja preciosos materiais irrecuperáveis para economizar dinheiro e mão de obra. Ao lado dos recursos, o dinheiro é abastração e a mão de obra é atividade sempre repetível. Cerveja em lata de alumínio, embalagem excessiva, todos os objetos de um só uso, obsolescência planejada, jornais de 500 páginas serão considerados pecados mortais. A conservação e reciclagem dos recursos baixará também o consumo de energia. A lata descartável de alumínio significa bárbaro esbanjamento de energia. A fabricação do alumínio requer um múltiplo do consumo de energia da que se gasta para produzir aço. Neste caso o consumo é de energia elétrica, a mais nobre das formas de energia.

Ao contrário do que vem acontecendo, a energia será considerada algo precioso a ser usado com muito critério, nunca esbanjado. Talvez um dos maiores desastres para a Humanidade tenha sido o carvão e o petróleo barato. Aliás, estas formas de armazenamento energético só foram e continuam baratas porque não lhes damos valor intrínseco. Só levamos em conta o custo de extração, nunca o limitado da ocorrência e a irrecuperabilidade, nem as necessidades das gerações futuras. Uma das finalidades deste trabalho é sublinhar a sabedoria da frase de Herman Daly, jovem economista americano de visão ecológica, revolucionário do pensamento econômico: "a energia barata deu vantagem à força bruta e afastou do mercado as tecnologias realmente inteligentes".

...

É inevitável, em futuro muito próximo, o aumento do custo de todas as formas de energia. Se continuarmos trilhando o caminho duro, este aumento causará crises econômicas sempre mais graves com as conseqüentes convulsões sociais, conflitos e endurecimento do despotismo. No caminho brando, entretanto, este encarecimento fará florescer grande variedade de tecnologias apropriadas, precisas, eficientes no verdadeiro sentido da palavra, de tecnologias antientrópicas, tecnologias de baixo impacto ambiental e mesmo impacto ambiental positivo, além de promover diversidade cultural e maior justiça social.

A segunda lei da termodinâmica nos impõe uma limitação inelutável: a energia não é reciclável como é a matéria! Uma vez, em simpósio ambiental internacional, um economista de pensamento convencional exclamou que só não reaproveitamos o gás carbônico e vapor de água que saem das chaminés e dos escapes dos carros para sintetizar petróleo novo porque o petróleo ainda era muito barato. Com isso apenas demonstrou sua total ignorância das leis da física, que são as leis que regem o Universo. Se tivesse prestado atenção em suas primeiras aulas de física, se é que as teve, saberia que nesta síntese se gasta mais energia que a que sobra no petróleo resintetizado.

A Terra tem um fluxo limitado de energia, mas este fluxo é amplamente suficiente para o funcionamento da Ecosfera e para uma vida civilizada do Homem, não para um esbanjamento exponencial. Devem, por isso, desaparecer todos os esbanjamentos orgiásticos de energia. Não tem sentido o edifício sem janelas ou janelas insuficientes que usa iluminação elétrica dia e noite, que usa, então, ainda mais energia elétrica para, com pesados equipamentos de ar condicionado, controlar o calor gerado pela iluminação. Existem hoje edifícios que, desta maneira, gastam, para cinco ou dez mil pessoas, mais energia ao meio dia que uma cidade de cem mil habitantes gastava em 1950 de noite. Certamente não se pode dizer que aquelas cidades não eram civilizadas. Devemos perguntar-nos também se necessitamos realmente de escada rolante caminhando 24 horas por dia, até na descida, quando ao lado existe elevador para os que não podem subir escada e outros brinquedos semelhantes. Ninguém precisa de carro particular que faz apenas 3 a 4 km por litro. Os aparelhos domésticos podem todos ser projetados para um uso mais eficiente de energia. E quanto aparelho desnecessário anda por aí? Muito significativa foi a interjeição de Kruchov na feira industrial americana em Moscou, quando Nixon demonstrava, orgulhoso, um expremedor mecânico de limão: "nós aqui ainda nascemos com cinco dedos nas mãos".

Será mesmo saudável e necessário o esporte do snowmobile e o motor de popa de 70 cavalos? Quem já voou em planador sabe da fabulosa experiência que é o vôo sem motor - silencioso, sensível aos elementos. O barco a vela constitui atividade física e intelectualmente superior à barulhenta e brutal corrida do barco a motor. Porque, aliás, não poderiam os barcos de carga, para mercadorias que não tem muita pressa, complementar seus motores com vela? É verdade que haveria mais gente a bordo. Também a vida a bordo seria mais divertida! Nada mais triste que a vida a bordo de um supertanqueiro ou de um grande barco de containers com meia dúzia apenas de homens na tripulação e que não para mais que um dia em cada porto.

Na agricultura partiremos para os métodos orgânicos. Estes são os métodos, já amplamente praticados por minoria ecologi-

...

camente consciente na Europa, Estados Unidos e Austrália, de produção ecologicamente sustentável, que melhoram constantemente a produtividade da paisagem agrícola, ao mesmo tempo que a tornam mais bela e humana e invertem o êxodo rural. Os métodos da atual agricultura empresarial empobrecem e monotonizam o campo e engrossam as massas de marginais nas excrescências urbanas. A agricultura orgânica, muito ao contrário do que se nos quer fazer crer, pela maior variedade de cultivos e pela rotação de culturas é muito mais produtiva por unidade de área. Produz também alimento mais são e mais variado. Mais uma vez, a adoção generalizada destes métodos, por si só, significará enorme economia de energia. É de poucos conhecido o fato de que os métodos agrícolas e pecuários modernos têm balanço energético negativo - gasta-se muito mais energia nos insumos do que a energia fixada na fotossíntese da lavoura.

No aproveitamento das energias alternativas o enfoque será outro que o atual. Insistimos hoje na energia concentrada, centralmente manipulada e distribuída sobre imensas regiões. Nesta forma o poder de decisão está na mão de poucos e o usuário aceita as condições impostas pela burocracia central, sem a mínima chance de participação nessas decisões. Os grandes e os governos se tornam cada vez mais fortes e os pequenos cada vez mais dependentes, impotentes e desprotegidos.

Assim, a captação de energia solar em esquema mega-tecnológico, como já vem sendo proposto e estudado pelos tecnocratas, tem impacto ambiental tão negativo quanto as demais tecnologias duras. Para suprir de energia elétrica uma cidade de um milhão de habitantes com painéis solares fotovoltáicos se tornaria necessário cobrir de coletores entre 60 e 100 km^2, um enorme deserto artificial, perdido para toda produção, para a habitação e para a recreação. Continuariam as extensas linhas de alta tensão a arrasarem e desfigurarem paisagens preciosas. Continuaria, seria maior inclusive, a gigantesca concentração de capital e continuariam crescendo as grandes burocracias.

Mas a energia solar pode e deve ser captada em esquema descentralizado. O sol nos oferece sua energia de forma difusa, amplamente distribuída. Para que reconcentrá-la e depois redistribuí-la? A captação deverá ser a nível familiar ou de pequena comunidade, quanto mais disseminada, melhor. Captaremos o sol nos tetos que já são pequenos desertos. Desaparecem as inevitáveis perdas de transmissão, a infraestrutura técnica é muito menor, o capital, está disseminado, desaparece a burocracia da administração e está distribuído o poder de decisão. A vulnerabilidade do sistema global é quase zero. Falhará este ou aquele painel, até ser reparado, a sociedade como um todo nada sofrerá. Numa central nuclear qualquer pane insignificante paraliza mil megawatt ou mais. Os custos desta paralização são tremendos. A sociedade os paga duplamente - nos custos que o público sofre diretamente e na central que o público sempre financia. Quando não paga na subvenção com dinheiro público, paga nas tarifas. Estas falhas, que nas usinas nucleares podem ir até 30% do tempo, significam que se torna necessário construir capacidade geradora com ampla reserva. Mais uma vez o público é chamado a pagar: imposto, inflação, tarifa!

O atendimento centralizado das necessidades energéticas gera pressão para sempre mais crescimento. Costuma-se construir as grandes centrais hidráulicas onde existe o potencial hi-

...

drico, mesmo que ali não haja demanda de eletricidade. Atrai-se então indústrias para que venham consumir a energia disponível ou se constróem gigantescas linhas e redes de alta tensão que, além dos estragos paisagísticos que causam, são às vezes mais caras que as próprias usinas e consomem pelo menos 25% da energia. Faz-se também publicidade para um sempre maior e mais esbanjador uso de eletricidade por parte do particular que paga tarifa mais elevada que a indústria. Outra política absurda. Se quisermos realmente que os grandes consumidores desenvolvam técnicas que economizam energia, as atuais escalas de tarifas devem ser invertidas. A política de tarifas não consulta o povo, mas é através dela que se financia a expansão. Num atendimento descentralizado não existe a pressão para a expansão. A retroação entre consumo e produção é direta. A descentralização também permite uma economia mais flexível. Os equipamentos, todos pequenos ou médios, podem, em curto espaço de tempo, ser financiados e construídos ou mesmo abandonados. Entretanto as grandes centrais levam anos para serem construídas e significam tremenda capitalização que não se abandona facilmente.

É importante notar que a descentralização também aumenta a eficiência termodinâmica no uso da energia. Não somente desaparece a perda na transmissão e a necessidade de reservas especiais para compensar as centrais temporariamente paralizadas para reparações mas, pela adequação direta da produção à escala de uso final, aumenta a flexibilidade diante das flutuações diárias na carga. As grandes usinas precisam estar preparadas para atender o pique. Como a flutuação numa economia moderna é considerável, é comum as centrais trabalharem grande parte do tempo com 50 a 60% de sua capacidade(Time, 27.7.77). Isto significa considerável esbanjamento de energia. Geradores pequenos e médios, instalados nas próprias fábricas, só funcionariam durante as horas de trabalho, isto é, de consumo. Nos bairros das cidades, a disseminação de geradores menores permitiria também maior flexibilidade e, com a eliminação das linhas de alta tensão a longa distância, seria considerável a economia pela eliminação das perdas na linha. Desaparece o próprio custo da linha. Ao ser levantado este aspecto em palestra, houve objeção por parte de técnico de que seriam muito caros os geradores pequenos (ora, se podemos fabricar milhões de carros baratos , porque não centenas de milhares de geradores baratos?) e de que seriam insuperáveis as dificuldades do acoplamento dos geradores entre si. É interessante verificar como os tecnocratas que nos querem impor soluções de extrema sofisticação, extremamente caras, a ponto de só serem realizáveis com maciça subvenção pública, como é o caso da energia nuclear, por outro lado, se negam a enfrentar sequer problemas simples, de solução barata e custo ambiental insignificante.

Em climas frios a geração descentralizada de energia elétrica facilita o aproveitamento do calor que nas grandes centrais só aparece na poluição térmica. Uma central nuclear de 1000 MWe libera no ambiente 3000 MW sob forma de calor, causando graves problemas à vida aquática ou produzindo enormes nuvens de vapor de conseqüências imprevisíveis para o clima local, caso a refrigeração for a ar. Neste caso são lançados à atmosfera mais de 50.000 m^3 de água evaporada. Nas pequenas usinas descentralizadas, quer se trate de motores diesel ou de turbinas, quer o combustível seja petróleo, gás natural, carvão, lignita ou turfa, o calor gerado pode ser aproveitado diretamente

...

para a calefação de residências. A descentralização facilita a distribuição. Mas este calor, na indústria, também pode ser usado para processos químicos que hoje usam calor eletricamente gerado. Em esquema de co-geração como este o aproveitamento termodinâmico pode aproximar-se dos 100%, enquanto que, normalmente, não passa dos 30%. A co-geração também pode ser inversa. Onde existem temperaturas elevadas em um processo industrial pode, colateralmente, produzir-se eletricidade. As imensas labaredas que se observam sobre as refinarias de petróleo bem poderiam estar produzindo eletricidade para a própria refinaria ou para o bairro vizinho. Em certos processos químicos aparece calor capaz de gerar eletricidade. Nas coquerias e siderurgias sobra calor com capacidade de geração de eletricidade. Na Alemanha Federal existe na indústria uma capacidade ociosa de 21.000 MWe que as centrais elétricas se negam a receber em suas redes, ao mesmo tempo que estas mesmas centrais promovem um incremento da capacidade nuclear da mesma ordem de magnitude - 30.000 MWe. Até pequenas usinas hidráulicas com décadas de funcionamento foram abandonadas porque as redes não aceitam sua energia (DER SPIEGEL, No. 14, 1977).

Mas, não somente a adequação à escala de uso final deve ser quantitativa, ela há de ser também qualitativa. Se, o que se quer é água a 35ºC no banho, o chuveiro elétrico é a forma mais ineficiente de transformação de energia, algo assim como destilar whiskey para obter água potável. A usina central transforma apenas 30% da energia do combustível em energia elétrica. Na rede se perdem pelo menos 25% destes 30. Chegam ao chuveiro 22%. Este transforma 30% da energia elétrica em energia térmica. Na água quente só aparecem 7%. Um chuveiro à gás, lenha, petróleo ou carvão nos daria até 70% no uso final, dez vezes mais.

Mas um painel solar para aquecimento direto de água, uma técnica que está ao alçance de qualquer funileiro, resolve magnificamente o problema, especialmente em nossas latitudes. Este painel pode ser adaptado em qualquer teto, custa pouco, não conhece patente nem royalty, dá trabalho a pequenos artesãos, incrementa a pequena e média indústria, diminui o poder das multinacionais. Neste caso não há nem redução de PNB, mas melhor distribuição e menos impacto ambiental. Porque então se continua promovendo aquecimento e calefação elétrica? Só porque gera poder central para certos grupos!

O painel solar simples, sem refletores, produz água quente que, em geral, não passa de 75ºC. Isto pode ser também muito interessante para pré-aquecimento em processos onde se precisa vapor a 100ºC ou mais. A economia de combustível é considerável. Um hotel que, além da água quente para o banho, tem caldeiras que produzem vapor para a cozinha e a lavanderia, e que hoje gasta 3 a 4 metros cúbicos de lenha por dia ou o correspondente em gás ou petróleo, passará a gastar só meio metro cúbico por dia. Que alívio para nossas florestas! A destilação de álcool ou cachaça pode ser feita diretamente em destiladores solares sem ajuda de combustível.

Muita energia se gasta na agricultura para secar grãos ou em fornos de fumo. Existem painéis solares que, em vez de produzir água quente, produzem fluxo de ar quente. No Rio Grande do Sul se queimam anualmente nos fornos de fumo 800.000* me-

...

tros cúbicos de lenha, quase toda ela dos últimos restos de floresta natural. Este sacrifício seria desnecessário, mesmo que se insista no desnecessário e pernicioso vício do fumo.

A descentralização também se aplica ao potencial hídrico. O que interessa não são as grandes usinas em barragens que inundam paisagens inteiras e destroem toda a ecologia de um rio. Precisamos, isto sim, de milhares de pequenas turbinas e rodas d'água disseminadas pelo país. Mais trabalho para milhares de pequenos gênios e menor vulnerabilidade do sistema global. Mais justiça social. Menos êxodo rural.

Se os portugueses, holandeses, gregos, dinamarqueses e turcos, durante séculos, souberam trabalhar com cataventos construídos a pau e corda, então porque, com os conhecimentos de aerodinâmica que hoje temos, com os materiais, ligas de metais e plásticos, com as máquinas ferramenta, rolamentos, computadores, ainda se insiste em puxar água em lavoura de arroz com motor diesel que foi produzido a milhares de quilômetros de distância e que consome petróleo que foi bombeado na Arábia Saudita? E agora já se está condicionando o plantador de arroz a que se prepare para a eletrificação. A resposta é simples. O catavento não pode interessar as grandes burocracias, ele não gera poder central. O catavento é tecnologia descentralizadora de poder de decisão econômico, é tecnologia democrática?

A bioconversão oferece enormes potenciais energéticos. Em nosso país a biomassa disponível é quase ilimitada. Ela é sempre renovável. Podemos aproveitar muitos resíduos que hoje se perdem ou que contribuem simplesmente à poluição.

Entre as formas de bioconversão temos a produção de gás metano em digestão anaeróbia. As técnicas são simples a ponto de serem acessíveis às oficinas mecânicas dos povoados mais remotos e o potencial de aproveitamento de mão de obra local em trabalho significativo e humano é fabuloso. O gás metano produzido é o mesmo gás natural dos poços de petróleo. Pode ser usado nos fogões domésticos, poupando divisas ou florestas, em motores estacionários e mesmo para a iluminação. O subproduto da produção de gás é excelente adubo orgânico que poderá incrementar produção hortícola e frutícola.

Outra forma de obtenção de energia por bioconversão é o álcool. O álcool, localmente produzido, de preferência em destilação solar, poderá suprir as necessidades de motores ambulantes. Mas não tem sentido querer usar o álcool para, em esquema megatecnológico e de distribuição centralizada, substituir a gasolina. Seriam então necessárias gigantescas monoculturas, pesadamente mecanizadas e maciçamente quimificadas, com enormes usinas e complicadas infraestruturas de distribuição. Os insumos energéticos deste sistema seriam, certamente, superiores à energia obtida com o álcool, não importa que o balanço monetário seja positivo. Em esquema descentralizado e para uso local o álcool pode ser produzido até com resíduos agrícolas, hoje perdidos, e o balanço energético seria então positivo. Devemos levar em conta também que a produção e distribuição mega-tecnológica de álcool significa dedicar vastíssimas extensões de solos férteis para a produção de energia num mundo já faminto, que desesperadamente necessita destas terras para a produção de alimento.

...

A biomassa também pode entregar sua energia através da pirólise. Todos os materiais orgânicos, palha, folhagem, galharia, serragem, até lixo, podem ser pirolizados. A pirólise é uma forma de destilação a seco. Ela produz desde o gás de síntese, uma mistura de monóxido de carbono e hidrogênico, até hidrocarbonetos pesados, óleos e asfalto. Temos aí fonte de energia e de matéria prima para a síntese química. Esta tecnologia pode ser efetivamente aplicada em qualquer escala, pequena ou grande. Se, em vez de queimarmos imbecilmente e criminosamente, como sucede ao longo de todo nosso país, cerrados e todas as demais formações combustíveis, usássemos pequena parcela desta biomassa todos os anos assim esbanjada, colhendo-a judiciosamente para pirólise ou bioconversão, poderíamos até transformar-nos em exportadores de energia. O potencial de emprego de mão de obra é igualmente fantástico.

A pirólise aplicada às massas de aguapés colhidas em lagoas de oxidação e purificação botânica de esgotos - outra tecnologia branda que ganha aceitação - além da produção de energia pode permitir, em caso de esgotos industriais, a recuperação dos metais pesados com que hoje seriamente contaminamos nossos corpos d'água. A pirólise gasta entre 15 e 20% da energia para a obtenção do calor de destilação, mas parte deste calor poderá ser usado para co-geração. Além disso a pirólise produz carvão ativo de grande utilidade na purificação de águas poluídas e para muitos processos industriais.

As pequenas turbinas, rodas d'água, engenhos, cataventos, bioconversores, fornos de pirólise, pequenas usinas elétricas, oficinas de fabricação e reparação de equipamentos seriam todas de proprietários locais, entrosados na respectiva comunidade e por ela responsabilizados. Este seria importante fator de justiça social, pois, além de disseminação de capital e poder de decisão, é maior o acesso à compreensão e visão de conjunto do processo econômico para o indivíduo interessado e capaz. Hoje ele dificilmente compreende o processo e sua interferência, quando há, se limita a protestar, impotente, contra a insensibilidade do burocrata remoto, isolado da sociedade.

Mas é claro que, se quisermos uma sociedade mais justa que a atual, devemos desenvolver instrumentos legais para evitar a concentração econômica. Precisamos de legislação adequada, de leis com dentes para evitar o açambarcamento dos pequenos pelos grandes. Na década de 30 a General Motors comprou pouco a pouco as excelentes e eficientes linhas de bondes das cidades americanas para logo fechá-las e substituí-las por ônibus de sua fabricação. É preciso que haja consciência e participação pública para abafar no germe qualquer tendência nesta direção. O indivíduo terá que compreender que sua liberdade pessoal e qualidade de vida dependem fundamentalmente da descentralização do poder, de todas as formas de poder.

É claro que existem exceções. Uma rede ferroviária, o departamento de correios, os telefones, a aviação comercial exigem certa medida de concentração, mas esta concentração não exclui certa medida de autonomia local e concorrência entre diferentes entidades interdependentes. A verdadeira função dos governos é cuidar do bem comum, da qualidade de vida presente e futura, não sancionar apenas aquilo que os tecnocratas das grandes empresas apresentam como solução técnica inescapável, sem

...

referência social, para então ajustar os alvos sociais e a política desenvolvimentista aos desígnios dos atuais detentores do poder econômico.

Ao contrário do que acontece com as tecnologias duras que hoje arrasam o planeta porque, ao resolverem um problema, sempre causam constelação de outros, as tecnologias brandas sempre resolvem vários problemas ao mesmo tempo. Um exemplo apenas: hoje um pequeno matadouro é violento poluidor orgânico do curso d'água mais próximo. Se usasse os detritos em bioconversor adequado teria gás para motor estacionário ou para caldeiras (diminuição de demanda de eletricidade), produziria adubo para todo um esquema de hortas ou pomares orgânicos em seu redor (produção de alimento de alto valor biológico) e não mais largaria material orgânico dentro do rio (não controle da poluição, sempre ineficaz, mas eliminação pura e simples da poluição).

As tecnologias brandas, que podemos também chamar de tecnologias apropriadas, podem e devem entrosar-se em sistemas integrados. Numa residência rural, por exemplo, coletor solar e bioconversor podem estar duplamente acoplados. O gás suplementa o coletor nos dias sem sol e a água quente do coletor, depois do uso, ainda com 20 a 30ºC serviria, nos climas mais frios, para manter o biodigestor em temperatura adequada. Esta casa só usaria eletricidade para luz, caso não usasse iluminação a gás, para rádio e televisor. Neste caso o consumo é tão reduzido que um catavento pequeno com bateria supre as necessidades.

Objeção sempre apresentada contra o uso da energia do sol e do vento é a dificuldade de seu armazenamento para os períodos em que não brilha o sol e não sopra o vento. Esta dificuldade, no entanto, só é insuperável para as grandes infraestruturas tecnológicas. É certo que ainda não foi inventado o sistema de baterias capaz de armazenar de dia um milhão de KWh para entregá-los de noite, eficientemente e a custos aceitáveis. Mas isto se torna totalmente desnecessário em esquema de captação e uso descentralizado da eletricidade. São inúmeros os tipos de bateria para cataventos ou, eventualmente, painéis fotovoltaicos em escala pequena.

Poucos sabem que a energia do vento pode ser armazenada mecanicamente, com tecnologias disponíveis em qualquer cidade pequena. Porque não substituir motores elétricos por motores pneumáticos? O catavento moveria compressor de ar e no lugar de sistema de baterias elétricas haveria globo de aço para armazenar ar comprimido. O ar comprimido poderá, inclusive, mover gerador elétrico para aqueles fins que realmente exigem esta forma mais nobre de energia.

O vento também pode levantar água que na volta produz eletricidade. O aproveitamento energético deste tipo de armazenamento de força pode ser de até 70%, comparável ao de boas baterias.

Cataventos podem também acionar pequenos e grandes equipamentos de refrigeração. Neste caso o armazenamento energético se faz em forma de gelo. O mesmo mecanismo da máquina de refrigeração, a bomba de calor, serve para calefação. Uma bomba de calor bem estudada, acionada a catavento, pode manter quentes os quartos de uma residência ao mesmo tempo que faz frio na

...

adega. Também se pode acoplar ar condicionado com produção de água quente. Nestes casos, como em todos os casos de cogeração o aproveitamento termodinâmico pode aproximar-se dos 100%.

Existem ainda as formas passivas de calefação e refrigeração de casas. O arquiteto concebe seu projeto de tal forma que, com orientação, janelas e painéis adequados, se acumula, armazena ou dissipa calor conforme as necessidades.

Caso o aproveitamento for feito em escala adequada, também as forças das marés e das vagas oferecem, em certas costas, oportunidades interessantes, mas os gigantescos esquemas que às vezes nos são apresentados têm sempre tremendo impacto ambiental.

É importante ressaltar que o aproveitamento das energias alternativas do Sol em nada mexe com o equilíbrio térmico do Planeta porque nada se acrescenta que já não esteja presente, enquanto que a fissão do urânio e a combustão dos combustíveis fósseis acrescenta calor novo, calor que não fazia parte do fluxo global. Também o gás carbônico introduzido na atmosfera pelo uso energético de biomassa é um gás carbônico que já fazia parte dos ciclos bio-geo-químicos, em nada desloca os equilíbrios existente.

São muitos os que propagam o aproveitamento da energia geotérmica. Mas, a não ser naqueles lugares em que as condições geológicas especiais levaram a seu aproveitamento quase automático, como na Islandia por exemplo, a exploração deste potencial requer esquemas gigantes e caros com todos os inconvenientes da mega-tecnologia. A energia geotérmica também não é inesgotável, por grande que seja e, possivelmente, seu esgotamento local levará a desequilíbrios geológicos de conseqüências imprevisíveis.

O campo que o abandono das tecnologias duras abre para jovens gênios mecânicos, para engenheiros, arquitetos, biólogos, químicos, bioquímicos, agrônomos, zootecnistas, etc., etc. é realmente emocionante. Surgirão novas oportunidades até para juristas nos litígios por perda de sol por interposição de construção e casos semelhantes, sem falar no que a consciência ecológica generalizada significará para um novo direito ambiental. Não há atividade humana que não venha a valorizar-se e lucrar com o caminho suave. Por que não orientar a juventude neste sentido? A pesquisa e os trabalhos de desenvolvimento de equipamentos não dependem das multinacionais, os capitais necessários são pequenos, muitas vezes não significam mais do que uma pessoa pode economizar ou adquirir em crédito em poucos anos de trabalho. Quando os capitais necessários não estão ao alcance de um indivíduo, estão ao alcance das pequenas comunidades, comunidades que podem até surgir com estes fins específicos. Este caminho pode propiciar autosuficiência e autoafirmação a milhões.

O caminho da tecnologia branda pode restituir ao homem algo que hoje ele se prepara para perder irremediavelmente: a significação humana do trabalho.

O budista faz uma distinção fundamental entre instrumento e máquina. O instrumento enobrece o homem, amplia sua capacidade de ação e promove excelência. A máquina embrutece, delimita capacidade de ação individual e destrói cultura. Com o instrumento o homem extende o alcance de seu potencial espiritual, pois o instrumento obedece à vontade de quem o usa, mas a máquina im-

...

põe seu próprio ritmo e suas próprias limitações. Uma vez que a máquina é inflexível e o homem não, o homem acaba adaptando-se a ela. O instrumento democratiza, a máquina despotiza.

A moderna tecnocracia com suas estruturas megatecnológicas é poderoso agente de alienação. O trabalho na linha de montagem, na válvula da refinaria ou do polo carboquímico, nos escritórios da grande burocracia ou nos botões dos painéis de controle e dos computadores afastam o indivíduo do produto de seu trabalho. Ele só produz parcela insignificante de um todo que ele mal compreende, sobre o qual não tem e não se lhe permite que tenha visão de conjunto. O fracionamento do processo de produção torna mais simples mas também mais imbecil, sem sentido e cansativo o trabalho de cada um. O dinheiro assume então a posição de substituto emotivo do produto do trabalho e o trabalho se degrada a simples preço a pagar pelo dinheiro que, supostamente, liberta, mas que nunca é suficiente. Nos raros casos em que isto sucede, não sobra tempo para seu gozo desconfraído. Este privilégio só pertence aos parasitas da sociedade. O indivíduo passa 8 horas por dia fazendo coisas que não gosta de fazer, servindo uma máquina, não importa que esta máquina seja de metal ou de papel. Nas grandes conurbações, cada vez mais envolventes e inescapáveis, desumanas e insalubres, a grande maioria sofre ainda 2, 3 ou mais horas adicionais nas filas e nos meios de transporte porque, cada vez mais, a grande estrutura afasta dormitório de local de trabalho.

Contraste-se com isto o prazer que sente o artesão, o artista em seu trabalho e o orgulho que os liga com sua obra. O artista e o artesão não sabem o que é olhar o relógio na ânsia de ver chegar a hora da largada do serviço. Ernst Schumacher, em sua obra "Pequeno é Belo" (Small is beautiful) cunhou a frase da necessidade da "produção <u>das</u> massas" em contraposição à "produção <u>em</u> massa".

O limite entre máquina e instrumento não é rígido, muitas vezes depende apenas do enfoque de quem usa a técnica. O trator pode fazer agricultura orgânica, movimentar medas de composto ou desenhar uma bela estrada paisagisticamente integrada, mas ele também pode fazer monoculturas gigantescas, antiecológicas, ou as gritantes chagas de paisagem lunar que caracterizam os modernos loteamentos no Brasil. No primeiro caso ele é instrumento, no segundo máquina. A central nuclear é sempre máquina.

É comum o ecologista ser acusado por burocratas e tecnocratas de defender natureza em detrimento do homem. Esta é uma cínica inversão dos fatos. Alvo fundamental de toda megatecnologia é a diminuição e, quando possível, eliminação total de mão de obra, isto é, afastamento do homem do processo de produção. Para manter pleno emprego argumenta-se então com a necessidade do crescimento constante do PNB. Mas, grande parte deste crescimento significa ainda mais equipamento, sempre mais sofisticado, destinado ainda à eliminação de mão de obra e domínio do homem sobre o homem, em espiral sem fim. O cinismo deste tipo de argumentação fica muito claro se acompanhamos a evolução da lógica dos defensores da energia nuclear na Europa. Quando, alguns anos atrás, a prosperidade econômica da Alemanha, com o pleno emprego, tornou escassa a oferta de mão de obra, importando-se mais de três milhões de trabalhadores es...

trangeiros, se dizia que a energia nuclear era necessária porque só com energia barata e abundante se podia elaborar e incrementar as técnicas de automatização da produção, isto é, a mesma ou mais produção com menos [illegible]. Agora, com mercados saturados e mais de um milhão de desempregados, argumenta-se que a mesma energia barata e abundante vai fazer o contrário, vai criar empregos!?

O caminho brando que a ecologia propugna é, justamente, o caminho da justiça social. Justiça social e justiça ambiental são as duas faces da mesma moeda!

Os dois caminhos, o caminho duro e o caminho brando ainda não se separaram de todo. Ainda temos à frente algumas saídas na autopista sem retorno. O que precisamos agora é frear, não brutalmente, mas suavemente e decididamente, para que possamos sair em tempo. Se perdermos a última saída, a tremenda capitalização exigida, a aceleração da concentração do poder econômico, a desestruturação social, a crescente burocratização e opressão estatal, com a exaustão e degradação de todos os recursos e a vulnerabilidade crescente das grandes infraestruturas tecnológicas, nos levará ao colapso final.

Em nosso país temos mais chance que nos países considerados desenvolvidos, temos mais recursos materiais e energéticos e estamos menos adiantados na corrida suicida. A reorientação será mais fácil e socialmente aceitável. Para grande parte de nossa população, hoje miserável, o caminho suave será a única maneira de jamais participar de progresso genuíno. Por força da constelação mundial, entre nós, só se instala a mega-tecnologia periférica. Esta se apóia na mão de obra barata, ou seja, marginalizada e precisa mantê-la marginalizada. No novo caminho se devolveria chance à maioria desposseída.

Mas mesmo em regiões altamente "desenvolvidas" este caminho ainda não requer revolução brutal e dolorosa, nem reviravolta radical e imediata das instituições. O que se requer, o quanto antes, é mudança nos enfoques e abandono de dogmas econômicos. A mudança poderá ainda ser gradual e harmônica, sem convulsões sociais. Desde logo, a situação do desemprego poderá amenizar-se. A Alemanha, por exemplo poderia criar imenso mercado de emprego se decidisse incrementar a agricultura orgânica na qual tão magnífica e profunda experiência já tem. Os atuais conhecimentos científicos e enfoques ecológicos permitem trabalho belo e humano no campo, com amenidades que antes só a cidade oferecia. A dominação industrial da agricultura, eufemisticamente chamada de "modernização e racionalização" dos métodos de produção agrícola, destruiu nestes últimos anos mais de três milhões de frentes de trabalho no campo alemão pela mecanização e a monocultura, a maciça adubação química e a agressão dos pesticidas, assim como nas "fábricas" zootécnicas (criação confinada de animais que só sobrevivem e engordam com doses maciças de remédios, antibióticos e hormônios e com rações importadas de ultramar- haja vista o destino de nossa produção de soja). Por outro lado a promoção das técnicas brandas e aproveitamento das energias alternativas daria ainda mais emprego e permitira o renascimento do excelente artesão europeu, sem falar no fortalecimento da pequena e média indústria, hoje todas ameaçadas pelas multinacionais.

O caminho suave apresenta a vantagem fundamental de não

...

PT 1030a. 124

ser destruidor de culturas. As tecnologias brandas, justamente por sua adequação à escala de uso final, podem inserir-se em qualquer cultura, adaptando-se aos valores e alvos destas - talvez permitam ainda a sobrevivência das tão ameaçadas culturas ameríndias - enquanto que a mega-tecnologia sempre agride a cultura tradicional, obriga à troca de valores, desmantela estruturas sociais estáveis e desenraíza o indivíduo. Ela cria o homem de massas amorfas, sem tradição, sem cultura, sem valores, quase sem estrutura social. É por isso que aumenta a criminalidade e a família se desintegra. O que aconteceu em Nova York neste mês de julho de 1977, onde apenas 25 horas de falta de energia elétrica foram suficientes para desencadear feroz pilhagem em massa, é presságio do que está por vir.

A opção que ainda temos, a alternativa do caminho da sobrevivência, é o caminho verdadeiramente civilizado. Em futuro não muito distante, antes que envelheçam as crianças de hoje, caso a insistência no caminho duro já não tenha acabado com o futuro, nossa época, esta indecente Sociedade de Consumo, com suas orgias energéticas e batalhas materiais, será tido como, talvez, o período mais bárbaro da História.

Julho 1977

Bibliografia

Daly, Herman E.
Entropy, growth and the political economy of scarcity
Conference on Natural Resource Scarcity, Oct. 17, 1976
Resources of the Future, Inc.

Daniels, Farrington
Direct Use of the suns energy
Ballantine Books, NY, 1975

Furtado, Celso
O mito do desenvolvimento econômico
Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974

Goodland, Robert, editor
Buildings and the environment
The Carey Arboretum of N.Y, Botanical Garden, NY, 1976

Hayes, Denis
Energy: the solar prospect
Worldwatch Paper 11, Worldwatch Institute, Washington 1977

Illich, Ivan
Selbstbegrenzung
Rowolt, Hamburg 1975

Illich, Ivan
Die sogenannte Energiekrise
rororo aktuell, Hamburg, 1974

Institut fuer Reaktorsicherheit
Untersuchungen zum Vergleich groesstmoeglicher Stoerfaelle
in einer Wiederaufarbeitungsanlage und in einem Kernkraftwerk
Arbeitsbericht, IRS, Köln 1976

Lovins, Amory B.
Energy Strategy: the road not taken?
Foreign Affairs, oct. 1976

Mirow, Kurt Rudolf
A ditadura dos carteis
Civilização Brasileira, 1977

National Academy of Sciences
Making aquatic weeds useful: some perspectives for developing countries
National Academy of Sciences, Washington 1976

O programa nuclear brasileiro
República Federativa do Brasil, Brasília, Março 77

Portola Institute
Energy primer: solar, water, wind and biofuels
Portola Institute, Menlo Park, Calif. 1974

Schumacher, E.F.
Small is beautiful
Blond and Briggs, London 1974

Stavrianos, L.S.
The promise of the coming dark age
W.H.Freeman and Co., San Francisco, 1976

Steadman, Philip
Energy, environment and building
Cambridge University Press, 1975

SUDEC, Superintendência do Desenvolvimento do Estado do Ceará
Produção do gás metano através da fermentação anaeróbica do esterco de gado
S B D da Sudec, Fortaleza, 1977

Taghi Farvar, M. & Milton, John P.
The careless technology
The Natural History Press, NT 1972

Washington Center of Metropolitan Studies
Proceedings, a conference on capturing the sun through bioconversion
Council on solar biofuels, Washington DC, 1976

PT1030a.124

Anexo nº 08

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

SEMINÁRIO 6/7/78 Folha de Londrina

Diretor da ANDEF critica imprensa e defende os defensivos agrícolas

Lysis Aloe, diretor executivo da ANDEF —Associação Nacional dos Defensivos, que defende os interesses dos fabricantes de defensivos agrícolas no Brasil falou ontem aos participantes do 2º Encontro Estadual de Agronomia, tecendo veementes críticas aos órgãos de imprensa que —na sua opinião —vêm dando um enfoque errado à questão do uso dos defensivos e aos males que eles causam ao organismo humano.

"As matérias que estão sendo veiculadas são em sua grande maioria mentirosas e estão gerando uma série de desinformações que vai desencadeando toda uma cadeia de idéias negativas e errôneas em detrimento do lavrador, da agricultura e dos próprios engenheiros agrônomos" —disse ele.

Exemplificando, Aloe citou a revista "Veja", "que no ano passado começou uma reportagem dizendo que a dioxina era um componente básico de todos os defensivos, o que não é verdade". Falou também da "FOLHA RURAL", que —segundo ele —"distorceu os números relativos à quantidade de defensivos agrícolas empregados anualmente no Brasil" e incluiu o "Diário do Comércio e Indústria", que publicou uma matéria dizendo que um lavrador da região de Bauru teria morrido intoxicado pelo 245-D (o agente laranja, usado pela Força Aérea Americana para bombardear o Vietnã), quando o próprio prefeito daquela cidade disse que este produto não era usado na região há mais de um ano".

O representante dos fabricantes de defensivos disse que uma empresa, quando coloca um produto no mercado, o faz acreditando que ele será bem utilizado: "Daí porque —disse —temos contribuido decisivamente com o Governo Federal, no sentido de orientar e promover campanhas que visam elucidar o lavrador". Argumentou que um produto —para ser registrado —"passa por um longo e demorado processo, do qual tomam parte os ministérios da Saúde e da Agricultura, que estabelecem os limites de tolerancia para o efeito dos resíduos (que permanecem nos alimentos mesmo após a industrialização, se este for o caso, ou a simples colocação do produto no mercado) e que devem ficar abaixo dos índices aceitáveis para a ingestão diária admissível".

Lysis Aloe: A culpa é da imprensa

"TÓXICOS, MAS UTEIS"

Após afirmar que os defensivos agrícolas são como os medicamentos, "tóxicos mas úteis", Aloe defendeu a utilidade destes produtos no combate a doenças que atingem os seres humanos: "O BHC, por exemplo, vem sendo usado com larga vantagem sobre outros produtos que este é um encargo do Governo, "que está mais bem equipado para isso", mas acrescenta que a ANDEF desenvolveu, em conjunto com as secretarias da Agricultura dos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, três programas com esta finalidade nos últimos dois anos: "Estas campanhas atingiram 80 mil pessoas, entre lavradores, médicos e outros técnicos. Além disso a ANDEF instituiu um curso por correspondencia sobre o tema "Introdução à Toxicologia dos Defensivos", do qual participaram apenas em São Paulo mais de 90 pessoas".

transmite a doença de Chagas. Já o DDT é empregado também com ótimos resultados no combate ao mosquito transmissor da malária".

Voltando a criticar a imprensa, que segundo ele é a responsável pela criação de uma "psicose coletiva" que fez ir por água abaixo inclusive um plano de expansão dos produtos hortigranjeiros da Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul, Lysis Aloe falou da Rede Globo de Televisão, que no programa "Sol, Azeite e Veneno", exibido na série "Globo Repórter", mostrou a todo o Brasil os efeitos colaterais dos resíduos de defensivos agrícolas: "O programa foi muito mal intencionado e a prova disto é que a parte principal, que trazia a entrevista com os técnicos do Instituto Biológico de São Paulo foi colocada, deliberadamente, no final. E isto porque os técnicos disseram que, dos produtos analisados, apenas um —a couve-flor —possuia resíduos acima dos índices permitidos ou fixados pela lei".

SEM DEBATE

A palestra, que estava marcada para as 8 horas da manhã, teve início apenas depois das 9, com pouco mais de uma hora de atraso. Por isso, os assistentes —entre os quais o agrônomo e ecologista José Lutzenberger, que na noite anterior proferia uma palestra muito diferente da de Aloe, quando afirmou que "está em jogo a continuação de vida no planeta, e no ritmo em que avança o processo agroquímico na agricultura brasileira, dentro de 20 anos estaremos chegando ao fim de uma corrida rumo ao precipício" —não puderam se manifestar.

Quando terminou a palestra de Aloe, o agrônomo que dirigia os trabalhos explicou que o tempo hábil já havia se esgotado e pediu uma salva de palmas para o palestrista que —conforme explicou —tinha uma reunião marcada com o reitor da Universidade de Londrina, José Carlos Pinotti.

Embora ninguém se manifestasse contra a súbita paralisação e a consequente impossibilidade de maiores questionamentos, o fato pareceu bastante estranho, pois as palestras anteriores foram sempre seguidas de amplos debates. Desta forma, o providencial "adiantado da hora", "salvou Lysis Aloe de uma serie de questionamentos por parte da platéia, ainda inflada pela calorosa

PT1030a. 124

68

Anexo nº 09

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

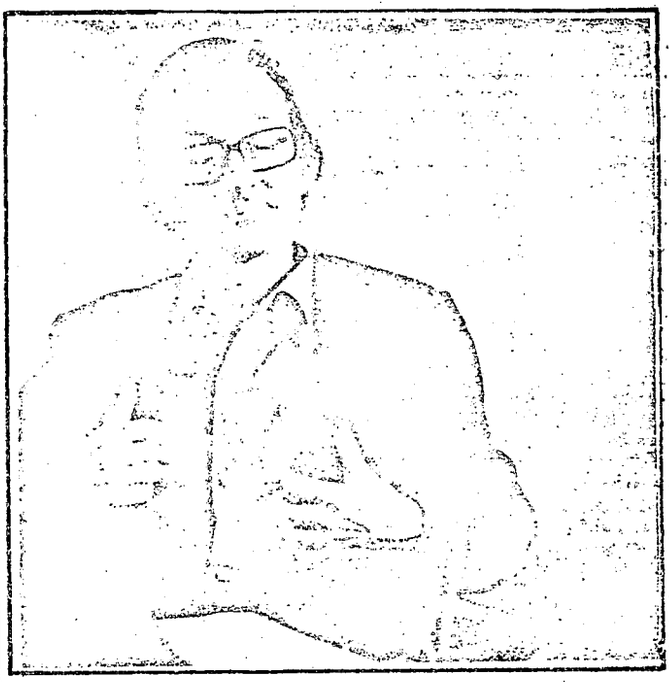
PT 1030a . 124

AQ

Lutzenberger: não existe dose admissível de veneno

"A afirmativa de Lysis Aloe, de que as empresas fabricantes de defensivos agrícolas tomam um enorme cuidado no sentido de não permitirem o uso exagerado de produtos químicos, que excedam a ingestão diária admissível, é duplamente furada por duas razões: primeiro porque as campanhas desenvolvidas com o aval da ANDEF são teóricas e simbólicas, sem atingir o homem do campo e, segundo, porque se isto acontecesse, os vendas deles cairiam".

Quem disse isso foi o ecologista José Lutzenberger, ontem à tarde, comentando para a FOLHA a palestra que Aloe fizera pela manhã. O ecologista esclareceu, porém, que mesmo que tivesse havido debate em seguida à palestra, ele não teria participado: "Acontece - diz - que o Aloe, antes de iniciar sua palestra, me pediu que evitasse contestá-lo. E se ele não queria um debate comigo, eu não iria forçar a situação".



Lutzenberger: Veneno é sempre veneno

CADÁVERES PELAS RUAS

Para Lutzenberger, o mais grave na palestra do representante das empresas fabricantes de defensivos foi o fato dele dizer que existem doses admissíveis diárias de veneno: "Isto é um absurdo" - disse, para complementar: "Estas doses apenas garantem o não aparecimento de cadáveres pelas ruas, sem levar em conta os efeitos sub-clínicos ou crônicos. Dando este enfoque eles podem dormir tranquilos, pois sabem que ninguém vai processá-los, já que a relação causa-efeito é incomprovável. Quando uma pessoa morre de câncer a família não pode processar o fabricante de defensivos, já que não se pode provar que esta pessoa morreu de câncer em razão de um pesticida que ingeriu ao longo dos anos".

O ecologista acrescentou que o fato de um veneno ingerido diariamente não causar males ou mesmo a morte imediata não quer dizer que ele não esteja fazendo mal: "Isto por várias razões. Primeiro porque não leva em conta a concentração biológica nos ecossistemas (lavouras) e depois porque não considera, tampouco, os efeitos cumulativos no organismo individual, como é o caso do DDT e dos metais pesados. Não considera, ainda, o acúmulo dos estragos - como no caso do "paration", que é uma substância que não se acumula mas que, a cada ingestão, vai agravando os estragos no sistema hepático; ou também os "carbamatos", que afetam o sistema imunológico do organismo".

PROPAGANDA

Para Lutzenberger, o enfoque do IDA - Ingestão Diária Admissível - "é uma visão reducionista do problema, porque vê cada substancia em separado, sem considerar os efeitos cinergísticos (o efeito de 2 venenos em ação concomitante é, em geral, maior que a soma dos efeitos de cada um em separado). Assim, se, por exemplo, o primeiro veneno tem um efeito simbólico de 5 e o segundo tem de 6, o efeito dos dois juntos não será apenas 11, mas sim 30, o que equivale a multiplicação dos dois".

O ecologista criticou ainda o IDA no sentido de que ele não considera os efeitos cancerígenos, os mutagênicos (hereditários) e os teratogênicos (que podem afetar um bebê ainda em gestação no útero de sua mãe). Finalizando, ele afirmou que "a palestra de Aloe foi exatamente o que se esperava: uma propaganda dos defensivos feita por alguem que trabalha para os grandes fabricantes multinacionais".

PLANTÃO NOTURNO PERMANENTE

PT 1030, 124

Anexo nº 10

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT1030a.121

COMISSÃO DE ECOLOGIA

CONCLUSÕES E TOMADA DE POSIÇÃO DA CLASSE EM RELAÇÃO À:

1. EROSÃO: a) Há necessidade de que o Governo Federal ative o Programa Nacional de Conservação do Solo (PNCS) nos 6 municípios paranaenses designados, e que esta situação encontre uma base creditícia sólida para que sua execução seja plena.

b) A classe sugere do próximo Governo Estadual que mantenha o apoio dado à execução do Programa Integrado de Conservação do Solo (PROICS) pelo atual governo e o amplie à medida em que as evidências mostrarem esta necessidade.

c) Que o fenômeno "erosão" deixe de ser considerado como variável isolada na estrutura agrícola.

d) Posto que a tecnologia disponível atende às necessidades do produtor, sua adoção não deve encontrar limitações no crédito rural.

e) Em função da distribuição fundiária no Estado, há necessidade de que os mecanismos de controle à erosão sejam planejados e executados à nível de sub-bacias hidrográficas.

f) Que o crescimento dos índices de mecanização agrícola seja ajustado de forma a não favorecer ainda mais os processos erosivos, respeitando-se níveis de manejo na aptidão agrícola dos solos.

g) A formação de uma mentalidade conservacionista deve ser estimulada cada vez mais entre técnicos, agricultores e a comunidade de um modo geral para se fazer frente à degradação dos solos paranaenses de uma forma realmente eficaz.

2. DESMATAMENTO: a) A classe vê como necessária a preservação das áreas remanescentes de florestas no Estado do Paraná (cerca de 1,7 milhões de ha).

b) É necessária uma participação maior da classe agronômica na elaboração do novo código florestal.

c) Deve-se incentivar todos os Programas e Projetos que digam respeito às matas ciliares.

d) É necessária a manutenção de espécies florestais "Porta- Sementes".

e) Maior conscientização do técnico e do agricultor sobre a gravidade do problema.

f) Maior incentivo e recursos à pesquisa sobre essências nativas.

g) É necessário respeitar a aptidão agrícola dos solos do Estado em programas de reflorestamento com fins econômicos.

3. USO DE PRODUTOS QUÍMICOS NA AGRICULTURA: a) Nos aspectos que dizem respeito à legislação de Defesa Sanitária, deverá ser criada uma comissão de estudos para sugestões.

b) O uso de defensivos através do somatório de atividades das campanhas de uso adequado + sistemas de manejo de pragas + seletivida-

de de produtos deverá ser vinculado a um maior nível de assistência técnica, para que atinja sua real eficácia.

c) Deve-se estudar mais detalhadamente os casos e níveis de responsabilidade técnica na aplicação de defensivos.

d) É necessário um volume de informações técnico-científicas em relação à resíduos de defensivos em alimentos, solo e água; em relação à níveis de eutroficação de águas causados por fertilizantes químicos; em relação à estabilidade de ecosistemas e aos controles biológico e integrado.

e) Há necessidade de ampliação dos sistemas de fiscalização.

f) É preciso sensibilizar mais o agricultor e os técnicos sobre a racionalidade do uso.

4. PLANEJAMENTO AMBIENTAL: Face à abrangência e complexidade do tema, a comissão houve por bem decidir-se em duas propostas:

a) Que o Estado do Paraná comporta hoje a criação de um órgão central coordenador no plano ambiental.

b) Deverá ser criada uma comissão de estudos para melhor definição de proposições no âmbito do planejamento ambiental.

Anexo 11

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 1030 a. 124

A PRODUTIVIDADE DO CRÉDITO RURAL, ECOLOGIA E A RACIONALIZAÇÃO NO USO DOS DEFENSIVOS

A Agricultura nacional tem tido um crescimento rápido nos últimos anos. Podemos identificar como elementos dinamizadores, os elevados preços que têm alcançado alguns produtos, mormente de exportação, com demanda crescente, uma política favorável no Crédito Rural, e o Incremento da política de Pesquisa e Assistência Técnica.

Entretanto, ao se fazer uma análise um pouco mais profunda, deparamos com algumas distorções, que exigem reparo a curto prazo, sob pena de comprometermos o desenvolvimento futuro.

Como fatores que têm contribuído para o exposto, queremos analizar brevemente:

1. Uso do solo

É evidente a negligência de considerável parcela de produtores, com o uso do solo. Observa-se grande percentagem de áreas exploradas (ou melhor, sendo destruídas), sem a mínima preocupação com a Conservação do solo. É comum vermos áreas com trigo e soja, que pela declividade, deveriam estar cobertas de matas (naturais ou reflorestadas) ou com pastagens. Conseqüentemente, surgem enormes erosões, a corroer a fertilidade, a assorear rios e represas, a poluir águas, etc. E, saliente-se, culturas financiadas com crédito rural subsidiado.

Observamos também, lavouras implantadas em outras áreas, que, pela declividade, estão em adequação com a exploração, porém, sem a necessária conservação do solo. E, também financiados, com créditos subsidiado.

O financiamento para custeio de culturas, em áreas não condizentes com a capacidade de uso do solo, bem como o crédito de custeio da lavoura, sem a necessária proteção ao solo onde a cultura vai ser instalada, (semelhante a se financiar a construção de Edifício, sem os alicerces), é uma distorção no crédito rural, que merece correção.

É um dos fatores que contribui para que a produtividade do Crédito caia proporcionalmente, no decorrer dos anos, pois o montante do crédito a financiar, por unidade de área, está em função do preço mínimo. E, sem a proteção do solo contra a erosão, a tendência do solo é produzir cada vez menos, por unidade de área.

2. Uso de Defensivos

O aumento da produtividade agrícola, e a produtividade do Crédito Rural, ficam prejudicadas, quando fertilizantes, corretivos e defensivos, são aplicados de modo incorreto.

No caso dos adubos, verificamos desperdícios, seja por inadequada ou inexistente conservação de solo (quando são levados pela erosão), seja por não atenderem as reais necessidades do solo, em quantidade e/ou qualidade.

O uso incorreto de defensivos é bastante frequênte. São comuns os acidentes com intoxicação de trabalhadores.

Em 1977, pesquisas efetuadas, indicam a média de 5 aplicações de defensivos, por ciclo de cultura de soja. Havendo casos extremos de até 10 aplicações, com intermédios de 7 a 8 aplicações, financiadas com crédito rural subsidiados.

E isso acontecendo, quando pesquisas do conhecimento de todos os técnicos, comprovam que, corretamente conduzido, no máximo 2 aplicações, são suficientes. Há casos comprovados, que dispensaram-se todas as aplicações, sem prejuízo da produtividade.

Uma Estimativa Econômica:

a. Sistema tradicional, sem a orientação de um Engenheiro Agrônomo:

a.1. Total de tratamentos (média)..... 5,0

a.2. Área de soja no Brasil..... 7.500.000ha

a.3. Custo de 1 aplicação/Ha..... Cr$ 50,00

a.4.

Nº Aplicações	Produtos	Dose	Custo Unit.	Custo Total
3	Canfeno clorado + DDT	3 l/ha	35,00	346,50
1				
1	Monocrotofós	1 l/ha	130,00	130,00
1	Dimetoato	2 l/ha	80,00	80,00
			Total....	556,50

a.5. Gasto/Ano/Ha de Defensivos.....Cr$ 556,50

a.6. Gasto/Ano/Ha de Aplicações.....Cr$ 250,00

a.7. Total gasto/ha/Ano.....Cr$ 806,50

a.8. Total gasto no Brasil (7.500.000 ha)...Cr$ 6.048.750.000,00 (seis bilhões, quarenta e oito milhões, e setecentos e cinquenta mil cruzeiros).

b. Sistema de manejo de pragas, com Orientação Técnica. Prevendo no máximo 2 aplicações.

b.1. Para lagartas - 1 litro de Thiodan/ha - 1 aplicação
Para percevejos - 1,01 de Thiodan/ha - 1 aplicação

b.2. Custo Thiodan Cr$ 80,00 o litro.

b.3. 2 litros por safra/ha..... Cr$ 160,00

b.4. 2 aplicações/safra/ha..... Cr$ 100,00

b.5. Total gasto no Brasil..Cr$1.950.000.000,00

b.6. Economia com Sistema de Manejo de Pragas:
(6.048.750.000,00 - 1.950.000.000,00) = 4.098.750.000,00

(Observações: Estes dados são baseados em pesquisas de campo, no que é feito pela maioria absoluta de produtores, que não obedecem ao Sistema de Manejo de Pragas (sistema tradicional, sem orientação),e nos que seguem o Sistema, para os que recebem orientação. O sistema de Manejo de Pragas, é recomendado pelo C.N.P. Soja, baseado em pesquisas, e já foi comprovado a campo, pela ACARPA, em propriedades orientadas. Não temos a pretensão, de querer que os dados apresentados sejam a última palavra. O objetivo, foi oferecer parâmetros, provando, que, em soja, podemos reduzir o gasto com defensivos e suas aplicações para um valor em torno de 35% do total que vem sendo gasto).

São, portanto valores em torno de quatro bilhões de cruzeiros que estão sendo gastos desnecessariamente. Financiados com Crédito Rural subsidiado.

Salientamos que todo óleo gasto nas aplicações, é importante, bem como 72% dos inseticidas usados no país (IEA - SP),

3. Efeitos Ecológicos:

A má aplicação de produtos químicos, tem comprometido seriamente a Ecologia. Na parte referente aos adubos, a poluição ocorre pela erosão. Com os defensivos, além da erosão, a lavagem de [illegible] em rios e lagos, a destinação inadequada de vasilhames, o abastecimento de água com equipamentos com restos de defensivos, entre outros fatores.

As águas dos rios, estão se tornando impróprias à fauna aquática. A fauna terrestre, mormente as aves, vem pagando tributos semelhante. A existência de defensivos em alimentos servidos à população sem a necessária observância dos prazos de carência, colocam em risco a saúde futura dos consumidores. Alguns produtos, vão se acumulando no organismo humano, sem nenhum sinal de alerta. O efeito vai aparecer mais tarde. Usamos livremente produtos proibidos em outros países

mais adiantados.

O uso em quantidades abusivas e inadequadas de defensivos, está acabamdo com os inimigos naturais das pragas. Tem provocado também, a resistência de certas pragas, tornando-as imunes.

A cadeia ecológica é complexa, e os prejuízos ao meio ambiente são cumulativos.

Produtos químicos e a Produção de Alimentos

O aumento da produção de alimentos, tão necessária que dispensa comentários, alicerça-se na mecanização, variedades produtivas, etc., e uso de produtos químicos. São portanto fundamentais..

Porém, a sua aplicação deve ser adequada. Do contrário pode deixar de concorrer para os objetivos propostos, e ainda, contribuir para a poluição ambiental, o endividamento dos produtores(por gastos desnecessários), inflação da economia, e também para a baixa produtividade de que vem sendo acusado o crédito rural.

Propostas:

Com o presente trabalho não tivemos a pretenção de fazer um estudo completo do assunto, visto ser ele complexo. O objetivo foi trazer o problema à discussão.

Apresentamos a seguir, algumas propostas, que, se concretizadas viriam contribuir para amenizar de maneira acentuada os problemas citados. Sugerimos a sua aprovação neste congresso e o encaminhamento, pela diretoria da AEAPR, às autoridades competente:

a. Todo financiamento de custeio agrícola deve ser dirigido para culturas compatíveis com a capacidade de uso do solo, onde a mesma será instalada. Do contrário seria financiar erosão, com créditos subsidiados.

b. Todo financiamento de custeio agrícola e investimentos deve contemplar também em conjunto, crédito para a adequada proteção do solo contra erosão.

c. Todo financiamento com recurso do crédito rural para defensivos agrícolas, deve ser feita com exclusiva Indicação receituária (produto, dosagem, condições de aplicação, e outras informações julgadas úteis) de Engenheiro Agrônomo.

Saliente-se que não estamos dizendo que isto vai solucio

PT 1030a. 124

nar o problema. E, sim que vai ajudar na solução. E, é o mínimo que se poderia fazer, achamos.

O argumento de que o produtor será onerado, achamos que a estimativa econômica apresentada, responde a contento.

d. que sejam financiados com crédito rural subsidiado, somente produtos defensivos, aprovados como realmente eficientes pela pesquisa oficial.

e. As cooperativas, casas de comércio e indústrias, que trabalham com produtos químicos agrícolas, deverão ter a responsabilidade técnicas de Engenheiro Agrônomo.

f. Os defensivos agrícolas deverão constar na sua embalagem "Venda sob Indicação de Engenheiro Agrônomo".

g. Que o CREA e a AEAPR, fiscalizem o cumprimento da Lei 5194, de 24/11/66.

P.S. Lembramos que o I.B.C., preocupado com a produtividade de seus financiamentos agrícolas, já adotou há alguns anos, o exclusivo financiamento com recomendação de Agrônomo (fertilizantes, corretivos, defensivos, plantio, máquinas e equipamentos).

Antonio Celso Córdova de Souza

Agradecemos a colaboração:
Edilson Bassoli de Oliveira
Décio Luiz Gazoni

PT 1020a 124

POLITICA DE CRÉDITO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

O crédito rural apresenta resultados sócio-econômico satisfatório. Entretanto há distorções as quais serão comentadas.

a. Restrições de verbas:

Ocorrem a criação de programas especiais em crédito rural, porém há casos que o agricultor nem chega a receber (Prossolo) e outros que são restringidos a meio caminho. Desta forma o agricultor brasileiro não pode planejar a médio prazo suas explorações e melhoramentos de propriedade. Daí, abre um programa especial e o agricultor procura o crédito de imediato e de uma só vez, porque senão ele perde a oportunidade. O crédito rural em muitas vezes é um "Crédito de Oportunidades". Acontece que o agricultor se descapitaliza além de, na maioria das vezes, não estar preparado para tal inovação. Logo não haverá o retorno esperado. Exemplo: Pronazem.

b. Atrazo na liberação dos custeios

Os créditos de custeio agropecuário chegam com atrazo. O agricultor, em média, recebe o custeio após ter implantado a cultura. Acontece que a lavoura é implantada com atrazo de época, ou por não ter recebido o custeio o agricultor adquiri os insumos necessários e outros bens de produção e enquanto espera o custeio agrícola, que não vem, é protestado por não pagamento aos revendedores de insumos. Logo, seu crédito será negado pelo agente financeiro por este motivo. Também, pelo atrazo, o agricultor passa a pagar juros altos aos fornecedores de insumos, onerando o custo de produção.

c. Custos de Produção:

Os financiamentos de custeio não cobrem os custos de produção. Advém daí, resultados negativos à economia nacional baixa produtividade pela menor utilização de insumos e tratos culturais aquém das necessidades da cultura. Há casos

em que o agricultor compra certos insumos a prazo de safra, e, com frustração de safra estes não ficam cobertos pelo Proagro. É preferível financiar uma área menor e dar crédito suficiente do que financiar a área toda com créditos aquém do necessário. O teto do financiamento é baixo.

- Super-Produção:

O milho na safra 76/77, teve boa produção, porém o preço recebido pelos agricultores fora abaixo do custo de produção. No ano 77/78 os agricultores não plantaram milho. Este ano (1978) o Brasil precisará importar milho.

- Baixa Produção:

A soja 77/78, por problemas de estiagem produziu o esperado. A média de produção é de 80 scs/alq. (Campo Mourão - Pr), porém produziu 38 scs/alq. nesta região. O custo é de Cr$.- 8.443,50/alq. O custo é de Cr$.- 222,19 por saca de 60 Kg O preço no mercado é deCr$ 210,00 à saca.

d. Indefinição Governamental:

Sempre que há super produção o preço cai. É a lei da oferta e da procura. Acontece que, como os produtos primários tem que ser comercializados logo, os produtores mesmo com colheitas abundantes tem prejuízos.

Na próxima safra o agricultor não planta mais aquela cultura. Passa a plantar uma cultura que nem sequer tem os conhecimentos necessários para a sua condução. Obtém baixa produção e outro prejuízo, daí, por baixa produtividade. E assim continua o vai e vem.

e. Retenção do Valor Total do Produto:

Os custeios são financiados 60% do valor da produção. Logo, os 40% restante, são recursos próprios. O teto de financiamento é calculado baseado no preço mínimo do produto.

Na comercialização o produto é vendido, e o valor de venda é cruzado ao agente financeiro, sendo este valor pelo mesmo. Daí, ocorre que o agricultor é forçado a desviar produção o que é desonesto, porém é, em muitos casos, condições de so-

brevivência.

Este produto originário de desvio é vendido a intermediá - rios, sem arrecadação de ICM.

O crédito Rural peca pela base.

É necessário que seja liberado 30% do valor da produção a fim de dar os caminhos legais à produção e para que o produtor tenha condição de continuar suas atividades.

SUGESTÃO

Considerando o aspecto acima sugerimos:

- Que os financiamentos para investimentos sejam aplicados por etapas em uma propriedade.
- Que os programas sejam criados com prazo de vigência longo , e permaneçam em atuação no referido prazo.
- Que os créditos de custeio sejam suficientes e cubram os custos de produção.
- Que os créditos sejam liberados com antecedência a fim de que a cultura seja implantada na época adequada e não ocorrem problemas indiretos aos agricultores.
- Que a liberação dos preços mínimos e definição dos custeios sejam:

  Para lavouras de verão: 15 de maio à 15 de junho.

  Para lavouras de inverno: 15 de dezembro à 15 de janeiro.

  Ex: Safra de trigo atual (78).

  Estamos no mês de maio e a COAMO vendeu Cr$ 250.000.000,00 de insumos ao agrícultor, sendo que ainda não fora recebido 50% deste.
- Que o preço dos produtos agrícolas sejam sempre acima do custo de produção, a fim de que o agricultor obtenha o seu lucro mesmo em anos de super-produção.
- Que haja liberação de 30% do valor da produção por ora da comercialização do produto, mesmo que não cubra os custeios.
- Que tendo em vista as distorções que ocorrem nas linhas de crédito rural pela falta de orientação técnica, recomenda o encontro que os agentes financeiros que fazem parte do Sistema Nacional de Crédito Rural acelerem a admissão de engenhei

ros agrônomos a nível de carteira rural.

- Tendo em vista que a política agrícola está dissociada da realidade pois geralmente é decidida por profissionais sem conhecimentos técnicos e da realidade rural, o encontro reivindica a participação efetiva do profissional de agronomia na formulação das políticas Federal e Estadual.

83

Anexo nº 12

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 1030a. 124

F. Londrina 6/7/78

A 12

POSSE E USO DA TERRA:

COMISSÃO CONCLUI QUE POSSE DA TERRA ESTÁ SE CONCENTRANDO

Outro documento aprovado na sessão plenária de encerramento do 2o. Encontro Estadual de Agronomia que caracteriza um posicionamento político da classe agronômica no Estado do Paraná é o elaborado pela comissão encarregada de estudar o tema "Posse e Uso da Terra". A comissão propôs ao plenário, com aprovação unânime, que, "por iniciativa da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, o estudo do tema deve ter continuidade, mantendo-se uma comissão permanente de trabalho, envolvendo universidades, institutos de pesquisa, órgãos oficiais e outros afetos ao problema posse e uso da terra".

Propôs ainda o seguinte: "Sendo a reforma agrária uma opção política de governo, urge se decida cumprir a legislação já existente, principalmente a lei 4504/64, que regulamenta a reforma agrária, através da instituição do Estatuto da Terra".

Num estudo que levou três dias, a Comissão de "Posse e Uso da Terra" concluiu que as rápidas transformações agrárias operadas no Paraná, foram ocasionadas, entre outros fatores, pelo maciço incentivo à mecanização, pela utilização indiscriminada de insumos agrícolas e pela valorização crescente da terra, trazendo como consequências imediatas ao homem do campo a sua liberação como força de trabalho, pois a pequena propriedade se tornou inviável no sistema implantado.

"Essas transformações – diz o documento – não foram assimiladas pelo pequeno agricultor, criando uma grande concentração de propriedades, diminuindo em número e aumentando em área, no Estado do Paraná, principalmente nos últimos anos".

PROPRIEDADE CONCENTRADA

Estudando minuciosamente os dados levantados pelo cadastramento do INCRA entre 1967 e 1972 e pelo Censo Agropecuário feito entre 1950 e 1975, a Comissão de "Posse e Uso da Terra" constatou que "É elevado o padrão de concentração da propriedade da terra no Estado do Paraná. As propriedades com menos de 100 hectares, que representam 95 por cento do número total de imóveis do Estado, possuem 15 por cento da área cadastrada. Por outro lado, os imóveis com mais de mil hectares, perfazem um quarto da mesma área – 23,7 por cento".

Constatou ainda que "a área dos minifúndios e latifúndios por exploração, especialmente os primeiros, apresentaram uma redução significativa e as empresas rurais e latifúndio, por dimensão, exibiram crescimentos importantes, tanto em número como em área, no período situado entre 67/72". Outra constatação da comissão é o fato de que "pouco mais de um quarto dos proprietários – 26,1 por cento – possuem quase a metade – 49,2 por cento – dos imóveis do Estado; dando uma média de 2,7 por cento de imóveis por proprietário, o que demonstra ser a distribuição da propriedade da terra bem mais concentrada que a distribuição relativa dos imóveis, no ano de 1972".

Constatou finalmente a comissão que "da área total cadastrada do Estado do Paraná, 68 por cento é explorada, sendo este valor mais elevado que o do país como um todo – 56,5 por cento. Notou-se ainda que, no Paraná, os minifúndios, como as empresas rurais, exploram respectivamente 75,5 e 88 por cento da área total por eles ocupada, que abrange quase 48 por cento da área total do Estado. Verificou-se que o Estado, principalmente a sua região Norte, utiliza a terra com bastante intensidade, sendo esta intensidade de uso mais evidente nas pequenas propriedades".

PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção agropecuária no Paraná, conforme constatou a comissão, caracteriza-se, em linhas gerais, pela elevada participação das pequenas propriedades na produção agrícola e na criação de pequenos animais. As grandes propriedades, por sua vez, destacaram-se na extração vegetal ou florestal e na pecuária bovina.

Possuindo 23,6 da área total, os imóveis com mais de mil hectares são responsáveis por: três por cento da área colhida com alimentos básicos; 6,2 por cento da área colhida com produtos de transformação; 2,3 por cento da área colhida com hortifruticolas e, finalmente, 59,5 da área explorada com extração vegetal e florestal.

PT 1030a.121

84

Através dos resultados dos dados levantados pelo cadastramento do INCRA em 1967 e 1972, e Censo Agropecuário de 1950/1960/1970/1975 constatou-se que:

- É elevado o padrão de concentração da propriedade da terra no Estado do Paraná. As propriedades de menos de 100 ha, que representam 95% do número total de imóveis do Estado, possuem 15% da área cadastrada. Por outro lado, os imóveis de mais de 1000 ha, que perfazem 1/4 (23,7%) da mesma área.

- Em comparação ao Brasil, nota-se que no Paraná é maior a importância das pequenas e médias propriedades para o Brasil os imóveis de menos de 100 ha, detinham em 1972 apenas 13% da área total, enquanto que no Paraná esse valor é três vezes maior. Destaca-se ainda no Paraná, quando comparado ao país como um todo a maior participação relativa das empresas rurais. Elas representavam em 1972, perto de 8% dos imóveis e 18% da área cadastrada do Estado para o Brasil, 4,8% e 9,8%, respectivamente. Esse fato deve ser contribuido para que o índice de Gini no Paraná seja inferior (0,722)ao verificado no Brasil (0,849), no mesmo período.

- A área dos minifundios e latifundios por exploração, especialmente os primeiros, apresentaram uma redução significativa e as empresas rurais e latifundios por dimensão, exibiram crescimentos importantes tanto em número, como em área, no período 1967/1972.

- A distribuição dos imóveis rurais, segundo a propriedade de um ou mais imóveis por proprietário, apresenta no Estado do Paraná a média de 1,5 imóvel por proprietário, sendo que pouco mais de 1/4 dos proprietários (26,1%) possuem quase a metade (49,2%) dos imóveis do Estado; dando uma média, para essa categoria, de 2,7 imóveis por proprietário, o que demonstra ser a distribuição da propriedade da terra bem mais concentrada que a distribuição relativa dos imóveis, no ano de 1972.

- Da área total cadastrada do Estado do Pr. 68% é explorada, sendo este valor mais elevado que o do país como um todo (56,5%). Notou se que, no Paraná, os minifúndios como as empresas rurais exploram respectivamente 75,5% e 88,0%, da área total por elas ocupada,que abrange quase 48% da área total do Estado. Verificou-se que o Estado do Pr., principalmente a sua região Norte, utiliza a terra com

4. A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

" A produção agropecuária no Paraná caracteriza-se em linhas gerais, pela elevada participação das pequenas propriedades na produção agrícola e na criação de pequenos animais. As grandes propriedades por sua vez, destacou-se na extração vegetal e/ou florestal e na pecuária bovina."

Verificou-se que as propriedades com área inferior a 50 ha, que possuem 1/3 da área total cadastradas, são responsáveis por mais da metade das áreas colhidas dos principais produtos: 65,9% da área de alimentos básicos; 55% da área de produtos de transformação industrial; e 71,2% da área de hortifrutícolas. Se não consideradas as propriedades até 1000 ha, tem-se a quase totalidade das áreas exploradas, exceto as que se referem à extração.

Possuíndo 23,6% da área total, os imóveis com mais de 1000 ha, são responsáveis por: 3,0% da área colhida com alimentos básicos, 6,2% da área colhida com produtos de transformação, 2,3% da área colhida com hortifrutícolas; e 59,5% da área explorada com extração vegetal e/ ou florestal.

As sete principais culturas do Estado, classificados de acordo com seu valor estimado da produção, segundo publicação do INCRA (Estatísticas Cadastrais/2) são: café, milho, feijão algodão, soja, trigo e arroz. Para essas culturas individualmente, observa-se a mesma tendência verificada na produção agregada: a elevada participação das pequenas propriedades, de onde provem a maior parte do volume produzido. Os imóveis com área inferior a 50 ha, com um terço da área total, produzem emtermos de qualidade colhida:

54,4% do café;
64,3% do milho;
73,7% do feijão;
47,5% do algodão;
56,4% da soja;
36,0% do trigo; e
57,7% do arroz.

Por outro lado, os imóveis com área superior a 500 ha, detentores de 31,4% da área total, produzem:

12,1% do café;
6,4% do milho;
3,9% do feijão;
13,4% do algodão;
10,0% da soja;
9,4% do trigo? e
13,9% do arroz.

Pode-se concluir, então, que os imóveis com menos de 50 ha produzem mais da metade do volume dos principais produtos agrícolas numa área apenas pouco superior à área ocupada pelos imóveis com mais de 500 ha. Esses imóveis, por sua vez, participam com apenas 1/10, aproximadamente, dessa produção.

Em relação à exploração pecuária, a análise dos resultados do quadro 7 revela uma menor participação das pequenas propriedades na criação animal, comparativamente à produção agrícola. Ocorre porém uma exceção, no caso de pequenos animais (suínos, ovinos e caprinos), onde a produção concentra-se quase que totalmente nas menores propriedades.

Os imóveis com áreas inferiores a 50 ha, que possuem cerca de 1/3 da área total, abrigam 32,4% do valor do rebanho, 29,2% dos bovinos e búfalos e 72,8% dos pequenos animais. Se são considerados os imóveis com até 200 ha tem-se a quase totalidade dos pequenos animais (90%). Diferentemente, o rebanho bovino encontra-se basicamente nas propriedades com área entre 10 e 1000 ha (quase 80% do número de bovinos e búfalos).

O presente documento foi transcrito dos trabalhos:

- Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasi-

A comissão de posse e uso da terra concluiu que:

- Rápidas transformações agrárias operadas no PR., foram ocasionadas, entre outros fatores, pelo maciço incentivo à mecanização, pela utilização indiscriminada de insumos agrícolas e pela valorização crescente da terra trazendo como consequências imediatas ao homem do campo a sua liberação como força de trabalho, pois a pequena propriedade se tornou inviável no sistema implantado.

- Essas transformações não foram assimiladas pelo pequeno agricultor criando uma grande concentração de propriedades, diminuindo em número e aumentando em área, no Estado do Paraná, principalmente nos últimos anos.

Propomos para aprovação do Plenário, que:

1º por iniciativa da A.E.A.P.R., o estudo do tema deve ter continuidade, mantendo-se uma comissão permanente de trabalho envolvendo universidades, institutos de pesquisa, órgãos oficiais e outros, afetos ao problema "posse e uso da terra".

2º sendo a Reforma Agrária uma opção política de governo, urge se decida cumprir a legislação já existente principalmente a lei 4504/64, Estatuto da terra.

3º Seja incluido no temário do 11º Congresso Nacional de Agronomia o assunto "Posse e uso da terra".

PT 1030a 124

Anexo nº 13

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

POSIÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS, NO II ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA DO PARANÁ QUANTO A LEI DE PROTEÇÃO AOS CULTIVARES.

Introdução:

A economia brasileira tem ao longo da nossa história evidenciado a importância do setor agropecuário pela contribuiçao que este tem dado a produçao de matéria prima, alimentos para o consumo interno e registrando em 1976 cerca de 70% do valor de nossas exportações.

O Potencial Agrícola brasileiro é indiscutível. O que é discutível é a forma como esse Potencial está sendo explorado e aqui levantamos dois pontos que nos parecem básicos: 1º a quem está beneficiando o modelo agrícola e 2º o avanço do capital estrangeiro no nosso meio rural.

O atual modelo de exploração agrícola está voltado para o mercado externo agravando os problemas sociais existentes a medida em que está permitindo a gradativa concentraçao de renda na mao de uma minoria e a deterioraçao do poder de compra dos trabalhadores. Nao estamos longe portanto, de nos transformarmos num grande exportador de alimentos enquanto parcelas cada vez maiores da populaçao, devido a diminuiçao do poder aquisitivo, estarao passando fome. Essa já é a realidade atual da Índia, conforme lembra Hélio Duque numa recente palestra feita na Universidade Federal do Paraná, onde lembra que aquele país passou de importador para exportador sem que a condiçao social do país melhorasse.

A penetração do capital estrangeiro no campo é outro fator preocupante nao só pela área do nosso território ocupada atualmente por multinacionais como pela maciça participaçao destas na produçao de insumos básicos para a agricultura (defensivos, fertilizantes e sementes).

É dentro deste contexto que vamos discutir o Ante-Projeto de Lei de Proteçao aos Cultivares que tenta introduzir uma inovaçao em todo o sistema de produçao e comercializaçao de uns dos mais importantes insumos da agricultura: a Semente e a MUDA.

Ante-Projeto de Lei de Proteção aos Cultivares
o que é e como surgiu

Com o Ante-Projeto de Lei de Proteçao aos Cultivares pretende-se assegurar as melhoradas das novas variedades de sementes e mudas, através do pagamento de "royalties" ou direitos autorais, exclusividade de sua multiplicaçao e comercializaçao no país, para fins de semeadura e plantio.

Ao ser questionado em fins de 76 e no início de 1977 por várias associaçoes de Engenheiros Agrônomos a começar por São Paulo esse projeto parecia órfao. Ninguém aceitava a sua paternidade e a Associaçao Brasileira dos Produtores de Sementes - ABRASEM, dirigida por elementos da Agroceres (grupo Rockefeller) e da Shell, se diziam apenas defensores da Lei mas nunca seus autores, mas por ela brigavam sem no entanto conhecer o seu autor. Meses depois de ampla divulgaçao da ameaça que tal Ante-Projeto apresentava ficou-se sabendo que a idéia surgiu por inspiraçao do IPE - International Plant Breeders, (grupo Shell) que, em maio de 1974, quando começou a operar no Brasil entregou ao ministro da Agricultura um estudo (Four Lines Plan for Brazilian Agriculture) "a título de colaboraçao". Esse estudo foi utilizado pelo Prof. José Pastore, economista da Universidade de São Paulo e membro da comissao técnica da EMBRAPA para realizar um trabalho sobre a legislaçao de proteçao aos cultivares. Neste estudo ,

PT 1030a 124

Pastore recomenda a IPB afirmando que "esse grupo, como se sabe, já apresentou uma proposta ao senhor Ministro da Agricultura, para ajudar a montar todo o sistema brasileiro. Acho que vale a pena aproveitar esse tipo de assistência técnica". As etapas para a aprovação da Lei foram cuidadosamente planejadas pela IPB, prevendo-se inclusive, um prazo suficiente para permitir as multinacionais a produção e a estocagem de novas sementes. Diz ainda o relatório de Pastore: "A legislação deve ser elaborada com calma e cuidado. Não há tanta urgência. Muitos desses grupos (leia-se Shell, Agroceres, Ciba-Geigy-Asgrow) já estão trabalhando no Brasil e esperam ter seus resultados dentro de tres ou quatro anos (observe-se que o relatório foi feito em 1974) Acho que uma simples manifestação do governo mostrando disposição definitiva de fazer e implantar a lei será o suficiente por ora".

Nota-se portanto que esse Ante-Projeto de Lei surgiu não de uma necessidade do produtor mas basicamente de um interesse de multinacionais em controlar mais um importante fator de nossa produção agrícola, a começar pelas culturas de soja e trigo e posteriormente arroz e cevada. Por outro lado demonstra a adesao total a agricultura de exportação que a nosso ver traz prejuízos sociais.

PT 1030 a-124

A PRODUÇÃO DE SEMENTES NO BRASIL

Em 1966 iniciaram-se estudos com vistas ao estabelecimento de uma política de sementes para o país. Em 1967 foi apresentado no I Seminário Brasileiro de Sementes o Programa Brasileiro de Sementes, que findou transformando-se na Portaria 524 de 3.10.1967 do Ministério da Agricultura, constituindo-se entao na Política Nacional de Sementes (PLANASEM) que teve como objetivo básico o aumento da produtividade agrícola, através do incremento da taxa de utilizaçao de sementes melhoradas.

Para tanto o govêrno passou a produzir sementes comerciais até que, com o aparecimento de um parque industrial de sementes, este passou a sofrer a concorrência governamental em funçao de um custo de sementes subsidiado; baseado no PLANASEM o govêrno passou entao a estabelecer incentivos a iniciativa privada e retirou-se da produçao e comercializaçao de sementes melhoradas, variando esta retirada em funçao do desenvolvimento tecnológico das diferentes regioes do país; finalizou por permanecer a açao governamental à trabalhos de pesquisa e à produçao e manutençao de estoques genéticos e básicos, bem como a coordenaçao dos sistemas de produçao.

Em 1972 dando maior incentivo a produção de sementes melhoradas foi criado o Subprograma de Apoio Governamental a Implantaçao do Plano Nacional de Sementes (AGIPLAN) que perdurou de 1973 a 1976. Neste período o AGIPLAN aplicou recursos da ordem de 25 milhoes de dólares em algodao, amendoim, arroz, batata, feijão, milho, soja e trigo em seis projetos: (1) Pesquisa em tecnologia e análise de sementes; (2) Melhoramento e Experimentação; (3) Produção, Multiplicaçao, Beneficiamento e Armazenamento de Sementes Básicas; (4) Organizaçao da Produçao de Sementes Melhoradas; (5) Fiscalizaçao do Comércio de Sementes; (6) Treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A partir destes projetos conseguiu-se maior volume de pesquisa, instalaçao de diversas unidades de beneficiamento para semente básica em entidades oficiais de pesquisa, a organizaçao dos sistemas de produçao com a implantaçao das CESMs e mais recentemente da Certificaçao de Sementes e o Treinamento de 982 técnicos em semente, sendo 108 no exterior e 874 no país.

Nos quadros 1 e 2 é apresentada a taxa de utilizaçao de sementes melhoradas nas Regioes Sul-Sudeste e Estado do Paraná, onde observa-se a evoluçao do programa a partir do Apoio Governamental.

A partir de 1975 já com a produção de sementes melhoradas organizada, o apoio governamental tem sido por intermédio da EMBRAPA, Serviço de Produçao de Sementes Básicas e Empresas Estaduais de Pesquisa. No Estado do Paraná por intermédio da Fundaçao IAPAR vem produzindo estoques de sementes genéticas e básicas que tem alimentado o sistema estadual de sementes.

Este apoio governamental chefou hoje no ponto em que encontramos cerca de 150 produtores particulares de sementes no Estado do Paraná e cerca de 500 na Regiao Sul-Sudeste do Brasil.

PT 1030a-124

QUADRO 1 - Taxa de utilização de sementes melhoradas nas regiões Sul-Sudeste (%)

ESPÉCIE	1970	1971	1972	1973	1974	1975
Algodão	87,91	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Amendoim	6,52	8,42	9,66	11,29	16,56	19,28
Arroz	8,87	15,78	32,06	47,72	58,97	47,01
Batata	2,47	4,32	6,06	4,06	9,44	8,21
Feijão	0,25	0,79	1,10	0,68	1,37	1,49
Milho	14,43	24,46	35,22	40,92	39,32	59,34
Soja	42,03	75,53	89,48	66,34	91,37	80,49
Trigo	84,93	99,56	65,21	100,00	97,20	67,01

Fonte: AGIPLAN

PT 1090a 124

QUADRO 2 - Taxa de utilização de sementes melhoradas no Estado do Paraná (%)

E S P É C I E	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978*
Arroz	1,06	2,13	3,24	10,29	23,12	8,07	10,34
Feijão	0,08	0,24	0,24	0,44	0,50	0,65	1,41
Milho	38,42	48,28	29,27	43,23	55,47	40,37	40,20
Soja	100,00	62,36	63,43	72,85	71,85	68,57	90,00
Trigo	70,97	52,20	85,14	57,56	61,96	85,33	100,00

* Estimativa

Fonte: - APASEM

PT 1030a-124

Consequências previstas caso o Ante-Projeto seja transformado em Lei

As consequências da transformação deste Ante-Projeto em Lei seriam várias, todas elas bastante interrelacionadas.

A primeira é a gradativa desnacionalização do setor de pesquisa em sementes e mudas. Se hoje a pesquisa aplicada já não está recebendo o devido apoio governamental é fácil imaginar o que ocorrerá quando as firmas com poderoso capital de giro começarem a absorver os pesquisadores que atuam nos vários orgãos que cuidam de melhoramento genético dos cultivares, ao invés de concorrer, as multinacionais vão absorver as pequenas empresas nacionais e os órgãos oficiais. Deve-se considerar aqui ainda que a minuta do ante-projeto não prevê que haverá realmente pesquisa, uma vez que ela dá margem a introdução de variedades existentes em outros países. A nossa pesquisa, conforme cientistas do SBPC se resumira a testes de adaptação de variedades importadas.

A dependência tecnológica com a remessa de "royalties" é outra grave consequência. O que já avançamos em termos de tecnologia própria neste setor é algo indiscutível e correríamos agora o risco de perder todo esse trabalho, pois uma vez pertencendo a comunidade internacional dos países que reconhecem a Lei de Patenteamento de Sementes, o Brasil será muito mais um consumidor de tecnologia estrangeira do que um exportador. E nossos gastos com "royalties" que já são elevados teriam uma razão a mais para aumentar, nos países que possuem esse tipo de legislação como os Estados Unidos e Inglaterra. Segundo o técnico Osvaldo Bertinato a lei se presta exatamente ao contrário do que se pretende fazer aqui no Brasil pois naqueles países a lei defende a produção nacional.

E o pesquisador?

Seria ingenuidade supor que o pesquisador beneficiar-se-ia diretamente com essa Lei de Proteção aos Cultivares. Seja este pesquisador de órgãos públicos, seja ele de empresas privadas, estes "royalties" e/ou "direitos autorais" serão repassados às entidades nas quais aqueles técnicos trabalharem.

No Paraná hoje a produtividade da soja é superior a média americana o que se conseguiu com melhoramentos de variedades americanas sem o pagamento de "royalties". Além do que todo o material genético gerado pelas instituições oficiais de pesquisa, com excessão dos hibridos, é de domínio público.

É procedente a preocupação dos técnicos de que o País perderia até o controle das informações e previsão de safras. O dia em que a produção e comércio de sementes ficarem em mãos de uma minoria de poderosas empresas o governo brasileiro não terá sequer as estimativas de produção que são baseadas na demanda de semente. E são imprevisíveis as consequências da perda do controle do setor básico de produção de sementes e consequentemente de alimentos.

O aumento do custo de produção é inevitável. O argumento de elementos da Agroceres e Shell, através da ABRASEM, de que o aumento no custo de produção será insignificante, pois o custo do direito autoral seria entre 3 e 5% do preço do produto. Alegam que a semente representa de 1 a 5% do custo total de uma lavoura o que não é verdade, pois para as culturas, que a lei demonstra interesse imediato - soja e trigo, a semente representa cerca de 10% e 20% respectivamente dos custos totais de produção, soma-se ainda a não garantia de um retorno proporcional ao aumento de custo, pois conforme já foi visto poderemos utilizar aqui material genético sem o mínimo interesse para o País.

PT 1030a.124

Por outro lado, caso haja no exterior variedades de sementes convenientes para serem introduzidas no nosso país basta a importação de seu material genético, assim como, sua adaptação as nossas condiçoes, por intermédio dos atuais órgaos oficiais de pesquisa sem que se pague nada de especial por isso. E é o que ocorre hoje com algumas variedades de soja, arroz, banana, forrageiras e outras.

Diante desta brutal ameaça para o País não nos dá ainda segurança a afirmação da assessoria econômica do Ministério da Agricultura de que "o governo não cometeria a imprudência de permitir que apenas duas ou tres empresas preencham as exigências de uma futura lei de Proteçao aos Cultivares, sancionando, assim, um monopólio no setor "após reconhecer que talvez no próximo govêrno a lei será fatalmente necessária ao país" (EXAME 24.05.78). Além do que a implantaçao da lei exige que haja uma estrutura capaz de controlar a criaçao, identificaçao, registro e competiçao de cultivar o nível nacional, o que inexiste no país.

Como também consideramos superada a preocupação do Deputado Francisco Libardoni (MDB-SC) presidente da Comissao da Agricultura da Câmara segundo a mesma citada revista: "O risco é quando a matéria chegar para votaçao, pois nenhum arenista ficará contra uma proposiçao vinda do Executiv". Consideremos superada uma vez que tivemos ultimamente provas de que as propostas vindas do Executivo devem ser questionadas principalmente se representam ou não anseios populares.

Considerando portanto que esse ante-projeto de lei não atende as atuais dificuldades que atravessa o setor de sementes no Brasil e que demonstra ostensiva interferência estrangeira na nossa economia, propomos nesse II Encontro Estadual de Agronomia do Paraná:

1. Paralização total da tramitação do ante-projeto de lei;
2. Continuaçao da discussao ampla do assunto por todos os setores interessados;

Endossando a proposta da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo aprovada no I Encontro Estadual de Agronomia e no X Congresso Brasileiro de Agronomia;

3. Que qualquer assunto sobre a Legislação de Proteção aos Cultivares e ou Patenteamento de Sementes tenha o parecer do FAEAB após consulta a todas Associaçoes Estaduais.

4. Solicitação aos órgãos competentes através do Ministério da Agricultura para maior canalizaçao de recursos para pesquisa vegetal dando prioridade ao mercado interno;

5. Um voto de repudio a penetração do capital estrangeiro no campo, e as entidades (ABRASEM) que insistem em defender a oligopolizaçao da indústria de sementes sob a tutela de algumas multinacionais prejudicando os interesses nacionais.

6. Um voto de repúdio a forma de como foi encaminhado assuntos de tão elevada importância demonstrando a fragilidade das autoridades diante dos interesses alienígenos e nocivos ao país.

Londrina, julho/1978

PT 1030a.124

Anexo nº 14

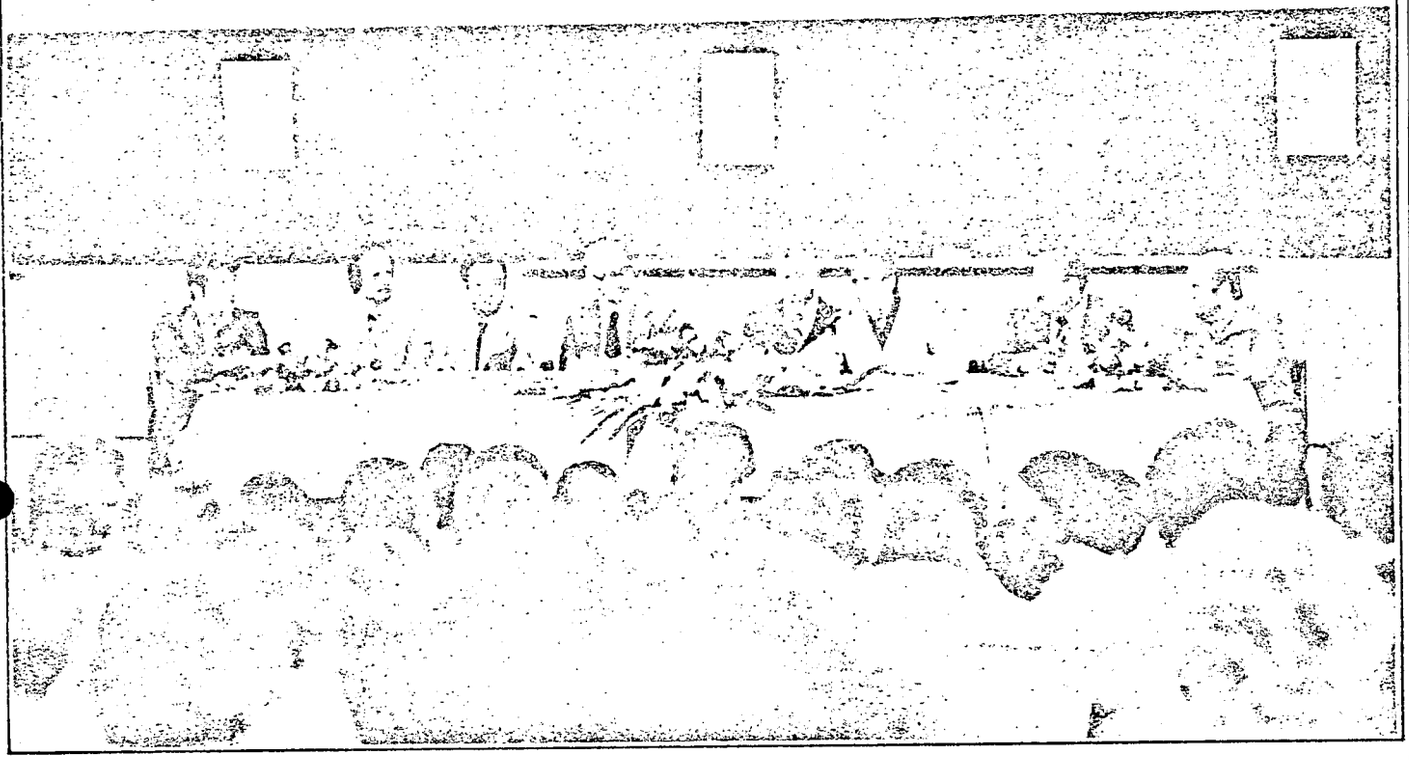
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 1030 a. 124

FOLHA RURAL

Londrina, 8 de julho de 1978 SUPLEMENTO DA FOLHA DE LONDRINA Não pode ser vendido separadamente (Nº 173/78)

II ENCONTRO ESTADUAL DE AGRONOMIA



A posição da classe agronômica

"A situação da classe agronômica no debate dos problemas do País tem sido muito escassa. Para que ela ocorra é necessário o reencontro da nação com a plenitude democrática e o estímulo ao debate dos grandes temas nacionais diante dos quais o profissional da agronomia, valendo-se do respeito aos Direitos Humanos, colocará sem medo ou receio suas opiniões". É o que diz o documento sobre Direitos Humanos e Democratização, uma das proposições aprovadas no 2º Encontro Estadual de Agronomia, realizado esta semana em Londrina. (V. foto).

A classe firmou sua posição também com relação a ecologia, Lei de Proteção aos Cultivares, Posse e Uso da terra, Política profissional e outros temas propostos. Página 3

PT 1030a. 124

1) Por que o engenheiro agrônomo deve participar ou tomar posições políticas?

Porque a medida que discute a posse e o uso da terra, a ecologia a política profissional, a criação de novos cursos de agronomia, constata que a solução destes problemas transcende o aspecto puramente técnico e classista e entra no universo político. Todo o problema, para sua solução, envolve uma tomada de decisões. Sendo a política exatamente este processo de gestação e tomada de decisões, natural é que também o profissional de agronomia dele participe. Participar é, ademais, um direito e, sobretudo, um dever de todo o cidadão.

Notamos que a maioria dos problemas debatidos nesse II Encontro, tem origem no conflito de interesses e que suas soluções só serão legítimas se ocorrerem de acôrdo com os interêsses da maioria, e que só com os canais adequados a esta participaçao, a comunidade poderia buscar mais ativamente as soluções para suas necessidades.

A tutela que existe hoje sôbre a sociedade em geral e sôbre o profissional de Agronomia, restringe a participaçao no encaminhamento das soluções.

2) De que maneira a Democratização e os Direitos Humanos influenciam na participaçao social do profissional de Agronomia?

A participação da classe no encaminhamento das resoluções que transcendem o âmbito de sua atuação tem sido muito escassa. Para que ela ocorra será necessário o encontro do país com a plenitude Democrática e o estímulo ao debate dos grandes temas nacionais, nos quais o profissional de Agronomia valendo-se do respeito aos Direitos Humanos, colocaria sem medo e receios as suas opiniões.

3) O que entendemos por Democratização?

É a forma capaz de engejar a ampla participação de toda a sociedade na busca das soluçoes para seus problemas. E a exemplo dos demais segmentos da sociedade, entendemos que a plenitude democrática só se realizará mediante o cumprimento dos seguintes pressupostos:

- Liberdade de expressão e organização
- Eleiçoes diretas em todos os níveis
- Liberdade de imprensa falada, escrita e televisada.
- Vigência plena do Habeas-Corpus
- Direito de greve
- Independência dos tres poderes
- Revogaçao de todos os atos de exceção
- Anistia a todos os brasileiros punidos por atos de exceção
- Respeito aos Direitos Humanos consignados na Declaraçao Universal dos Direitos Humanos dando ênfase à justa redistribuição da renda e da terra.

Mais que tornar pública nossa posição, cabe a classe agronômica levar à prática os debates em torno dos temas expostos e lutar de forma contínua em prol da sua efetivação.

Comissão de Democratização e
Direitos Humanos

Pr 1030 a. 124

Declaração Universal dos Direitos do Homem. (aprovada em resolução da III Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas).

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e que seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz do mundo.

Considerando que o desrespeito pelos direitos do homem resultaram em átos bárbaros que ultrajaram a consciência da Humanidade e que o advento de um mundo em que os homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do homem comum,

Considerando ser essencial que os direitos do homem sejam protegidos pelo império da lei, para que o homem não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão.

Considerando que os povos das Nações reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.

Considerando que os Estados Membros se comprometem a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do homem e a observância desses direitos e liberdades.

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso.

Agora, portanto,

A Assembléia Geral Proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos do Homem como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as

401

nações, como o objetivo de cada individuo e cada órgão na sociedade, tendo sempre em mente Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, como entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1 - Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São adotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Artigo 2 - (1) Todo homem tem capacidade para gozar dos direitos e das liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça,côr, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.(2) - Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertence uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.

Artigo 3 - Todo homem tem dircito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4 - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfego de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

Artigo 5 - Ninguém será submetido à tortura nem tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigo 6 - Todo homem tem direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.

Artigo 7 - Todos são iguais perante a lei e têm direito sem qualquer distinção a igual proteção a lei. Todos tem direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discrimi

Artigo 8 - Todo homem tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes recursos efetivo para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela Constituição ou pela lei.

Artigo 9 - Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado.

Artigo 10 - Todo homem tem direito, em plena igualdade, a uma justa e publica audiência por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir de seus direitos e deveres ou do fundamento de qualquer acusação criminal contra ele.

Artigo 11 - (1) Todo homem acusado de um ato delituoso tem o direito de ser presumido inocente até que a sua culpabilidade tenha sido provada de acordo com a lei, em julgamento público no qual lhe tenham sido asseguradas todas as garantias necessárias de defesa. (2) - Ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, não constituam delito perante o direito nacional ou internacional. Também não será imposta pena mais forte do que aquela que, no momento da prática, era aplicável ao ato delituoso.

Artigo 12 - Ninguém será sujeito a interferências na sua vida privada, no seu lar ou na sua correspondência nem ataques a sua honra e reputação. Todo homem tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

Artigo 13 - (1) Todo homem tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. (2) - Todo homem tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar.

Artigo 14 - (1) Todo homem vitima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países (2) - Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum ou por atos contrários aos objetivos e principios das Nações Unidas.

Artigo 15 - (1) Todo homem tem direito a uma nacionalidade. (2)

103

- Ninguem será arbitrariamente privado de sua nacionalidade , nem do direito de mudar de nacionalidade.

Artigo 16 - (1) Os homens e mulheres de maior idade, sem qualquer restrição de raça, nacionalidade ou religião, tem o direito de contrair matrimônio e fundar família. Gozam de iguais direitos em relação ao casamento, sua duração e sua dissolução. (2) - O casamento não será válido se não com o livre e pleno concentimento dos nubentes. (3) - A familia é o núcleo natural e fundamental da sociedade e tem direito à proteção da sociedade e do Estado.

Artigo 17 - (1) - Todo homem tem direito à propriedade, só ou em sociedade com outros. (2) - Ninguem será arbritariamente privado de sua propriedade.

Artigo 18 - Todo homem tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui à liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletivamente em público ou em particular.

Artigo 19 - Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão, direito esse que inclui à liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar receber e transmitir informações e ideais por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo 20 - Todo homem tem direito a liberdade de reunião e associação pacíficas. (2) - Ninguem pode ser obrigado a fazer parte de uma associação.

Artigo 21 - (1) - Todo homem tem o direito de tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. (2) - Todo homem tem direito de acesso ao serviço público de seu país (3) - A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure

PT 1030a.124

a liberdade de voto.

Artigo 22 - Todo homem, como membro da sociedade, tem direito à previdência social e a realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade.

Artigo 23 - (2) Todo homem tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, à condições justas e favoráveis de trabalhos e à proteção contra e desemprego. (2) - Todo homem tem distinção qualquer, tem direito a uma remuneração satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário outros meios de proteção social. (4) Todo homem tem direito a organizar sindicatos e a nestes ingressar para proteção de seus interesses.

Artigo 24 - Todo homem tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável de horas de trabalhos e a férias remuneradas e periódicas.

Artigo 25 - (1) - Todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e à sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestiário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e o direito à previdência em caso de desemprego, doença, ou invalidez, viúvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (2) - A maternidade e a infância tem direito a cuidados e assistências especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.

Artigo 26 - (1) - Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuíta, pelo menos nos graus elementares e fundamentares. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito. (2) - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade huma

na e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a com - preensão, a tolerância e a amizade entre todas as Nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em pról da manutenção da paz. (3) - Os pais tem prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Artigo 27 - (1) - Todo homem tem o direito de participar li - vremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios. - (2) - No exercício de seus direitos e liberdades, todo homem estará sujeito apenas as limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdade de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem- estar de uma sociedade democrática. (3) Esses direitos e liberdades não podem em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 30 - Nenhuma disposição da presente Declaração pode ser interpretada como o reconhecimento a qualquer Estado, grupo ou pessoa do direito de exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades aqui estabelecidos.

"Conquanto a Declaração seja aceita
universalmente, ou quase universalmente
deve-se admitir que é considera
da com variável grau de entusiasmo nas
diversas regiões do mundo".

903

Anexo nº 15

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT 1030a-124

POLÍTICA E DEFESA PROFISSIONAL, RECLAMAÇÃO AGRONÔMICA

Proposições

1. Que a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná conclame to da classe Agronômica à maior participação nos Sindicatos dos Enge - nheiros do Paraná ou Sindicatos Regionais, nas seguintes formas:

a) recolhendo a contribuição sindical obrigatória em favor do Sindi cato da região respectiva onde o mesmo atuar;

b) participando efetivamente nesses sindicatos, postulando inclusive participação nas diretorias dos mesmos.

2. Que para o próximo encontro dos Engenheiros Agrônomos no Paraná sejam fornecidas ao associados soluções sobre as questões propostas neste encontro.

3. Que a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Pr. agilize os tra balhos de reformulação dos estatutos, com a participação de repre- sentantes dos núcleos regionais, procurando fortalecê-los através da presença efetiva dos mesmos em reuniões da sede, sendo que a ver são definitiva do estatuto seja submetida a aprovação pela asse- bléia geral convocada para eleição da próxima diretoria.

4. Suspender os débitos dos Engº Agrº em atrazo com a associação, objetivando reintegração ao corpo de associados e visando ampla a bertura de reenganjamento desses profissionais não ativos, sendo que esse prcelamento de dívidas deverão ser suspensos em julho de 1978.

5. Que a associação dos Engºs Agrºs do Pr. promova ampla campanha no âmbito estadual através de seus núcleos para o pleno conhecimento do código de ética profissional, editando e distribuindo-o para todos os profissionais do estado.

6. Que a AEAPR gestione junto aos órgãos competentes adição da dis ciplina de legislação profissional nas escolas de Engenharia Agro- nômica que ainda não a possui em seus curriculos.

PT 1030c.124

7. Que a AEAPR expeça correspondência ao Banco Central, solicitando que se cumpra o decreto nº 58.380 de 10/5/76 e demais Legislação pertinente, ou seja, a obrigatoriedade de Engºs Agrºs para carteiras agrícolas das agências financiadoras.

8. Que a AEAPR sugira ao futuro Governador as prioritizações da agricultura, sugerindo inclusive cargos específicos da área governamental para serem ocupados por Engºs Agrºs

9. Que a AEAPR tome posição diante do crescimento da estatilização da profissão procurando proteger a livre iniciativa dos profissionais de Agronomia.

10. Criação de um grupo permanente de defesa profissional que terá como responsabilidade identificação de atuação irregulares e comunicar ao CREA através de seus representantes.

11. Que a AEAPR leve ao conhecimento dos órgãos competentes o exercício ilegal da profissão na área de conservação dos solos da região de Ponta Grossa.

12. Que a AEAPR leve ao conhecimento dos órgãos competentos o não cumprimento da Lei 6225 de 14/7/75 do PNCS no que se refere a financiamento desordenado para o custeio agrícola, sem o devido plano de conservação do solo e da água, bem como o controle da poluição ambiental através de pesticidas.

13. Que sejam defendidas pela associação dos Engºs Agrºs do Pr., junto aos órgãos competentes o direito das empresas credenciadas pela EMBRATER a elaboração de laudos de PROAGRO.

14. Que a AEAPR responsabilize-se por uma ampla pesquisa de mercado de trabalho através de associados, órgãos oficiais, cooperativas, iniciativa privada, etc.

15. Que a AEAPR forme uma comissão incumbida de estudar e analisar a implantação do receituário agronômico, nela participando todos os [illegible] área.

16. Que a data limítrofe para a apresentação dos resultados do estudo do receituário agronômico seja de 180 dias.

17. Que AEAPR gestione junto ao CREA a execução e fiscalização do artigo 14º da Lei 5194.

017

Anexo nº 16

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PT1030a. 124

ABERTURA DE NOVAS ESCOLAS DE AGRONOMIA E NÚMERO DE VAGAS

INTRODUÇÃO :

Torna-se insistente o esforço de determinadas Regiões do País, no sentido da instalação de novos CURSOS DE AGRONOMIA, na alegação de que estes seriam responsáveis pelo seu desenvolvimento, ou por merecimento, devido ao Incremento da Produção Agrícola destas regiões.

Estes líderes, representantes destas Regiões, desconhecendo a REALIDADE AGRONÔMICA, e têm na promoção política e pessoal, algumas vezes, os seus reais objetivos.

Neste trabalho pretendemos apresentar alguns argumentos, que esperamos sirvam de base para uma manifestação esclarecedora e tomada de posição da CLASSE AGRONÔMICA PARANAENSE, frente ao assunto.

CONSIDERANDO :

1) Que o problema básico de abertura de novas escolas reside no desconhecimento total da ciência e tecnologia da carreira agranômica, por parte da maioria destes líderes, e, consequentemente, das condições e pré-requisitos indispensáveis para o funcionamento condizente de um curso de nível superior, como é AGRONOMIA.

2) Que a falta de uma legítima interpretação das funções do técnico de nível superior, ocasionada pela interferência de técnicos agrícolas de nível médio, e, havendo confusão quanto às atribuições de Engenheiro Agrônomo e do referido técnico, as aspirações dessas regiões são erroneamente orientadas para a criação de novos cursos de AGRONOMIA, quando na verdade, comportaria ou necessitaria de uma escola de técnicos agrícolas de Nível Médio.

3) Que o mercado de trabalho não possuirá condições de absorver os Engenheiros Agrônomos existentes e egressos anualmente das nossas vinte e oito Faculdades em funcionamento.

PT 1030a-124

Em 1972, de acordo com estudo feito pelo MEC, deveriam existir em 1976, 7.800 profissionais excedentes no país.

Saliente-se que nesta época ainda não funcionavam a Faculdades de Paraguaçu Paulista, Maringá e Londrina.

Deve-se acrescentar a este quadro a criação de cursos paralelos, com atribuições semelhantes.

4) Que a não atuação do Engenheiro Agrônomo em suas atividades, como pesquisador, planejador e orientador, representa um desperdício de material humano de difícil e dispendiosa formação,

5) Que, de acordo com dados de 1972, 70% do mercado de trabalho recai no serviço público (CREA? 6º REGIÃO, 1970) e este encontra-se em vias de saturação, advém, em consequência, uma desproporção entre a oferta e a procura dos Engenheiros Agrônomos.

6) Que há uma grande diminuição do mercado de trabalho pela crescente formação de novos cursos, oriundos das Atribuições do Engenheiro Agrônomo, muito bem definidas pela Resolução nº 184 do CONFEA. Para exemplificar : Agrimensura, Engenharia Florestal Zootecnia, Pedagogia Agrícola, Tecnologia Alimentar e, em cogitação Engenharia Agrícola e Administração Rural. Acrescente-se ainda, a interferência de leigos em atividades de competência legal do Engenheiro Agrônomo, como verifica-se notadamente, nas operações de Crédito Agrícola.

7) Que não procede a alegação de criar novos cursos de Agronomia com o objetivo de aproveitar o estudante local, pois sabe-se que a maioria dos formados em AGRONOMIA não encontrariam colocação nessas próprias regiões onde se deseja instalar novos cursos, sendo que os vinte e oito cursos existentes têm condições de suprir todas as necessidades e requisitos das diversas regiões do País, sobrando, inclusive excedentes.

8) Que o grande número de disciplinas eminentemente técnicas que constituem o curso de AGRONOMIA exigem aparelhagem onerosa, acarretando dificuldades de aquisição até mesmo às unidades já existentes e organizadas. A diluição dos recursos financeiros para aten-

der as demandas dos novos cursos, traria, como consequência, o agravamento da atual situação, com prejuízo geral para o ensino. Ressalte-se, ainda, que mesmo de posse de todos os equipamentos necessários, nenhum estabelecimento terá condições de êxito se a questão do magistério não for enfrentada realisticamente, com elementos capazes de vivificar e permitir que a instituição cumpra com o seu destino.

9) Que mesmo não havendo perspectivas promissoras para utilização de Engenheiros Agrônomos, autoridades persistem em criar mais cursos de AGRONOMIA no País. Em 1968, havia um total de 19 Faculdades de Agronomia, hoje temos 28. Houve, portanto, um aumento na ordem de 47%. Taxa esta que não se manterá estável por muito tempo, visto que pleiteia-se a criação de várias outras Faculdades de Agronomia, como as das cidades de : Uberaba, Uberlândia, Sete Lagoas, Itapecerica, em(MG); Bagé, Ijuí, Uruguaiana, Região do Vale do Rio Pardo (RS), Vutoporanga, Presidente Prudente (SP), Lages (SC), Aracaju (SE), Souza (PB), Jundiaí (RN), Apucarana e Jacarezinho (PR), Ponta-Grossa e Ivaiporã, Cascavel e outras.

10) Que as dificuldades já existentes nos atuais cursos de graduação das Escolas de Agronomia, têm sido agravadas pela evasão de recursos materiais e humanos para os Cursos de Pós Graduação, em detrimento do ensino graduado.

CONCLUSÕES :

1) Pelos fatos expostos, nos opomos à criação de novos cursos de Agronomia no Brasil, julgando mais razoável aperfeiçoar os existentes, de modo a se tornarem fontes de cultura, de prestígio real e unidades de ensino eficientes, através do enriquecimento em recursos humanos e materiais.

2) A disponibilidade de áreas e instalações satisfatórias (estas muito discutíveis) ou importância e desenvolvimento agrícola de uma região, por si só, não justificam a criação de novas unidades de ensino agronômico, devendo assim, serem carreados os recursos para a melhoria das já existentes, muitas das quais grandemente deficientes.

3) Somos contrários à criação de novos cursos com denominação diferentes (Zootecnia, Engenharia Florestal, Tecnologia Alimentar, Agrimensura, Pedagogia Agrícola, Engenharia Agrícola e Administração Rural), que visam a formação de profissionais com funções constantes das Atribuições do Engenheiro Agrônomo, numa flagrante burla à Resolução nº184 do CONFEA. Este tem sido o jogo tático, através do qual certos líderes tencionam contornar a questão. Da mesma forma, somos contrários à criação de extensões, tais como a Universidade Federal de Santa Maria, na cidade de Bagé (RS).

4) Deve merecer maior atenção de parte do Ministério de Educação e Cultura e do Conselho Federal de Educação, a pretensão de instalação de novos cursos de Agronomia por Comissões Pró-Ensino Superior compostas, na maioria das vezes, de leigos em assuntos Agronômicos e políticos que não fazem idéia do que virá a ser o novo Curso e suas implicações no que se refere ao Corpo Docente, instalações, colocação de egressos, etc.

5) Deve-se batalhar pela não autorização de novos cursos, para que, decorrido o período de formação da primeira turma, não se veja o MEC e CFE, obrigados a reconhecerem o curso, pela pressão emocional então formada.

6) O aumento do número de vagas depende fundamentalmente do mercado de trabalho. Para que ocorra este acréscimo, faz-se necessária, rigorosa pesquisa de demanda desses profissionais e das condições de corpo docente, instalações e materiais técnico-didáticos dos cursos.

PROPOSIÇÕES :

Diante dos motivos aqui arrolados, propomos a este congresso que interceda junto ao MEC e SEEC, no sentido de CFE e CEE:

1. Não criação de mais cursos de Agronomia.

2. Que o aumento do número de vagas nas atuais faculdades só se efetive mediante estudo categorizado de mercado de trabalho, em que indique demanda insatisfeita.

3. Que mediante a existência de mercado de traba-

lho para Engenheiros Agrônomos, não satisfeita, comprovadamente, pelo número de vagas nas faculdades existentes, que se dê prioridade ao aumento de vagas das atuais faculdades, ao invés da criação de novos cursos.

4. Que ao contrário de se criar novos cursos, se dê condições efetivas para funcionamento condizente dos atuais, sabidamente precários. Que se busque a melhor qualidade dos atuais cursos.

Engº Agrº Antonio Carlos Cardoso de Souza

Anexo nº 17

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

PROPOSIÇÃO:

CONSIDERANDO:

1. Que todo o esforço que vem sendo feito pela agricultura Nacional não tem sido o suficiente, para atender a crescente demanda de alimentos, dado o elevado crescimento demográfico;

2. que o crescimento demográfico do Brasil é excessivamente alto e decorrente da ignorância da população (e não por opção) e além de lhe piorar as condições de vida, leva a uma das mais elevadas taxas de mortalidade infantil, do mundo.

PROPOMOS:

- que a Associação leve moção para que o Governo Federal estude o estabelecimento do programa, visando solucionar o problema, Sugerimos os seguintes enfoques:

1. Que seja redirecionado o programa de desenvolvimento nacional, para o mercado interno;

2. que políticas efetivas, proporcionem uma melhor distribuição da Renda Nacional;

3. que as oportunidades educacionais sejam iguais para todos os brasileiros - urbano - rural - favelas, etc.

4. que se crie um programa especial de educação sobre planejamento familiar, para as classes menos favorecidas.

PROPOSIÇÃO:

CONSIDERANDO:

1. Que o subsídio é um dos fatores que mais incentivam a agricultura;

2. que é fator de redução no custo de produção, beneficiando o mercado interno;

3. que é fator, que aumenta a competitividade brasileira no mercado internacional (pelos custos mais baixos).

PROPOSIÇÃO:

1. Que os subsídios sejam mantidos;

2. que as distorções sejam evitadas, aumentando-se a fiscalização.

PREÇO DOS PRODUTOS AGRÍCOLAS

CONSIDERANDO:

1. Que os preços dos produtos agrícolas normalmente não acompanham a curva ascencional dos preços dos insumos.
2. Que por ocasião de comercialização o produtor continua sendo pressionado por firmas de elevado poder financeiro.
3. Que o preço mínimo fixado nem sempre condiz com o real custo de produção.
4. Que a fixação dos preços mínimos só ocorre por ocasião dos plantios retardando inclusive os financiamentos bancários.
5. Que embora não condizentes às reais situações de custo, os preços mínimos são tomados como padrão para o cálculo dos empréstimos agrícolas e pecuários.

PROPOMOS:

1. Já que os preços mínimos tabelados são tidos como base de comercialização, também dever-se-á tabelar todos os insumos envolvidos no processo de produção.
2. Criação de uma melhor estrutura de comercialização, diminuindo-se a burocracia da Comissão de Financiamento da Produção, por ocasião da efetivação de E.G.Fs. possibilitando ao produtor uma melhor defesa contra a imposição de preços baixos pelas firmas compradoras.
3. Melhor divulgação em todos os níveis das vantagens do processo de comercialização através de E.G.Fs.
4. Desvinculação dos empréstimos bancários às normas fixadas pela Comissão de Financiamento da Produção, devendo esses financiamento serem concedidos em acordo a um custo de produção real.

JUSTIFICATIVAS:

Cremos que com essas medidas o produtor rural terá condições de realmente escolher dentre o leque de opções possíveis, a melhor combinação de explorações que o levará a auferir melhores resultados em sua empresa.

PT 1030a. 124

PROPOSIÇÕES

1 - O II Encontro Estadual de Agronomia propõe que o Governo procure aparelhar as estruturas de atendimento ao produtor rural vi ando, entre outras medidas,

- Acelerar a criação de mais agências do Banco do Brasil;
- Criar mais agências classificadoras;
- Divulgar convenientemente a política de preços mínimos;
- A desburocratização do crédito rural.

O excesso de burocracia é incompatível com o nível educacional do produtor rural sendo, sem dúvida, um dos fatores limitantes da produção e da produtividade agropecuária.

2 - Considerando, salvo raras excessões, que a modernização da agricultura ocasiona necessidades decrescentes de mão-de-obra, sugerem os Engenheiros Agrônomos que o Governo deva tomar medidas concretas para resolver o problema do êxodo rural através por exemplo do ensino profissionalizante para aproveitá-los em outros setores da economia.

3 - A Comissão de política agrícola sugere que a Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná elabore um documento que contenha sugestões sobre a política agrícola e ser entregue ao futuro Presidente da República. Este documento deve ser apresentado como tese no próximo Encontro Nacional de Agronomia.

PT 1030a 124

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

Considerando:

- a disponibilidade de máquinas e equipamentos adequados para as explorações agrícolas;
- a viabilidade de mecanização de nosso solo;
- a possibilidade de assistência técnica a máquina e implementos.

Propomos:

- que se difunda os aspectos de utilização racional de máquinas e equipamentos disponíveis;
- que as empresas fabricantes e revendedoras sejam responsabilizadas por uma assistência técnica efetiva, de modos a atender oportunamente o produtor;
- que seja reativada a Estação Experimental de Ipanema, para aferição de implementos e máquinas agrícolas a serem lançados no mercado;
- que as máquinas e equipamentos, antes de serem lançadas no mercado devem ter prévia aprovação do Ministério da Agricultura;
- que sejam ampliados os programas de mecanização da agricultura e treinamento de operadores;
- que os modelos de máquinas e equipamentos agrícolas só sejam alterados pelos fabricantes quando houver real necessidade.

Anexo nº 18

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
GABINETE DO REITOR

COMISSÃO DE DEMOCRATIZAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

A comissão responsável pelos temas: Democracia e Direitos Humanos, após debates nos dias 03 e 04 de Julho de 1.979 dentro do II Encontro Estadual de Agronomia propoê para debate e aprovação o siguinte:

À medida que se discute o uso e a posse da terra, a criação de novos cursos de agronomia, o uso de defensivos agrícolas, constata-se que a solução para cada um destes problemas, transcende o aspecto puramente técnico e classista e entra no universo político todo problema, para sua solução, envolve uma tomada de decisão. Sendo a política exatamente esse processo de gestação e tomada de posições, natural é, que o profissional de agronomia dele participe. Participar è, ademais um direito e, sobretudo, um dever de todo cidadão.

Notamos que, a maioria dos problemas debatidos neste II Encontro Estadual de Agronomia, tem suas origens no conflito de interesses e que suas soluções só serão legítimas se ocorrerem de acordo com os interesses da maioria. Somente através de canais adequados a essa participação, a comunidade poderá buscar mais ativamente as soluções para suas necessidades.

A tutela que existe hoje sobre a sociedade em geral e, especificamente sobre o profissional de agronomia, restringe a participação no encaminhamento das soluções.

A atuação da classe no debate dos problemas do país, tem sido muito escassa. Para que ela ocorra é necessário o reencontro da nação com a plenitude democrática e o estímulo ao debate dos grandes temas nacionais, diante dos quais o profissional de agronomia, valendo-se do respeito aos direitos humanos, colocará sem medo ou receio, suas soluções.

Para nos a democracia é a forma capaz de ensejar a ampla participação de toda a sociedade na busca de melhores soluções para seus problemas.

Entendemos ainda que, a plenitude democratica somente se realizará mediante o cumprimento dos seguintes pressupostos:

- LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO
- ELEIÇÕES DIRETAS EM TODOS OS NÍVEIS
- LIBERDADE DE IMPRENSA FALADA, ESCRITA E TELEVISADA
- VIGÊNCIA PLENA NO HABEAS-CORPUS
- DIREITO DE GREVE
- INDEPENDÊNCIA DOS TRÊS PODERES
- REVOGAÇÃO DOS ATOS DE EXCEÇÃO
- RESPEITO AOS DIREITOS CONSIGNADOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS; DANDO ÊNFASE À JUSTA REDISTRIBUIÇÃO DA RENDA E DA TERRA.
- ANISTIA À TODOS OS BRASILEIROS PUNIDOS PELOS ATOS DE EXCEÇÃO .

Mais que tornar pública nossa posição, cabe à classe agronômica levar à pratica os debates em torno dos temas expostos e lutar de forma continua em prol de sua efetivação.

PT 1030a. 124

COMISSÃO PERMANENTE E ENCAMINHAMENTO DAS RESOLUÇÕES

Para que o encaminhamento da questão de Democratização e Direitos Humanos seja agilizado entre a classe agronomica a Comissão propõe:

1. Que seja criado uma comissão permanente sobre Democracia e Direitos Humanos que atue em caráter de orgão assessor da AEAP e receba dela o devido respaldo.

2. Que tal Comissão estude formas viáveis e eficiente para divulgar as resoluções sobre Democracia e Direitos Humanos aprovadas em plenário, bem como para exercer pressão junto às autoridades e instituições pertinentes a fim de que essas resoluções venham a ser implementadas.

3. Que tal Comissão tenha também como funções específicas:

a)- A realização de uma pesquisa junto a classe agronomica do Paraná - afim de avaliar o nível de consciência política, o conhecimento da realidade nacional, bem como o nível de participação e de interesse da classe em assuntos políticos e político-ideológicos.

b)- A divulgação de forma contínua e sistematica de informações e estudos sobre a situação política economica e social da nação, e em particular sobre questões agrárias de destacado interêsse.

ANEXO 18

125

Um número diminuto discute democracia

Qual é a posição dos engenheiros agrônomos frente aos problemas políticos do País? Esta foi a primeira indagação feita durante reunião da Comissão de "Democracia e Direitos Humanos", que se desenvolve paralelamente à realização do 2o. Encontro Estadual de Agronomia. Pela primeira vez, segundo consenso dos membros da comissão, a classe se reúne para debater e elaborar um documento posicionando-se frente a problemas de natureza eminentemente política.

A Comissão de Democracia e Direitos Humanos, entre as tantas formadas foi a mais inexpressiva em termos de número de participantes. Mesmo assim, os poucos elementos que se dispuseram a compô-la mostravam-se bastante dispostos a discutir o assunto, durante a primeira reunião, realizada ontem à tarde, das 15 às 18 horas. Essa comissão deverá elaborar um documento, que será apresentado durante a reunião de encerramento do Encontro, onde ficará caracterizado o posicionamento da classe frente ao momento político nacional.

Por que deve o agrônomo participar? Outra questão bastante discutida durante a reunião preliminar de ontem à tarde. "O agrônomo deve participar porque todos os segmentos da sociedade estão participando, as classes estão se manifestando, com um único objetivo: a redemocratização do país", concluiram, em síntese, os membros da comissão.

PRECONCEITO E MEDO

O engenheiro agrônomo, de acordo com o relato de alguns membros da comissão, sempre teve preconceito e medo de falar e debater abertamente os problemas políticos da nação. Isso, segundo eles, tem uma explicação: A maioria dos engenheiros agrônomos é originária do meio rural, filhos de agricultores, e, portanto, com uma formação bastante conservadora. "Além disso — ressaltou um dos participantes — existe o medo em participar, em debater os problemas, já que o sistema foi bastante repressivo nos últimos anos. Foi uma abstenção total de participação neste quase um quarto de século".

O regime militar implantado em março de 64, que recrudesceu a partir de 68, gerou um clima de medo, tanto no estudante como no profissional de Agronomia. Entretanto, conforme ressaltaram alguns dos membros da comissão, a classe dos engenheiros agrônomos nunca, até hoje, manifestou-se sobre problemas políticos especificamente. Desse segundo Encontro, porém, deverá sair uma posição da classe, principalmente porque o momento político nacional está exigindo um posicionamento de todos, de todas as classes e segmentos da população, de acordo com o consenso geral dos 15 elementos que compõem a comissão.

POR QUE O TEMA?

Os organizadores do II Encontro Estadual de Agronomia decidiram incluir "Democracia e Direitos Humanos" nos temários dos assuntos a serem debatidos durante o congresso, justificando a sua inclusão justamente porque há uma indagação no ar: qual a posição da classe dos engenheiros agrônomos quanto aos problemas políticos nacionais? Além disso, há o fato de que todos os problemas vividos pela classe, no desenvolvimento de seu trabalho no meio rural, estão intrinsecamente ligados às decisões políticas.

A princípio , os membros da Comissão sentiram alguma dificuldade em debater o tema colocado. Essa dificuldade, no entanto, foi sendo dissipada à emedida em que os componentes iam colocando suas posições pessoais e a discussão se acelerava. A vontade de debater, em certos momentos, causava inclusive tumulto, apesar do pequeno número de participantes da comissão encarregada de debater o assunto. Na reunião de ontem, apareceram os primeiros contornos de um documento final, com algumas definições. A caracterização da moção, porém, só deverá estar pronta hoje, após novo debate que se realizará pela manhã.

Na reunião preliminar de ontem à tarde ficou certa uma coisa: desse Encontro sairá uma posição dos engenheiros agrônomos quanto ao momento politico nacional. A se levar em consideração as posições levantadas durante esta preliminar, o documento a ser elaborado deverá acompanhar a linha das frentes de oposição ao regime, que exigem a volta ao estado de Direito e à democracia plena, além de anistia ampla e irrestrita e eleições livres e diretas para todos os escalões.

O preconceito de que o agrônomo não deve envolver-se em política deverá cair por terra ao final deste 2o. Encontro de Agronomia, pois outro ponto em que houve consenso dos membros da Comissão é o de que "só com democracia, na sua mais pura definição, é que pode haver participação no debate dos problemas que afligem o meio rural. Os agrônomos precisam contribuir de alguma forma no processo de redemocratização do país, concluiram.

VOTADO EM PLENÁRIO

Apenas 15 lementos, entre os quais alguns estudantes de Agronomia, deverão elaborar, até hoje a tarde, um documento para ser aprovado em plenário, que representará a posição da classe dos engenheiros agrônomos frente ao momento político. A proposição deverá ser apresentada ainda na parte da manhã, na quarta-feira, quando acontecerá o encerramento do Encontro de Agronomia.

F Anchieta 1/2/78

PT 1030a. 124

126

Anexo nº 19

PT 1030a 124

ANEXO 19

Agrônomos posicionam-se politicamente no Encontro

Através de um documento aprovado durante a sessão plenária de encerramento do 2º Encontro Estadual de Agronomia, por mais de 90 por cento dos presentes, a classe dos engenheiros agronomos do Paraná posicionou-se politicamente. No documento final, elaborado pela comissão de "Democratização e Direitos Humanos", a classe proclama-se favorável à liberdade de expressão e organização", "eleições livres e diretas em todos os niveis, liberdade de imprensa falada, escrita e televisada, vigência plena no habeas-corpus, direito de greve, independência dos três poderes, revogação dos atos de exceção, respeito aos direitos humanos consignados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, dando ênfase à justa redistribuição da renda e da terra e, finalmente, à anistia a todos os brasileiros punidos pelos atos de exceção.

O relator do parecer da comissão foi o agronomo Paulo Furiatti, chefe do Nucleo Regional de Londrina da Secretaria da Agricultura. Houve muita discussão em torno do documento, alguns favoráveis ao seu teor mas contrário à sua aprovação por contrariar o estatuto da Associação dos Engenheiros Agronomos do Paraná. O próprio presidente da Associação, Rubens de Moura Resende, posicionou-se contrário ao documento pelo mesmo motivo. A maioria dos presentes, entretanto, votou favorável, com a argumentação básica de que, como todo cidadão, o agronomo também deve participar do processo politico da nação.

Um dos conservadores que posicionou-se contrário à aprovação do documento, argumentava que tinha receio e medo de que ele pudesse provocar uma "situação delicada para a classe", porque, nos termos em que estava colocada a proposição, "a classe agronomica está entrando em áreas que não nos pertence". Um jovem agronomo, funcionário do governo, pediu a palavra para rebater o colega: "Nestes 14 anos últimos a tônica foi justamente esta: quem aperta parafuso, tem que apertar parafuso e nada mais. Isso porque, nesse tempo todo, a prática de democracia e da justiça não se verificou. Há que se reconhecer que, se hoje estamos aqui debatendo assuntos como os aqui colocados, devemos isso à resistência de alguns poucos que ousaram lutar pela democracia".

MOMENTO POLITICO

O jovem continuou rebatendo as argumentações do orador anterior afirmando que: "O documento não tem nada de politica partidária. Politica partidária, sabem bem os colegas, foi o que ocorreu há pouco neste recinto". Ele referia-se à visita do futuro governador Ney Braga, que havia feito um pequeno discurso aos agronomos presentes. O agronomo foi aplaudido com entusiasmo, o que bem demonstra a disposição da classe em participar, junto aos demais segmentos da sociedade, das discussões envolvendo o momento politico nacional.

Durante os debates envolvendo o documento, notava-se que a preocupação em defendê-lo partia dos profissionais mais jovens e de estudantes. "à medida que se discute o uso e a posse da terra, a criação de novos cursos de Agronomia, o uso dos defensivos agricolas, constata-se que a solução para cada um destes problemas transcende o aspecto puramente técnico e classista e entra no universo politico. Todo problema, para sua solução, envolve uma tomada de decisão. Sendo a politica exatamente esse processo de gestação e tomada de posições, natural é que o profissional de Agronomia dele participe. Participar é, ademais, um direito e, sobretudo, um dever de todo cidadão", diz o parecer da Comissão de Democratização e Direitos Humanos.

"Notamos que a maioria dos problemas debatidos neste 2º Encontro Estadual de Agronomia —prossegue o documento —tem suas origens no conflito de interesses e que suas soluções só serão legitimas se ocorrerem de acordo com os interesses da maioria. Somente através de canais adequados a essa participação, a comunidade poderá buscar mais ativamente as soluções para suas necessidades".

Mais adiante, o documento aprovado ontem, cita que "a tutela que existe hoje sobre a sociedade em geral e, especificamente sobre o profissional de Agronomia, restringe a prticipação no encaminhamento das soluções". Ainda de acordo com o documento, a atuação da classe no debate dos problemas do país tem sido muito escassa. "Para que ela ocorra é necessário o reencontro da nação com a plenitude democratica e o estimulo ao debate dos grandes temas nacionais, diante dos quais o profissioanl de agronomia, valendo-se do respeito aos direitos humanos, colocará sem medo ou receio, suas opiniões"

FORMAS VIÁVEIS

O documento prossegue enfatizando que: "Mais que tornar publica nossa posição, cabe à classe agronomica levar à pratica os debates em torno dos temas expostos a lutar de forma continua em prol de sua efetivação". Para que o encaminhamento da questão "Democratização e Direitos Humanos" seja agilizado entre a classe a Comissão propôs: 1 —a criação de uma comissão permanente sobre Democracia e Direitos Humanos, que atue em caráter de órgão assessor da AEAP e receba dela o devido respaldo.

Propôs ainda que tal comissão estude formas viáveis e eficiente para divulgar as resoluções sobre Democracia e Direitos Humanos, bem como para exercer pressão junto às autoridades e instituições pertinentes a fim de que essas resoluções venham a ser implementadas. E, finalmente, propôs também que a mesma comissão tenha como funções imediatas: a —A realização de uma pesquisa junto à classe no Paraná, a fim de avaliar o nivel de consciência politica, o conhecimento da realidade nacional, bem como o estado de participação e de interesse da classe em assuntos politicos e politico-ideologico; b —a divulgação de forma continua e sistemática de informações e estudos sobre a situação politica economica e social da nação e, em particular, sobre questões agrárias de destacado interesse.

6/7/78 - Folha
VENDE-SE EM MAUÁ - PR.
A melhor quadra da cidade de Mauá-PR.
Composta de 22 lotes.
Tratar fone: (0412) 62-6136 - Curitiba.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
(Reconhecida pelo Decreto Federal N.o 69. 324 de 7 / 10 / 71)
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

Confidencial

RELATÓRIO ESPECIAL DE INFORMAÇÕES 003/78 - ASI/FUEL

DATA: 16.06.78
ASSUNTO: MOVIMENTO ESTUDANTIL CONTRA O REGIMENTO DA FUEL
ORIGEM: ASI/FUEL
REFERÊNCIA: -x-x-x-x-
DIFUSÃO ANTERIOR: Não Houve---
ANEXOS: 01,02,03,04,05,06,07,08,09
DIFUSÃO: DSI/MEC - DIV. DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES/PR:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES - Gabinete do Reitor

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 1171/78
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

1.

No dia 05.06.78 (segunda feira) por volta das 8:30 teve inicio no Campus Universitário da FUEL, as manifestações programadas pelo DCE, para protestar contra a aprovação do Regimento.

Inicialmente promoveram uma Assembléia Geral no C. C.B. (Centro de Ciências Biológicas), em seguida iniciaram uma passeata até o local, onde se encontrava reunido o Conselho Universitário, na ocasião promoveram ruidosa manifestação contra os Conselheiros, inclusive distribuiram panfletos (anexo 1), fotografias (anexo 2).

1.1

Dia 06.06.78 Terça Feira.

Foi realizada a 2a. Reunião Geral no CCB por volta das 8:30, foram propostas diversas ações para o movimento estudantil, sendo aprovada a constituição dos Piquetes de Greve, cuja ação era para impedir o prosseguimento das aulas, sendo eleitos os principais chefes de piquetes: José Antonio Tadeu Felismino, Carlos Augusto Dias, Marco Antonio Fabiani, Maria Alice Pavan, Margaret Ribas, Pedro Paulo Felismino, Max Lobato Sales, Marinósio Trigueiros Neto, Dorival Martins de Souza, Reinaldo Fernandes Faria, Ney Inácio, José Fernando Amaral Strático, Julio Cezar Fernandes, Carlos Arruda, Armando Franco Deboni, Mércio de Macedo Galvão, Cezar Tochiuki Kohatsu, Marilene Romero e outros que ainda não foram identificados.

Foi aprovado também a realização de uma concentração pública na Concha Acústica para o dia 07.06.78 (quarta feira) por volta das 10:00 horas, contando com a participação da Comunidade, inclusive Políticos Radicais do MDB.

No período da tarde prosseguiu a reunião iniciada no período da manhã, na qual o principal assunto tratado foi a necessidade do movimento grevista ser de âmbito geral, dai o empenho da "ação dos piquetes de greve".

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 - Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Confidencial

"segue"

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

Confidencial

109

A noite foi constatada a atuação de uma comissão de professores que estava solidária com o "Movimento dos Estudantes". A referida comissão estava constituida pelos seguintes Professores : Donatto Parizoto, José de Carvalho Sombra, Claudio Müller e pelo ex professor da FUEL Dino Zambenedetti, os quais percorriam oa diversos centros do Campus solicitando a adesão dos colegas para enganjarem no movimento e comparecerem a uma reunião que seria realizada naquela noite na sede da Associação Odontológica.

Posteriormente constatou-se que a reunião foi realizada e contou com a participação atuante dos elementos acima referidos e também dos ex-professor Vanoly Acosta Fernandes (um dos fundadores do Comitê Londrinense pela Anistia) e do Professor Luiz Reinaldo de Figueiredo Walter, Lamartine Correia de Moraes Junior (médico, Professor da FUEL e Presidente da APROL)

Na reunião foram debatidos os seguintes assuntos:

a) Aprovação de uma Moção de Protesto contra a aprovação do Regimento da FUEL;

b) Solicitação para que a reunião do Conselho Universitário fosse adiada, afim de que os professores e estudantes pudessem debater os artigos, dando aportunidade"para que as bases fossem ouvidas";

c) Convocação de uma nova reunião no mesmo local para 5a. feira, dia 08.06.78 às 20:30 horas.

1.2

Dia 07.06.78 - 4a. feira.

Por volta das 10:00 horas teve início a realização da 1a. Concentração Pública na Concha Acústica, a qual contou com a participação efetiva de Dino Zambenedetti ex-presidente da APLP , APROL e atual Presidente da Confederação dos Professores do Paraná e candidato a Deputado Estadual pelo MDB, Álvaro Fernandes Dias Deputado Federal pelo MDB, José Antonio Del Ciel Deputado Estadual pelo MDB, os referidos pronunciaram violentos discursos contra o Governo e Autoridades Constituidas (fotografias do evento anexo 3).

Na ocasião foram vistos atuando junto aos estudantes,Geneci Guimarães, vulgo Benigno, Luiz Gonzaga Ferreira e Sebastião Simões Gomes, docente da FUEL esquerdista com registro neste OI.

Não foi constatada nenhuma repressão Policial por parte das autoridades durante a reunião.

No período da tarde os Estudantes tentaram realizar uma reunião no Campus por volta das 16:00 horas entretanto dado o nº insuficiente de alunos a mesma não foi realizada.

No período noturno, em virtude das aulas terem sido suspensas, não ocorreram manifestações estudantis. (a suspensão das

"segue"

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Confidencial

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

Confidencial

aulas ocorreu em virtude de ter sido decretado feriado no período da tarde e a noite, para as atividades da FUEL).

1.3

Dia 08.06.78 - 5a. Feira

Pela manhã ocorreu Assembléia Geral dos Estudantes no CCB (Centro de Ciências Biológicas) ocasião em que enfatizaram a necessidade dos piquetes de greve agirem para pressionar os alunos do Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA) e Centro de Letras e Ciências Humanas (CCH) para aderirem a greve, pois somente alguns Cursos do Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Biológicas (CCB) e Centro de Ciências Rurais e Tecnológicas (CRT) se encontravam em greve.

Em seguida deslocaram-se em passeata até a Reitoria, onde em ruidosa manifestação queimaram cópia do Regimento e distribuiram panfletos (anexo 4).

No período da tarde, os estudantes reuniram-se novamente no CCB, afim de manterem a mobilização.

No período noturno foi constatada a atuação dos piquetes de greve no CCH e CESA.

Realizou-se também nesta noite uma nova reunião de professores, promovida pela APROL na sede da Associação Odontológica, na qual debateram a necessidade de apoiarem o movimento estudantil, criticaram também o pronunciamento do Reitor Oscar Alves, realizado na TV Coroados Canal 3, o qual se referiu sobre a participação de elementos estranhos atuando no movimento dos estudantes. (anexo 5- contém relação dos elementos que compareceram e foram identificados na referida reunião), Moção de protesto contra a Reitoria a qual foi aprovada na reunião (anexo 6). Ao final da reunião a liderança da APROL convocou nova reunião dos Professores para o dia seguinte no mesmo horário.

1.4

Dia 09.06.78 - Sexta Feira.

Por volta das 10:00 horas teve início uma reunião dos estudantes no "Pinição" (Anfiteatro do CCB), a qual foi presidida pelo ex-presidente do DCE, José Antonio Tadeu Felismino, foram debatidos varios assuntos e aprovados os seguintes:

a) Campanha para recolher auxílio financeiro para o movimento;
b) Foi lido uma carta de solidariedade, escrita por uma estudante de Direito;
c) Recrutamento de voluntários para servir no "esquema de Segurança" destinado a defesa da concentração da Concha Acústica.
d) Foi aprovado o esquema para a concentração na Concha ACústica, o qual seria realizado no dia 10 pela manhã.

O plano foi estabelecido da seguinte maneira:

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Confidencial

"segue"

PT 1030a. 124

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

Confidencial

13

oficialmente seria estabelecido na Praça 1º de Março, na Concha Acústica, em caso de repressão policial os estudantes seriam dispersados e iriam reunir-se novamente no calçadão da Avenida Paraná (local ' onde não entra carro), caso ocorresse nova repressão, os estudantes ' iriam se concentrar na Praça localizada em frente o DCE, localizado' na Av. Jucelino K.

No período da tarde por volta das 15:00 horas os estudantes voltaram a se reunir no "pinicão" por liderança de José ' Antonio Tadeu Felismino, na ocasião trataram de assuntos ligados a concentração Pública do dia 10, decidiram distribuir no período noturno no CESA e CCH uma carta aberta escrita por uma estudante de Direito (anexo 7).

Decidiram intensificar a ação dos Piquetes de Greve no CESA e CCH.

No período noturno um grupo de alunos que pertenciam ao Piquete de greve distribuiram um panfleto intitulado " Ousar Lutar nº 2" (anexo 8), e colocaram cartazes nos prédios do CESA e CCH.

Constatou-se que a liderança do DCE estva reunida com elementos de outras cidades, principalmente do Estado de São Paulo na sede do Diretório, a referida reunião prolongou-se por toda noite do dia 9 e madrugada do dia 10, não foi possível a infiltração de elementos dos órgãos de Segurança, pois os estudantes montaram um perfeito esquema de Segurança.

Na ocasião foram anotadas as placas dos seguintes veículos que estavam estacionados em frente ao DCE:
LG 7711, EN 5630 (Cambé), LD 3677, OA 8901 (Baurú) LB 8077, LH 4051, LB 1299, LD 7101, EM 4489 (cambé), CG 4600, LA 6091 (São Paulo) EV 0511 (São Paulo) GB 1799, AO 2320 (Curiitba), LD 7362, OI 1486 (Lins), TH 7573 (Rancharia) DP 9332, LB 6238, LC 5368.

1.5

Dia 10.06.78 - Sábado

Pela manhã por volta das 10:30 horas teve inicio na Concha Acústica as manifestações programadas pelo DCE.

Na concentração foi constatada a presença dos Estudantes Roldão de Oliveira Arruda e Rubens Pinheiro de Souza, ex-líderes do DCE/FUEL e que atualmente residem em São Paulo, foi observado também a presença do Docente DA FUEL Dentista Sebatião Simões Gomes.

A abertura da concentração foi realizada pelo Presidente do DCE Carlos Augusto Dias, o qual solicitou a todos para que cantassem o Hino Nacional Brasileiro, em seguida foi lido o manifesto dos Estudantes à População, a seguir um representante dos alunos internos do Hospital Universitário leu um manifesto no qual os

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PT 1030a 124

Confidencial

"segue"

Confidencial

Continuação do REI Nº 03/78 - ASI/FUEL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA - ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES - Cabinete do Reitor

132

Internos e Médicos Residentes comunicavam que estavam em greve e apoiavam o Movimento Estudantil.

A mãe de um Estudante Universitário (ainda não identificada) usou da palavra em nome dos pais dos estudantes, dando solidariedade aos protestos dos Estudantes.

O Presidente do Diretório Acadêmico "Três de Agosto" , do Centro de Estudos Superiores de Londrina, leu um manifesto de apoio e solidariedade.

Um estudante de origem japonesa, matriculado no Curso de Psicologia do CESULON, posteriormente identificado pelo no de Carlos ' Hiroshi leu uma poesia.

Finalmente usuou da palavra o ex-professor da FUEL e um dos líderes do Comitê Londrinense pela Anistia, Domingos Pelegrini' Junior, o qual apoiou o movimento, criticando o Governo, a Política ' Educacional, a Reitoria da FUEL e comparou a Greve dos Estudantes de Londrina com o Movimento Grevista dos Operários de São Paulo, afirmando que a greve é legal e necessária, sendo um direito e dever de todos os cidadãos.

Foi lido também uma relação de entidades e pessoas que apoiaram o Movimento Estudantil contra a aprovação do Regimento da FUEL:

- APROL - Londrina;
- APLP;
- Diretoria da Associação Odontológica de Londrina;
- Federação Independente de Teatro Amador do Paraná;

Confederação dos Professores do Paraná;

- Comitê Londrinense pela Anistia;
- Associação dos Médicos Residentes de Londrina;
- Diretório Acadêmico "Três de Agosto";
- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência;
- Dr. Tsutomi Higashi;
- Senador Marcos Freire;
- Deputado Federal João Olivir Gabardo;
- Deputado Estadual Oswaldo Evangelista de Macedo;
- Dalmo de Abreu Dallari, Comissão de Justiça e Paz de S. Paulo;
- Joviniano Neto ,Presidente da Associação dos Sociólogos da Bahia;

Marcio José de Almeida, Secretário de Saúde do Município;

- Eduardo Baldijão, Conselheiro e Secretário da Associação dos Docentes da USP e Membro do CEBES (Centro de Estudos Brasileiros de Saúde);
- Sérvio Borges da Silva, Vereador do MDB;
- Fiori Luiz, Vereador do MDB.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

Confidencial

"segue"

Pt 1030 a 124

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

Confidencial

Continuação do REI Nº 003/78 - ASI/FUEL

Anexo 09 - Panfletos, recortes de jornais e fotografias.

[redacted]

Por volta das 11:30 horas foi encerrada a concentração com o canto do Hino da Indenpendência.

1.6

CONCLUSÃO:

Pela observação dos fatos ocorridos e analise de panfletos, cartazes, manifestos, palavras de ordem e faixas confeccionadas pelo DCE e que foram utilizadas no ME local, durante o período de 05 a 10 de junho de 1.978, podemos admitir que o Movimento foi inspirado, liderado e controlado pela liderança do Movimento Estudantil Nacional, principalmente partindo de São Paulo (DCE/LIVRE, USP e Universidade Católica).

A tática empregada na evolução dos acontecimentos baseou-se no processo da técnica da "Bola de Neve", inicialmente uma simples assembléia geral no Campus, seguida de uma passeata, possibilitou a decretação de uma greve geral, muito bem controlada pela ação dos Piquetes de Greve, que tinham por missão a paralização total das aulas na FUEL.

Os Piquetes de Greve impediam a entrada de alunos e Professores nas salas de aula, conseguindo êxito total no CCB e parcial no CCS, CT e Hospital Universitário. Ao todo conseguiram paralisar parcialmente 11 (onze) cursos dos 26 (vinte e seis) que se encontram funcionando.

A ação dos piquetes lembrava a tática empregada pelo PC nas greves trabalhistas.

Através de um informante infiltrado na cúpula do DCE tomamos conhecimento da presença de estudantes de São Paulo, conhecido como Valter, Carlos (de Curitiba) e Antonio (de Lins-SP), os quais atuaram no Setor de Planejamento do Movimento (Piquetes de Greve, Panfletagem, Palavras de Ordem e Mobilização Geral).

Os estudantes conseguiram sensibilizar parte da comunidade, principalmente pelo apoio da imprensa através dos Jornais. Folha de Londrina e Estado do Paraná, destacando-se os Jornalistas Edilson Leal de Oliveira, Leonardo Henrique dos Santos e Marinósio Trigueiros Neto, este último tem se destacado nas críticas contra os órgãos de segurança, principalmente contra as ASI e Serviços de Vigilância e Guarda do Patrimônio da FUEL, fazendo cerrada carga

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

PT 1030a.124

Confidencial

"segue"

contra o Capitão PM Aparecido Rodrigues, responsável pela segurança interna na FUEL. Foi muito importante para o movimento grevista o apoio de um grupo de Professores do CCS , CCB e também das entidades de classe que deram apoio e solidariedade.

Entretanto, apesar da agitação os conselheiros do Conselho Universitário em sua maioria absoluta, (apenas 3 (três) votaram contra) aprovaram o Regimento no qual foi inserido o Código Disciplinar.

Concluimos que desde a atuação do Grupo Poeira na FUEL, foi a primeira vez que ocorreu êxito parcial na deflagração de greve no Campus e também de concentração pública.

É o que contém o presente REI.

O destinatário é responsável pela manutenção do sigilo deste documento (Art. 12 Dec. nº 79.099/77 Regulamento de Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Cabinete do Reitor

Confidencial

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

135

ANEXO Nº 01

CONTÊM PANFLETOS DA PASSEATA NO CAMPUS EM 05.06.78

Confidencial

PT 1030a. 124

REGIMENTO GERAL E CÓDIGO DISCIPLINAR CONTRA TODOS NA FUEL

...eva forma de jubilar: o aluno não pode reprovar 3 vezes na mesma matéria.
Suspensão preventiva: o acusado é culpado até que se prove sua inocência-
(expediente contrária até mesmo o Código Penal)
- Proíbe reuniões de estudantes na Universidade;
- Proíbe faixas e cartazes;
- Proíbe críticas à FUEL (quem quiser criticar precisa de autorização pré via da Reitoria);
- Proíbe qualquer distribuição de publicações que não tenham sido antes autorizadas pela Reitoria.

NÃO ESTAMOS SOZINHOS

Contra mais esta tentativa de agressão à consciência e ao anseio de liberdade, personalidades e entidades de diversos pontos do país estão enviando suas moções de apoio e solidariedade:
DCEs da UFMG, Católica de Minas Gerais, Salvador, Recife; João Antonio (escritor); Dalmo Dalari (da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo); Joviniano Neto (sociólogo) Tsutomu Higashi; Dino Zambenedetti; presidente do MDB de Londrina; Grupo Teatro da Gente; Fiori Luiz (verador); Comitê Londrinense Pela Anistia e Direitos Humanos; deputado federal Olivir Gabardo; senador Marcos Freire; Márcio de Almeida (ex-presidente do DCE); Carlos Montoino e Eduardo Baldijão (conselheiro e secretário da Associação dos Docentes da USP); Associação dos Professores Licenciados do Paraná.

UNIDOS, OS PROFESSORES TAMBEM SE POSICIONAM

Os docentes da FUEL, reunidos ontem, deliberaram ser contra a aprovação deste documento. Os departamentos pedirão aos seus representantes no Conselho Universitário para que tomem posição contrária à aprovação do regimento e do código disciplinar.

TODOS A LUTA!

Hoje, por deliberação da Assembléia Geral da sexta-feira, todos nós deveremos estar presentes à concentração diante do local da reunião do Conselho Universitário. Às 8h30 da manhã, todos nós estaremos em frente ao "pinicão", no CCB.
Não se omita!
Sua posição é a da maioria. Sua palavra é muito importante e mostrará o caminho que todos seguiremos.
Participe!

PT 1030a. 124

OUSAR LUTAR Nº 1

Nesta última semana nós, os estudantes da FUEL, evoluimos alguns anos nas nossas formas de organização, na nossa união e capacidade de lutar por nossos direitos. Assim que soubemos de dezenas de modificações que a reitoria pretendia operar no regimento geral da FUEL, incluindo dentro dele diversos artigos e todo o regime disciplinar altamente cerceadores da / liberdade de organização e expressão de estudantes, professores e funcionários, iniciamos a mobilização. As modificações, ao invés de partir de amplas discussões entre estudantes e nos departamentos entre os professores, caíram de pára-quedas, de cima para baixo, vindas dos gabinetes burocráticos da reitoria. Sabíamos desde o começo que o conselho universitário um órgão composto por 37 elementos, dos quais 30 são indicados pelo reitor, dificilmente votaria a nosso favor, a favor dos professores, porque está comprometido unicamente com o reitor. Mas nós dispusemos a lutar, para demonstrar que este regimento não tem nenhuma legitimidade, que não o aceitamos e não permitiremos que seja aplicado, usando a nossa força que é a nossa união.

UMA LUTA QUE CRESCE

Nesse sentido, convocamos para a sexta-feira passada, nossa primeira assembléia geral, na qual 580 colegas discutiram decretar assembléia geral permanente e já marcar uma próxima para a segunda-feira.

No fim de semana, procuramos as entidades representativas da comunidade, que nos apoiaram. O mesmo não fizeram os membros do Conselho Universitário, também procurados. Na Assembléia de segunda feira marcamos para a terça-feira uma passeata pelo Campus. A passeata, que reuniu mais de 1.500 estudantes, partiu do CESA e terminou na Reitoria, onde o regimento geral, que estava sendo votado naquele momento pelo C.U. foi incendiado. Depois, em nova Assembléia Geral no "pinicão" resolvemos decretar greve em 11 cursos da FUEL, e, como forma de colocar nossas preocupações para a comunidade também convocamos um ato público para quarta-feira, na praça 1º de Maio (Concha Acústica). 2 mil pessoas, entre estudantes e comunidade, participaram do ato onde uma carta repudiando o regimento e clamando por uma universidade democrática foi lida e aplaudida por todos.

AMANHÃ (SÁBADO), NOVO ATO PÚBLICO

Ontem, quinta-feira, dia 8, novamente em assembléia geral no "pinicão", discutimos, com 800 colegas, e concluímos que a primeira etapa da nossa luta contra o regimento, a etapa da greve - já tinha cumprido sua função. Assim decidimos marcar para amanhã (sábado dia 10), data em que Oscar Alves se despede da Reitoria, novo ato público na Concha Acústica, às 10 horas da manhã, para encerrar a greve e participar a comunidade, que vem nos apoiando, da condução que a luta receberá daqui para frente.

Um dos objetivos desse boletim é, precisamente, convocar todos os colegas e professores da FUEL, e toda a comunidade, para o ato público de amanhão às 10 horas na Concha Acústica. Nós, estudantes em greve e reunidos em assembléia permanente, apelamos mais uma vez para a solidariedade e o espírito democrático de todos

UMA AMOSTRA DO REGIMENTO

Outro objetivo deste boletim é apresentar a todos os colegas, em greve ou não, alguns dos principais pontos do novo regimento, já aprovado pelo Conselho Universitário na última terça-feira. Em sua maioria, os ítens mencionados abaixo contrariam o artigo 153 da Constituição, que trata dos Direitos e Garantias Individuais.

1º - As penas de advertencia, de repreensão e de suspensão até 15 dias serão aplicadas mediante simples certificação do fato pela autoridade competente, independente de processo" (art. 165, IV).

2 " Na apuração de falta cominada com pena de suspensão superior a 15 dias ou dispensa, o reitor poderá determinar, por proposta de comissão de processo, o afasta

PT1030a-124

124

ANEXO Nº 04

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

PANFLETOS DA 2a. PASSEATA NO CAMPUS - DIA 08.06.78

Confidencial

PT 1030a. 124

OUSAR LUTAR 2

~~nesta~~ última semana nós, estudantes da FUEL, evoluimos algus anos nas nossas formas de organização, na nossa união e capacidade de lutar por nossos direitos. Assim que soubemos das dezenas de notificações que a reitoria pretendia operar no regimento interno da FUEL, incluindo nele diversos artigos como um todo pernicioso e um regime disciplinar altamente cerceador da liberdade de organização e expressão, estudantes, professores e funcionários, iniciamos a mobilização. As modificações, ao invés de partir de amplas discussões entre estudantes e, nos departamentos, entre os professores, caiam de para-quedas, de cima para baixo, vindas dos gabinetes burocráticos da reitoria. Sabíamos desde o começo que o conselho universitário, um órgão composto por 37 elementos, dos quais 30 são indicados pelo reitor, dificilmente votaria ao nosso favor, a favir dos professores, porque está comprometido unicamente com o reitor. Mas nós nos dispusemos a lutar, para provar que este regimento não tem nenhuma legitimidade, que não o aceitamos e não permitiremos que seja aplicado, usando a nossa força que é a nossa união.

UMA LUTA QUE CRESCE

Nesse sentido, convocamos para a sexta-feira passada, nossa primeira assembléia geral, na qual 500 colegas decidiram decretar assembléia geral permanente e já marcar uma próxima para a segunda-feira.

No fim-de-semana, procuramos as entidades representativas de nossa comunidadd que nos apoiaram. O mesmo não o fizeram os membros do Conselho Universitário, também procurados. Na Assembléia de 2ª -feira marcamos para terça-feira uma passeata pelo Campus. A passeata, que reuniu mais de 1.500 estudantes, partiu do CESA e terminou na Reitoria, onde o Regimento Geral, que estava sendo votado naquele momento pelo C.U. foi simbolicamente queimado. Depois, em nova Assembléia Geral no "Pinicão" resolvemos decretar greve em 11 cursos da FUEL, e, como forma de colocar nossas preocupações para a comunidade também convocamos um ato público para 4ª-feira, na praça 1º Maio (Concha Acústica). Duas mil pessoas, entre estudantes e comunidade, participaram do ato onde uma carta, repudiando o Regimento e clamando por uma Universidade democrática, foi lida e aplaudida por todos.

AMANHÃ (SÁBADO) O NOVO ATO PÚBLICO

Ontem, quinta-feira, dia 8, novamente em Assembléia Geral no "PINICão", discutimos, com 800 colegas, e concluimos que a primeira etapa da nossa luta contra o regimento - a etapa da greve - já tinha cumprido sua função. Assim decidimos marcar para amanhã (sábado dia 10), data em que Oscar Alves se despede da Reitoria, novo ato público na concha Acústica, às 10 horas da manhã, para encerrar a greve e participar a comunidade, que vem nos apoiando, da condução que a luta receberá daqui para a frente.

Um dos objetivos desse boletim é, precisamente, convocar todos os colegas e professores da FUEL, e toda comunidade, para o ato Público de amanhã às 10 horas na Concha Acústica. Nós, estudantes em greve e reunidos em assembléia permanente, apelamos mais uma vez para a solidariedade e o espírito democrático de todos.

UMA AMOSTRA DO REGIMENTO

Outro objetivo deste boletim é apresentar a todos os colegas, em greve ou não, alguns dos principais pontos do novo regiemtno, já aprovado pelo conselho Universitário na última terça-feira. Em sua maioria, os ítens mencionados abaixo contrariam o artigo 153 da Constituição, que trata dos Direitos e Garantias Individuais.

1º- As penas de advertência, de repreensão e de suspensão até 15 dias serão aplicadas mediantes simples certificação do fato pela autoridade competente, independente de processo- (art. 185, IV).

2º- "Na apuração de falta cominada com pena de suspensão superior a 15 dias ou dispensa, o Reitor poderá determinar, por proposta de comissão de processo, o afastamento provisório do docente ou do membro do corpo técnico administrativo de suas funções..." (art. 176).

CARTA ABERTA A POPULAÇÃO

Nós, os estudantes da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, vimos através desta carta aberta participar toda a população dos graves problemas por nós enfrentados.

Há 4 anos a administração da FUEL vem se caracterizando por atitudes que violam os elementares direitos dos estudantes e professores no que se refere a liberdade de organização e expressão, empreende a mais drástica / de toda a história da nossa Universidade, procurando impor um novo regimento interno, acompanhado de um código disciplinar. Ambos vêm cercear a pouca liberdade que temos. Esse novo regimento está dirigido não só a estudantes, mas também a professores e funcionários, nos seguintes aspectos:

1 - jubilamento após 4 reprovações consecutivas, numa mesma matéria;

2 - suspensão preventiva: o "acusado" é culpado até prova em contrário;

3 - proíbe críticas a FUEL e a distribuição de publicações sem a prévia/ autorização da Reitoria;

4 - proíbe reuniões de estudantes na Universidade.

Devido a esses fatos, estamos em Assembléia Geral permanente desde sexta feita passada.

Em sinal de protesto e repúdio colegas de 11 cursos: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia Bioquímica, Biomédica, Psicologia, Biologia , Veterinária, Agronomia, Engenharia estão oficialmente em greve, somando-se a eles as greves parciais de outros centros como: CCA, CCE e CCH.

Relevando a importância da participação comunitária do meio estudantil, uma vez que a comunidade é a legítima proprietária da nossa Universidade e, levando em consideração que os futuros universitários são membros dessa comunidade, como nós estarão sujeitos as arbitrariedades impostas por este novo regimento, que está sendo aprovado por um Conselho indicado pelo Reitor, onde temos apenas 2 representantes.

Por isso, pedimos o apoio da população para que possamos resistir a essa arbitrariedade e continuar com a luta por uma Universidade LIVRE, ABERTA e DEMOCRÁTICA.

MOÇÕES DE APOIO E SOLIDARIEDADE

Os professores da FUEL, decretaram Assembléia Geral permanente desde segunda-feira, para lutarem contra o regimento, ao mesmo tempo que hipotecaram total e irrestrito apoio a nós. Outras pessoas nos mandaram moções / de solidariedade; AMEREL (Associação dos Médicos Residentes de Londrina) Dr. Tsutomu Higashi; Senador Marcos Freire (MDB-PE); Deputado Federal Olivir Gabardo; Dalmo Dalari (da Comissão da Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo); Joviniano Neto (Sociólogo); Márcio de Almeida / (Secretário da Saúde); Eduardo Baldijão (Conselheiro e Secretário da Associação dos Docentes da USP) e Associação dos Professores Licenciados / do Paraná.

NÃO SE OMITA!
Sua posição é da maioria. Sua palavra é muito importante e mostrará o caminho que todos seguiremos.

Estudantes da Fuel

INFORMES SOBRE REUNIÕES
- às 10 00 horas Concha Acústica
- às 16:00 horas Pinicão (CCB)

MANIFESTO DOS ESTUDANTES À POPULAÇÃO

Hoje, na situação econômica e política em que se encontra o país, necessitamos de uma Universidade voltada para a sociedade e seus problemas, / que forme profissionais capazes de contribuir na transformação da nossa realidade.

Torna-se fundamental, portanto, que esses problemas sejam discutidos criticamente. Assim, uma Universidade autêntica deve-se assentar na liberdade de manifestação do pensamento.

Mas isso não ocorre com a Universidade brasileira, na medida em que ela tem sido um centro formador de técnicos repetidores de uma tecnologia importada, baixando gradualm ente o nível de ensino.

Em Londrina, esse autoritarismo tem-se agravado nos últimos anos, por obra de uma administração arbitrária. com efeito, sob a direçaõ arbitrária do reitor Oscar Alves, a Universidade Estadual de Londrina viveu debaixo de condiç ões particularmente graves.

Logo no início de sua gestão, tentou um código disciplinar, o projeto / [illegible], onde o cerceamento às atividades estudantis era alvitante. Também / durante o seu mandato, professores de reconhecida capacidade, como Vanoli Acosta Fernandes, Tsutomu Higashi, Dino Zambenedetti e Osvaldo Coimbra de Oliveira, foram sumariamente demitidos, por se oporem às suas idéias.

Mas é sobre os estudantes que recai mais acentuadamente o peso do autoritarismo. Ele quebrou a autonomia das eleições estudantis e interferiu / na elaboração das chapas, eliminando mais de 50% de nossos colegas da / disputa eleitoral. Apreendeu uma edição do jornal Poeira, porta voz do / DCE, entidade máxima de representação estudantil. Criou organismos internos de repressão, como a "Guarda do Patrimônio" e a Assessoria de Segurança e Informações (ASI), destinados à vigia, delação e controle ideológico dos estudantes, professores e funcionários.

Há um ano e meio, a reitoria vem boicotando e retendo todas as verbas / do DCE e Diretórios Setoriais, verbas estas pagas obrigatoriamente pelos estudantes no ato da matrícula. Agora em sua última tentativa, como reitor, perpetuar o arbítrio na FUEL, o Dr. Oscar Alves conseguiu a aprovação do novo Regimento Geral, acompanhado de um código disciplinar, que / tenta anular a possibilidade de reação dos estudantes, transferindo para o âmbito da Universidade o decreto lei federal 477, em vias de extinção.

No entanto, constatamos que embora o arbítrio tenha crescido e se acentuado, o mesmo ocorreu com aresistência dos estudantes, que veio recrudescendo a cada avanço da repressão.

Frente à grave investida através do regimento, que ocorre no presente momento, reagimos à altura:

Pela primeira vez na história da FUEL, uma luta tomou rumos tão avança-/ dos, contando em poucos dias, com uma passeata de mais de 1.500 estudantes, a primeira greve da FUEL, em 11 cursos, e culminando com um ato público no centro da cidade com cerca de duas mil pessoas (2.000), que representou o encontro mais efetivo entre estudantes e população. No calor da luta, aprendemos melhor a grande força da nossa união e conseguimos / uma vitória concreta: inviabilizar a aplicação do regimento.

s

Hoje, suspendemos ~~nossa~~ greve, certos de que com ela crescemos em organização e firmeza em nossas reinvidicações.

Deixando patente que o saldo positivo desta greve é a força conseguida nas nossas mobilizações. Queremos enfatizar que nossa luta não termina aqui, pois temos o firme propósito de não aceitar o obcurantismo imposto pelo novo regimento geral e o código disciplinar.

A nossa força, mais do que nunca, é a nossa união. Nós, estudantes da Universidade Estadual de Londrina, conclamamos toda a comunidade a permanecer, conosco, em vigília permanente no DCE, durante as férias.

A Universidade é de todos.

A luta é de todos.

Todos à luta!

Estudantes da Fuel.

HINO À INDEPENDÊNCIA

JÁ PODEIS DA PÁTRIA FILHOS
VER CONTENTE A MÃE GENTIL
JÁ RAIOU A LIBERDADE
NO HORIZONTE DO BRASIL BIS

BRAVA GENTE BRASILEIRA
LONGE VAI, TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL BIS

OS GRILHÕES QUE NOS FORJAVAM
DA PERFÍDIA, ASTUTO ARDIL
HOUVE MÃO MAIS PODEROSA
ZOMBOU DELES O BRASIL BIS

BRAVA GENTE, BRASILEIRA
LONGE VAI, TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL BIS

PARABÉNS, Ó BRASILEIROS
JÁ COM GARBO JUVENIL
DO UNIVERSO ENTRE AS NAÇÕES
RESPLANDECE A DO BRASIL BIS

BRAVA GENTE, BRASILEIRA
LONGE VAI, TEMOR SERVIL
OU FICAR A PÁTRIA LIVRE
OU MORRER PELO BRASIL BIS

Domingos Pellegrini

14/7

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

ANEXO Nº 05

RELAÇÃO DOS ELEMENTOS QUE COMPARECERAM E FORAM IDENTIFICADOS NA REUNIÃO DOS PROFESSORES NA ASSOÇIAÇÃO ODONTOLÓGICA DE LONDRINA NO DIA 08.06.78.

Confidencial

PT1030a. 121

ELEMENTOS QUE COMPARECERAM À REUNIÃO DOS PROFESSORES NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO ODONTOLÓGICA.

DATA: 08.06.78

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES/FUEL
José Antonio Tadeu Felismino;
Carlos Augusto Dias;
Fábio Caldas de Mesquita;
Pedro Paulo Felismino da Silva
Max Lobato Salles
Marco Antonio Fabiani
Marinósio Trigueiros Neto

MEMBROS DA APROL.:
Dino Zambenedetti
João Fernando Fonseca
Vanolly Acosta Fernandes
Tsutomi Higashi
Oswaldo Coimbra de Oliveira

AP.L.P.
Edezina de Lima Oliveira
Jair Salvador
Apolo Mário Theodoro
Domingos Pelegrini Junior

POLÍTICOS:
Vereador Sérvio Borges da Silva

DOCENTES DA FUEL.:

José Detoni
Ana Cleide Chiaroti Cesário
José Maria Tavares de Andrade
Marcolina Narzira Tomazini de Carvalho
Alcides Victor de Carvalho
Donato Parizoto
Ernesto Honório do Couto
Maria Benta de Lima Barbosa
Mariangela [illegible] Amaral Paranaguá
Marilda do Couto Cavalcanti
José Luiz da Silveira Baldy
Joselina do Nascimento Passos
Pedro Alejandro Gordan
João Amorim Filho

PT 1030a 124

"segue"

João Carlos Thonson
Lamartine Correa de Moraes Junior
Luiz Carlos Coelho Neto Jeolás
Pedro Garcia Lopes
Lucio Tedesco Marchese
Paulo Roberto Gutierrez
Manoel Carlos Ferraz de Almeida
Luiz Reynaldo de Figueiredo Walter
Álvaro Sergio Ribas Junqueira
Francisco Luiz Garcia
José Antonio Damasio Abib
José Augusto Queiroz
Carlos Roberto Apoloni
Roberto Vicençoto Ribas
Sonia Maria Carvalho Fraga
Sonia Weil
José Mario Siqueira Marcondes dos Reis
Lauro Brandina
João Baptista Guerra
José Baus
Joaquim Domingos Martins
Mary Szantó Martins
Renato Good de Camargo
Iara Strobel Camargo.

PT 1030a 124

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

130

ANEXO Nº 06

MOÇÃO DE PROTESTO CONTRA A REITORIA APROVADA NA REUNIÃO DOS PROFESSORES DO DIA 08.06.78

Confidencial

PT1030a. 12/1

Associação dos Professores também critica o regimento

A Associação Profissional dos Professores de Londrina — APROL — promoveu uma assembléia geral de seus associados na noite de quarta-feira para definir qual a posição da entidade diante do novo Regimento Geral e do Código Disciplinar que foram aprovados pelo Conselho Universitário da UEL. Os professores, reunidos no auditório da Associação Odontológica, decidiram lançar um manifesto, repudiando a maneira pela qual o projeto do novo regimento foi apreciado e votado, "sem o conhecimento prévio e a análise crítica dos setores abrangidos por ele", bem como apoiando "integralmente" a atitude dos alunos.

No documento, os professores fazem uma série de considerações a respeito dos objetivos maiores da Universidade, acreditando que ela deve funcionar como estimuladora da sociedade, "uma vez que os modelos institucionais e sociais estabelecidos tendem sempre ao acomodamento e à estática, reagindo às transformações".

Depois de citarem as atribuições mais específicas da instituição, como a prestação de serviços à comunidade e a promoção da pesquisa básica e aplicada nos seus vários setores de atividade, os professores comentaram que a estrutura político-administrativa da UEL deve ser montada sobre a base de seus objetivos.

Os professores entendem que os órgãos deliberativos têm papel fundamental no estabelecimento e no controle da execução da política universitária, mas advertem sobre os riscos de uma centralização deste poder: "Apoiada em uma burocratização excessiva, essa centralização marginaliza a maior parcela da população universitária, que se vê impedida de participar dos processos decisórios. A participação é que gera interesse, a vontade de solucionar problemas e ultrapassar dificuldades."

O documento termina com os professores repudiando o processo de apreciação e votação do Regimento Geral da UEL, as demissões de docentes sem justa causa e a ilusoprestividade do Conselho Universitário, que deveria, de fato, representar todas as categorias e os setores da Universidade.

O texto integral do documento é o seguinte:

"Os professores associados à Associação Profissional dos Professores de Londrina — APROL — reunidos em Assembléia Geral no dia 7 de junho de 1978, diante dos fatos que vêm ocorrendo ao longo dos últimos anos na Universidade Estadual de Londrina, e que culminaram com a aprovação do Regimento Geral, em caráter de urgência, e sem prévio conhecimento e discussão por parte da comunidade universitária, decidiram esclarecer publicamente sua posição através do presente manifesto.

A Universidade Estadual de Londrina encontra-se em um estado de crise filosófica e ideológica prolongado, que a está levando, progressivamente, a níveis cada vez mais autoritários, burocratizantes e medíocres de atuação. Torna-se, portanto, necessária uma tomada de posição urgente, de sua parcela culturalmente mais ativa, tanto do setor docente quanto discente, através de uma análise crítica profunda e de discussão ampla de seus atuais objetivos, de seus processos e de sua política administrativa, sob pena de uma deterioração irreversível.

A Universidade é uma instituição social com finalidades específicas e bem definidas:

— habilitar os indivíduos que participam de sua coletividade discente para o exercício das diversas profissões, do ensino e da pesquisa;

— promover e estimular a pesquisa básica e aplicada nos seus vários setores de atividade;

— prestar serviços outros, diretos e indiretos, à coletividade na qual se insere;

— promover a visão crítica dos modelos institucionais vigentes, em bases científicas;

— propor modelos alternativos, visando o desenvolvimento e a integração individual, institucional e social.

A Universidade, como instituição social dinâmica de educação e pesquisa, deve funcionar como estimulador da sociedade, uma vez que os modelos institucionais e sociais estabelecidos tendem sempre ao acomodamento e à estática, que reagem às transformações.

No estabelecimento e desempenho de suas atividades e finalidades, há todo um processamento, que deve ser realizado de acordo com certas regras e condições que configuram, em conjunto, o regime de funcionamento, dentro da política interna da Universidade.

A estrutura político-administrativa deve ser montada sobre a base de seus objetivos, e de modo a facilitar operacionalmente o seu processamento, através de seus setores funcionais.

Da integração funcional entre os órgãos executivos e deliberativos da universidade, nasce um sistema universitário coerente e democrático, voltado para a realização de seus objetivos.

Os órgãos deliberativos, conselhos, colegiados e assembléias devem ter um papel fundamental no estabelecimento das "normas funcionais" e no controle da execução da política universitária pelos órgãos administrativos.

A centralização do poder decisório em nível administrativo, apoiado em uma burocratização excessiva, e consequente alienação da "periferia", marginalizam a maior parcela da população universitária, que é a executora de suas tarefas básicas. Toda essa população, intelectualmente muito ativa, vê-se impedida de participação nos processos decisórios da Universidade. A participação gera o interesse, a vontade de solucionar problemas e ultrapassar dificuldades.

A vontade enfim, da construir e de se sobrepor ao meio. O poder decisório muito centralizado e alienado, não tem condições de resolver satisfatoriamente os problemas periféricos que aparecem na execução das tarefas básicas mais importantes. Perde-se desse modo, criatividade e funcionalidade, e gera-se insatisfação e apatia.

Tendo em vista o exposto, resolvem:

1. Denunciar o centralização, cada vez maior, de poderes em nível executivo, portanto, de cargos e de pessoas, em detrimento dos conselhos, órgãos colegiados e reuniões departamentais, assim como a criação de assessorias todo-poderosas (principalmente de planejamento e de segurança), que "roubam" atribuições dos órgãos colegiados, funcionando ao mesmo tempo como elementos coercitivos.

2. Repudiar toda e qualquer eleição de listas múltiplas; somente o voto em eleição direta legitima, e torna realmente democrática a representação;

3. Repudiar o direito a voto dos Assessores do Reitorio no Conselho Universitário;

4. Repudiar a utilização de elementos coercitivos contra docentes, tais como a demissão sem justa causa, à revelia dos Departamentos onde desempenham suas atividades, frente a qualquer posicionamento contrário à administração central, bem como a contratação de docentes sem ouvir o respectivo departamento;

5 — Manifestar o seu repúdio à maneira pela qual foi elaborado, apreciado e votado o projeto do novo Regimento Geral da FUEL. Como, uma vez aprovado e posto em vigor, vai determinar todo o processamento funcional da vida universitária, esse Regimento deveria obrigatoriamente ser levado ao conhecimento prévio, à discussão e à análise crítica ampla por parte de todos os setores abrangidos.

6 — Reiterar o seu protesto, acrescentando que os membros componentes do Conselho Universitário deveriam representar, de fato, as categorias e os setores da estrutura universitária; isso só é possível com eleições diretas para todos os cargos. Portanto deviam levar o projeto previamente à análise das bases representadas, de modo impessoal e sem concessões a pressões administrativas. Acreditam ainda que a lei assim instituída possa trazer resultados mais efetivos junto à coletividade universitária, dentro de princípios democráticos.

7 — Apoiar integralmente o posicionamento do corpo discente, frente ao processo de elaboração e aprovação do Regimento Geral.

Geral

Agora C

F. Londrina 9/6/78

PT10300.124

152

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

ANEXO Nº 07

CARTA ABERTA ESCRITA POR UMA ESTUDANTE DE DIREITO

Confidencial

PT 1030a - 124

CONSCIENTIZAÇÃO

Colegas Universitários

Dirijo-me especialmente a vocês, colegas da Faculdade de Direi-- to.

Dirijo-me a vocês na condição de mulher casada, com filhos, que enfrenta uma série de problemas para fazer esse curso, aliás, como uma grande maioria de estudantes.

Mas, acima de tudo, dirijo-me a vocês como uma mulher que faz um curso de Direito, não para adquirir "status" ou projeção social, mas, e isto sim, por um grande ideal e uma necessidade imensa de realização pessoal.

E por ter plena consciência de que a mulher na atual conjuntura sócio-econômica, tem a obrigação não de competir, mas de aliar-se ao homem, ao companheiro em todas as lutas da vida ou pela vida.

E a partir dessa conscientização, adquirida, às vezes, às custas de duras penas que eu me dirijo a vocês, estudantes de Direito, a vocês futuros advogados, juízes, legisladores, que eu vos conclamoopara nos unir-mos nessa luta que é nossa, de todos nós, UNIVERSITÁRIOS, lembrando um preceito básico da DEMOCRACIA -" TODO PODER EMANA DO POVO, E EM SEU NOME SERÁ EXERCIDO" (pois o povo é a maioria).

E eu vos digo; NaU Universidade o Poder é dos Estudantes, em nosso nome deve ser exercido, e não contr (pois os estudantes são a maioria).

E a nós principalmente a nós, futuros defensores da LEI e da JUSTIÇA, cabe a obrigação maior, na luta. Luta para que esse punhado de artigos codificados, frios e inertes, adquiram vida e alma, espírito vibrante que realmente reflita os "IDEAIS DE JUSTIÇA E IGUALDADE DE DIREITOS PARA TODOS".

Uma estudante de Direito.

PT 1030a 124

159

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

ANEXO Nº 08

PANFLETO OUSAR LUTAR Nº 02

Confidencial

PT1030a. 124

OUSAR LUTAR 2

nesta última semana nós, estudantes da FUEL, evoluimos alguns anos nas nossas formas de organização, na nossa união e capacidade de lutar por nossos direitos. Assim que soubemos das dezenas de notificações que a reitoria pretendia operar no regimento interno da FUEL, incluindo nele diversos artigos como um todo pernicioso e um regime diciplinar altamente cerceador da liberdade de organização e expressão, estudantes, professores e funcionários, iniciamos a mobilização. As modificações, ao invés de partir de amplas discussões entre estudantes e, nos departamentos, entre os professores, caíram de para-quedas, de cima para baixo, vindas dos gabinetes burocráticos da reitoria. Sabíamos desde o começo que o conselho universitário, um órgão composto por 37 elementos, dos quais 30 são indicados pelo reitor, dificilmente votaria ao nosso favor, a favir dos professores, porque está comprometido unicamente com o reitor. Mas nós nos dispusemos a lutar, para provar que este regimento não tem nenhuma legitimidade, que não o aceitamos e não permitiremos que seja aplicado, usando a nossa força que é a nossa união.

UMA LUTA QUE CRESCE

Nesse sentido, convocamos para a sexta-feira passada, nossa primeira assembléia geral, na qudl 500 colegas decidiram decretar assembléia geral permanente e já marcar uma próxima para a segunda-feira.

No fim-de-semana, procuramos as entidades representativas de nossa comunidade que nos apoiaram. O mesmo não o fizeram os membros do Conselho Universitário, também procurados. Na Assembléia de 2ª -feira marcamos para terça-feira uma passeata pelo Campus. A passeata, que reuniu mais de 1.500 estudantes, partiu do CESA e terminou na Reitoria, onde o Regimento Geral, que estava sendo votado naquele momento pelo C.U. foi simbólicamente queimado. Depois, em nova Assembléia Geral no "Pinicão" resolvemos decretar greve em 11 cursos da FUEL, e, como forma de colocar nossas preocupações para a comunidade também convocamos um ato público para 4ª-feira, na praça 1º Maio (Concha Acústica). Duas mil pessoas, entre estudantes e comunidade, participaram do ato onde uma carta, repudiando o Regimento e clamando por uma Universidade democrática, foi lida e aplaudida por todos.

AMANHÃ (SÁBADO) O NOVO ATO PÚBLICO

Ontem, quinta-feira, dia 8, novamente em Assembléia Geral no "PINICão", discutimos, com 800 colegas, e concluimos que a primeira etapa da nossa luta contra o regimento - a etapa da greve - já tinha cumprido sua função. Assim decidimos marcar para amanhã (sábado dia 10), data em que Oscar Alves se despede da Reitoria, novo ato público na concha Acústica, às 10 horas da manhã, para encerrar a greve e participar a comunidade, que vem nos apoiando, da condução que a luta receberá daqui para a frente.

Um dos objetivos desse boletim é, precisamente, convocar todos os colegas e professores da FUEL, e toda comunidade, para o ato Público de amanhã às 10 horas na Concha Acústica. Nós, estudantes em greve e reunidos em assembléia permanente, apelamos mais uma vez para a solidariedade e o espírito democrático de todos.

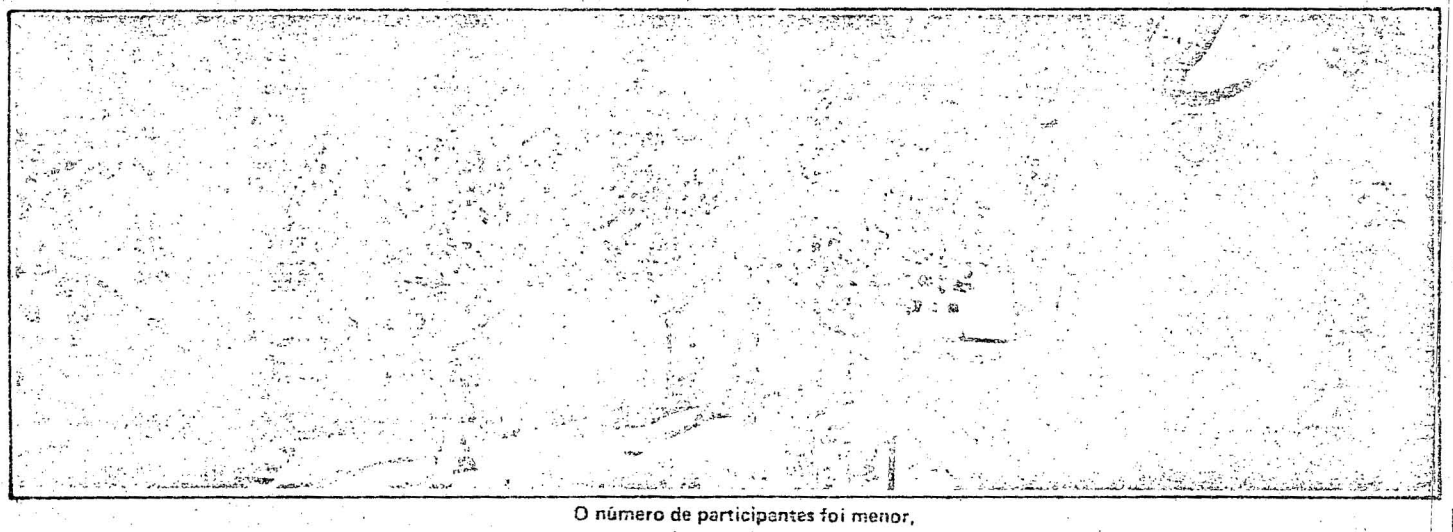
UMA AMOSTRA DO REGIMENTO

Outro objetivo deste boletim é apresentar a todos os colegas, em greve ou não, alguns dos principais pontos do novo regiemtno, já aprovado pelo conselho Universitário na última terça-feira. Em sua maioria, os ítens mencionados abaixo contrariam o artigo 153 da Constituição, que trata dos Direitos e Garantias Individuais.

1º- As penas de advertência, de repreensão e de suspensão até 15 dias serão aplicadas mediantes simples certificação do feto pela autoridade competente, independente de processo- (art. 165, IV).

2º- "Na apuração de falta cominada com pena de suspensão superior a 15 dias ou dispensa, o Reitor poderá determinar, por proposta de comissão de processo, o afastamento provisório do docente ou do membro do corpo técnico administrativo de suas funções..."(art. 176).

PT 10300.124



O número de participantes foi menor, mas deu para lotar a praça

Estudantes suspendem a greve com novo ato público na praça

"Esta é uma manifestação pacífica, o que prova que vocês tem amor, que à respeito ao próximo, à liberdade, e isto é o mínimo que se pode exigir. Vocês estão conscientes do que fazem, da nossa realidade, dos problemas da nossa sociedade. Como mães, nós podemos e devemos confiar em vocês, apoiá-los nas suas lutas e deixar que lutem", disse a mãe de uma universitária, dirigindo-se a centenas de estudantes, que se aglomeraram na Praça Primeiro de Maio --Concha Acústica -- num ato público realizado ontem de manhã que marcou o encerramento da greve de 12 cursos, iniciada na última segunda-feira, na Universidade Estadual de Londrina. No mesmo horário -- 11 horas -- realizava-se na Reitoria a posse do novo reitor, professor José Carlos Pinotti, escolhido pelo governador do Estado, de uma lista sextupla elaborada em reunião do Conselho Universitário da instituição.

O ato público no centro da cidade -- o segundo numa semana -- não teve a mesma participação do realizado na última quarta-feira. Mesmo assim, membros da comissão organizadora mostravam-se bastante satisfeitos após o ato, considerando boa frequência, de aproximadamente 800 estudantes: "Considerando as ameaças e pressões que sofremos para não realizar o ato -- conta um membro da comissão -- considerando a presença ostensiva da Polícia, o fato de ser sábado e de quase não ter havido divulgação, acho que a participação e a realização do ato em si foram uma grande vitória dos estudantes".

CLIMA TENSO

Exatamente às 10h35m, o presidente do DCE -- Diretório Central dos Estudantes, Carlos Augusto Dias, pedia aos presentes que se aproximassem do palco da Concha Acústica, pois o ato público, marcado inicialmente para as 10 horas, estava sendo iniciado. À esta altura ainda chegavam estudantes, de todos os lados e o clima era tenso, já que havia o temor generalizado de que a Polícia pudesse impedir a manifestação. Conforme havia sido noticiado, a presença de muitas viaturas policiais assustava a maioria dos que iam chegando para participar.

Apesar de todo o clima criado pela presença dos policiais, o número de pessoas na praça ia aumentando a cada minuto e a manifestação, que marcou o encerramento da primeira etapa da luta dos estudantes contra o Código Disciplinar inserido no regimento geral da Universidade, aprovado na última quarta-feira, acabou se realizando sem qualquer transtorno. Durante o ato, que durou perto de uma hora, foram lidas várias moções de apoio de entidades, e os estudantes cantaram os hinos, Nacional, no início, e da Independência, ao final.

PRIMEIRA ETAPA

Ao dar por iniciada a manifestação, Carlos Augusto Dias esclareceu que o ato marcava o final da primeira etapa da luta contra o Código disciplinar e a suspensão da greve encetada por 12 cursos da Universidade, desde a última segunda-feira. Esclareceu também que os estudantes, reunidos em assembléia na tarde de sexta-feira, decidiram formar uma comissão que irá dar sequência, mesmo durante as férias, à luta pela anulação do código, enfatizando que "desde já, ele não tem qualquer valor para nós".

Disse também Carlos Augusto Dias que na assembléia, os estudantes decidiram protestar durante a manifestação "pela última gestão da Reitoria, marcada por uma crescente restrição à liberdade dos estudantes. E, em seguida, conclamou os presentes a lerem em conjunto o "manifesto dos estudantes à população", onde destacam "o autoritarismo da última administração da FUEL"; a demissão de vários professores "de reconhecida capacidade", o boicote efetuado pela Reitoria às verbas destinadas à manutenção do DCE; a aprovação do novo Regimento Geral da Universidade, no qual está inserido o Código Disciplinar "que tenta anular a possibilidade da reação dos estudantes, transferindo para âmbito da Universidade o decreto federal 477 em vias de extinção"; e, finalmente, o fato de que "pela primeira vez na história da FUEL, uma luta tomou rumos tão avançados", como esta contra o código disciplinar.

O MANIFESTO DOS MÉDICOS

Depois da leitura, em coro, pelos presentes, do manifesto dos estudantes à população, um estudante de Medicina leu o manifesto dos médicos residentes do Hospital Universitário, que uniram-se aos demais e estavam em assembléia permanente desde a tarde de quinta-feira última. No documento eles explicam as razões que os levaram a paralisar as atividades nos diversos serviços do HU até a manhã de hoje.

Em síntese, o manifesto diz: "Implanta-se em nossa Universidade um Código Disciplinar que não, fora a aberração do momento que transcorreu: não fora as exigências tuteladoras de segurança e da liberdade de todos nós, membros da Universidade; não fora ele, um atentado à cidadania e aos mais elementares princípios dos Direitos Humanos que se quer tornar público, certamos que ele ou por algo semelhante, seria útil ao estabelecimento e manutenção da ordem em nosso meio".

Explicam a seguir os médicos residentes do HU que foi este raciocínio que os conduziu à posição de suspenderem suas atividades no Hospital. "Objetivamos o protesto a esta medida incabível, arbitrário e ridiculamente imposta a funcionários, corpo administrativo, corpo docente e discente da UEL. Queremos, através destas sessenta horas, promover a reflexão que nos tem sido prioritária em todos os meios, quando essa urgentemente se faz necessária, demonstrando ao mesmo tempo nosso profundo pesar por estar vivendo sob imposições tão medíocres".

O manifesto ressalte ainda tópicos do Código Disciplinar aprovado pelo Conselho Universitário e termina conclamando os professores e funcionários da UEL a uma reflexão sobre os problemas levantados, "para uma Universidade mais coerente para com as aspirações fundamentais do homem e da democracia".

MAIS

Foram lidos em seguida mais dois manifestos de apoio à luta dos estudantes, o da Associação dos Professores Profissionais de Londrina e o do DATA -- Diretório Acadêmico Treze de Agosto, do Centro de Estudos Superiores de Londrina -- Cesulon. Enquanto os estudantes manifestavam-se na praça, de algumas janelas dos edifícios vizinhos caíam papeis picados e das galerias do edifício Centro Comercial muita gente assistia a tudo.

Ao fundo de onde se posicionava a mesa diretiva do ato, vários cartazes foram afixados, lembrando o motivo da luta dos estudantes: "Regimento fantasma não existe para nós"; "Em vigília por nossas liberdades"; "DATA com alunos da FUEL, unidos no mesmo ideal"; "a liderança nasce com a participação de todos"; diziam eles.

"UM PULO DE SÉCULOS PARA TRÁS"

O ex-professor da Universidade de Londrina, Domingos Pellegrini Júnior, que demitiu-se por não concordar com o regime ali implantado, conforme confessou-se, também teve a oportunidade de falar durante o ato público que os estudantes realizaram. Pellegrini destacou que "a Universidade, com a implantação do código, deu um pulo de alguns séculos para trás, ao proibir, em um dos artigos do documento, o direito à reunião. Este direito -- enfatizou -- foi assegurado em 1789 pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, logo após a Revolução Francesa".

O ex-professor lembrou ainda que "a manifestação dos estudantes tem legitimidade, apesar de ser proibida pela atual Legislação brasileira. Assim como a greve dos operários do ABC, em São Paulo, tem sido reconhecida como legítima pelo governo, pois uma greve só se justifica após o esgotamento de outras formas menos drásticas de se reivindicar". Pellegrini ressaltou ainda que a Universidade de Londrina, ao implantar o Código Disciplinar "está embarcando numa canoa que já furou".

Ao explicar melhor sua afirmativa, Pellegrini justificou que a Universidade de Londrina implanta um micro-sistema que reproduz o macro-sistema: o [illegible] é o "embrulho de junho". Desse modo, a UEL está ficando isolada do contexto nacional. Com sua luta, os estudantes estão conquistando um direito que irá beneficiar toda a Universidade e mostrando que o regimento não funciona na prática".

Pellegrini fez questão de, em seu pronunciamento, fazer um questionamento geral: questionou a representatividade do Conselho Universitário, lembrando que "seus membros são funcionários de uma empresa"; questionou a representatividade da lista sextupla encaminhada ao governador do Estado, para a escolha do novo reitor, lembrando que "se teria uns sessenta outros nomes capacitados para compor uma lista e que, talvez, nenhum dos seis da lista oficial se enquadrariam".

Para finalizar, o ex-professor da UEL lembrou as palavras da mãe de uma universitária para dizer o "quanto é importante a participação dos pais nesta luta dos estudantes, pois muitos não sabem o que se passa lá dentro. Cabe aos filhos levar o devido esclarecimento sobre a situação da Universidade, para que eles tomem consciência da gravidade dos acontecimentos".

REUNIÃO HOJE

A comissão formada para estudar, inclusive a nível jurídico, uma maneira de tornar sem efeito o Código Disciplinar inserido no Regimento Geral, vai se reunir hoje, a partir das 14 horas, no DCE, sem restrições quanto à presença de outros estudantes.

A longa noite de incertezas

"Felizmente correu tudo bem". O desabafo do coronel Luiz Fernando Mariano, comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, ao final da manifestação estudantil, ontem de manhã na Concha Acústica, reflete bem o clima de tensão que havia predominado até uma hora antes e desde que, na noite anterior, se soube que aquela autoridade havia recebido ordens de Curitiba no sentido de impedir concentração dos estudantes no centro da cidade.

O clima tenso e de incerteza começou a se instalar no início da noite de sexta-feira, quando, quase simultaneamente, o reitor Oscar Alves e o presidente do DCE, Carlos Augusto Dias foram informados por telefone pelo coronel Mariano, de que a manifestação na Concha Acústica havia sido proibida e ele incumbido de acionar suas tropas para impedir que se concretizasse.

COMO É MESMO?

Logo depois, Dias iria ter uma segunda surpresa: convocado a comparecer ao gabinete do vice-reitor, Pedro Vasconcellos Barros (o então reitor Oscar Alves havia saído para uma homenagem no Rotary), este, depois de aconselhá-lo a desistir da concentração no centro, para evitar um confronto com as tropas da PM, de consequências naturalmente imprevisíveis, fez a surpreendente proposta: a Reitoria colocava as instalações da Universidade à disposição dos estudantes, para que eles fizessem lá sua manifestação... contra a Reitoria!

O presidente do DCE [illegible] reunir imediatamente [illegible] da entidade para apreciar [illegible] e depois dar uma resposta [illegible] vice-reitor. Mas até às 3 horas da madrugada não haviam encontrado uma saída para o estranho impasse em que de repente se viram envolvidos: se tossem para a praça, correm o risco de um conflito com a Polícia Militar; se aceitassem a oferta da Reitoria, a manifestação ficaria desmoralizada, já que o reitor a quem acusavam de arbitrário e anti-democrático é que estaria garantido o direito de livre manifestação aos estudantes.

QUAL A SAÍDA?

A oferta da Reitoria havia se revelado uma manobra extremamente inteligente, pois, além do impasse, ela criava problemas de ordem prática que dificilmente os estudantes conseguiriam solucionar a contento: não seria fácil motivar os estudantes a se deslocarem até o "campus", numa manhã de sábado, em que não tem aulas, só para participarem de mais uma concentração. E mais difícil ainda seria, na manhã de ontem, informar a todos os estudantes que o local da manifestação havia sido mudado. Logo se eles aceitassem a idéia de transferir a concentração para o "campus", não se ficariam numa situação "humilhante" como dificilmente conseguiriam reunir um público que fosse ao menos razoável.

A VISITA NA MADRUGADA

Como até às três horas o vice-reitor ainda não havia recebido a resposta do DCE, foi o próprio reitor (já nomeado mas ainda não empossado) José Carlos Pinotti, quem compareceu pessoalmente à sede do DCE, chamando o presidente da entidade mais um representante estudantil para pariamentar dentro de um carro. Lá, reiterou o apelo para que a manifestação fosse transferida para o "campus", assegurando que daria todas as garantias para que os estudantes pudessem se manifestar livremente. E informou que no Palácio Iguaçu, em Curitiba, onde estivera à tarde para ser nomeado, havia muita preocupação com a movimentação estudantil em Londrina.

Pinotti, porém, também saiu sem uma resposta. Deixou seu telefone com Dias, para que este informasse -- "pode ligar a qualquer hora" -- a decisão do grupo. Só que Dias acabou não telefonando. Assim, ninguém foi avisado de que os estudantes haviam decidido "pagar para ver".

A decisão dos dirigentes do DCE, porém, não envolvia um choque direto com as forças policiais. Só encontrassem a praça ocupada pela PM, convocariam os estudantes a rumarem para a sede da entidade. E só se a Polícia ocupasse também aquele local é que iriam transferir a manifestação para o "campus".

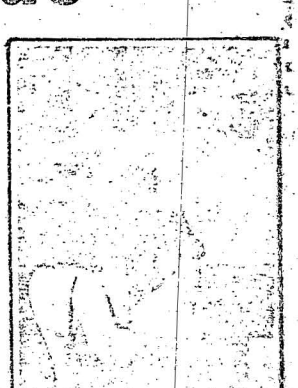
TUDO EM PAZ

Pela manhã, quando subiram, ainda tensos, em direção à praça, onde esperavam encontrar tropas de choque equipadas com escudos, capacetes e bombas de gás os dirigentes estudantis tiveram a primeira surpresa agradável das últimas 15 horas, encontraram apenas poucos guardas do Pelotão de Trânsito desviando o tráfego e uma viatura da RONE estacionada. A tropa de choque realmente [illegible] mobilizada, mas encontra[illegible] de prontidão no quartel da Rádio Patrulha.

Por volta das 10 horas, quando algumas centenas de estudantes já se concentravam na Concha Acústica o próprio coronel Mariano, em trajes civis, apareceu no local e destes as dúvidas assim que foi cercado por repórteres: disse que só iria interferir se os estudantes quisessem sair em passeata ou estabelecer um clima de tumulto. "Se for uma concentração pacífica e ordeira como a anterior -- explicou -- não interferiremos, pois também sabemos ser tolerantes e compreensivos".

BOATOS?

O comentário do coronel leva a crer que a informação que chegou ao Palácio do Governo em Curitiba e que motivou a ordem para que se impedisse a manifestação era a de que os estudantes efetivamente pretendiam promover um "enterro simbólico" do reitor, como assessores da Reitoria cimentavam sexta-feira à tarde. Essa idéia, porém, não passou da proposta feita por um estudante, numa das assembléias e rejeitada imediatamente pela maioria. Os estudantes entenderam que tal manifestação teria um cunho de "molecagem" e eles queriam manter uma imagem de seriedade para o seu protesto. O que, afinal, vem se entrar no mérito de sua causa, acabaram conseguindo. Ontem de manhã, na Praça 1º de Maio, houve até discurso de mãe de estudante, solidarizando-se com o movimento.



No fim tudo em paz

Fundação Univers

157

20 PSI PR

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

ANEXO Nº 09

PANFLETOS, RECORTES DE JORNAIS E FOTOGRAFIAS DA 2a. REUNIÃO NA CONCHA ACÚSTICA DIA 10.06.78.

Confidencial

PT 1030a-124

Questão estudantil em debate na Câmara

Afirmando que "enquadrar o estudante como subversivo e terrorista é coisa que só pode partir da cabeça de esquizofrênicos", o vereador Fiori Luiz, em pronunciamento feito da tribuna, na última sessão da Câmara Municipal, criticou violentamente o Código Disciplinar, que a Universidade de Londrina está tentando incorporar ao seu Regimento Geral. Também o vereador Sérvio Borges criticou a medida, dizendo que "ao final de sua arbitrária administração, o reitor Oscar Alves dá mais um presente a todos".

Sérvio Borges foi mais longe ainda ao afirmar que "nunca vi tanto cerceamento à liberdade, tanta repressão. Este código —enfatizou— é mais um abuso de poder, mais uma arbitrariedade. Existem fatos ainda mais estarrecedores que este, mas que nunca vieram a público". Respondendo aos dois oradores, o líder da bancada arenista, Renato Silvestre Araújo, foi bastante violento em seu pronunciamento, partindo para os ataques pessoais. De acordo com o vereador arenista, "o Código é necessário para que os corruptos que ali estudam sejam punidos".

Renato Araújo disse ainda que "o verador Sérvio Borges está recalcado com o Reitor Oscar Alves por não ter conseguido entrar para o corpo docente da Universidade". Ao final ele enfatizou que "não vou mais tolerar ataques ao reitor. Venho tolerando estes ataques baixos, rasteiros e covardes, dirigidos à Universidade e ao reitor Oscar Alves, mas não vou permitir mais isto".

FESTIVAL DE BARBARIDADES

Depois de classificar de "festival de barbaridades" o comando militar da Seleção Brasileira, os "gastos criminosos" com a disputa da Copa do Mundo, o aumento da aposta mínima da Loteria Esportiva, entre outras "barbaridades", Fiori Luiz ressaltou: "Como se tudo isso não bastasse, surge agora um fato novo na Universidade de Londrina que revolta qualquer cidadão que preze a liberdade. O Conselho Universitário, reunido desde a segunda-feira de manhã, vai aprovar o Regimento Interno da UEL, cujo Código Disciplinar, inserido no próprio regimento, conta com itens escabrosos, berrantes e grotescos".

Depois de citar alguns destes itens, o vereador afirmou com veemência: "É um regime de cerceamento da liberdade, uma autêntica ditadura. A Universidade não é campo de concentração. Chega de repressões, de distorções, de cercear a liberdade de expressão, de ação e de idéias. É hora de dar um basta a isto tudo. O estudante quer liberdade para pensar, mas essa é proibida; enquadrar o estudante com subversivo, terrorista repetiu —é coisa que só pode partir da cabeça de esquizofrênicos, e estes, infelizmente, não podem assumir postos de tamanha importância".

E, para finalizar, argumentou Fiori Luiz: "O tempo de Hitler já passou. O brasileiro gosta do Brasil. O brasileiro é patriota. O brasileiro quer viver, estudar, pensar, produzir. Vamos deixar os estudantes em paz. O Brasil precisa deles para o seu futuro. Ao invés de nos preocupar com o subversão estudantil, vamos nos preocupar com corrupção; essa é que gera tudo; ela é que deve ser exterminada".

DISCUSSÃO

Logo após Fiori Luiz, o verador Sérvio Borges foi à tribuna para elogiar o discurso do companheiro e, também, criticar a administração da Universidade local. Mostrando-se ofendido com o que dissera Borges, o líder da Arena na Câmara, Renato Araújo, procurou responder aos dois oradores e partiu para ataques pessoais contra Borges, acusando-o haver "cometido um crime nesta casa", referindo-se à divulgação do parecer contrário ao projeto lei que pretende outorgar o título de cidadania honorária ao reitor Oscar Alves. "Quem levou este parecer lá fora foi vossa Excelência", disse ele dirigindo a Sérvio Borges.

Logo que Renato Araújo deixou a tribuna, Sérvio Borges, que tentou aparteá-lo sem sucesso, dirigiu-lhe algumas palavras, o que acabou motivando uma discussão no plenário. A presidência dos trabalhos teve que intervir para que os dois encerrassem a "troca de gentilezas".

DESRESPEITO

O vice-líder da bancada emedebista, Paulo Sérgio Ferreira, foi à tribuna para criticar o pronunciamento de Renato Araújo e defender sua bancada. Ele disse ter estranhado bastante o discurso do líder arenista e perguntou "O que foi que o picou nobre verador? Foi a convenção do seu partido em São Paulo?" Depois acusou Araújo de ter "faltado com respeito ao Legislativo" e exigiu que o verador respeitasse a bancada majoritária na Câmara.

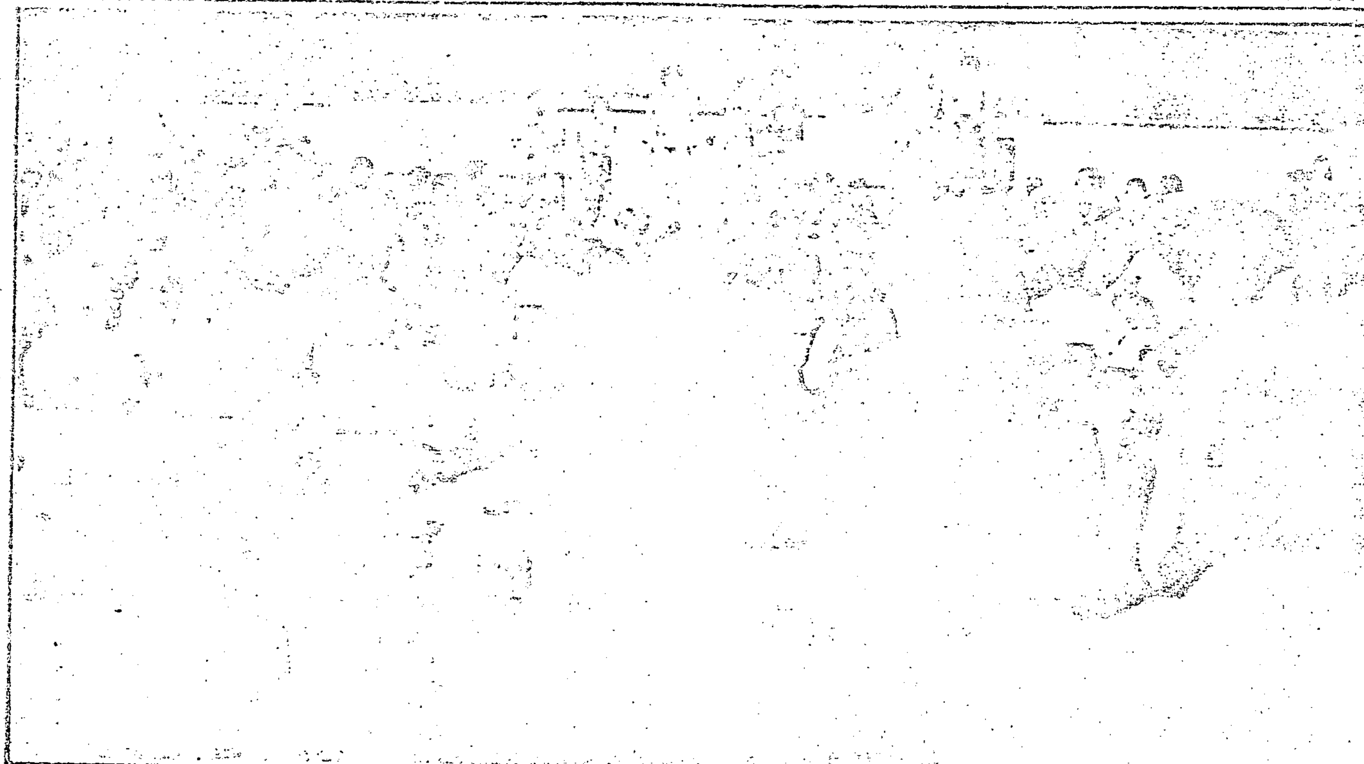
Segundo Paulo Sérgio, "o linguajar utilizado por Araújo em seu pronunciamento não é próprio para esta Casa, mas sim para esquinas e botecos. "Eu quero mais respeito nesta casa", enfatizou o vereador.

"A CAMPANHA COMEÇOU"

Quando tudo indicava que a sessão pudesse "descambar" para ataques pessoais, de um verador para outro, o arenista Carlos Kito pediu a palavra e, surpreendentemente, fez um pronunciamento pedindo "mais harmonia para que seja possível a resolução dos problemas desta cidade". De início, Kito fez uma declaração que, inclusive, motivou risos no plenário: "É, a campanha eleitoral já começou", disse ele tranquilo e pausadamente. E completou: "Agora é paulada daqui e paulada dali".

Depois de argumentar que "essas críticas não levam a nada e nem resolvem os problemas de Londrina", Carlos Kito apelou para que os demais vereadores procurassem, "com a cabeça fria, discutir os projetos que tramitam nesta casa". Pediu em seguida que houvesse "um pouco mais de respeito parlamentar e lembrou que "esta casa se conduziu espetacularmente em 77".

PT 1030a - 124



Os estudantes fizeram duas assembléias ontem e farão uma nova hoje pela manhã

Estudantes realizarão amanhã nova manifestação na Concha

Em duas assembléias realizadas ontem - uma de manhã e outra à tarde — no "pinicão" (o salão do Centro de Ciências Biológicas), os estudantes da Universidade Estadual de Londrina decidiram, entre outras coisas, realizar, amanhã — dia em que Oscar Alves deixará a Reitoria - um novo ato público na Concha Acústica, durante o qual se fará um relato de sua administração segundo a ótica dos estudantes. Ainda ontem, todos os internos residentes do Hospital Universitário — inclusive os do Pronto Socorro — resolveram aderir à greve, atitude que havia sido tomada anteriormente apenas pelo pessoal do 10º, 11º e 12º períodos. Agora, os casos de extrema urgência estão sendo atendidos pelos próprios professores.

Ao todo, continuam em greve alunos de 12 cursos da UEL, que hoje, a partir das 8h30m, também no "pinicão", realizarão uma nova assembléia que tem como pauta central, a discussão sobre como se dará o prosseguimento da luta a partir de amanhã.

Nas assembléias de ontem, os estudantes decidiram também enviar uma moção de repúdio a alguns professores do CESA - Centro de Estudos Sociais Aplicados, "que estão impedindo seus alunos de saírem das salas para participarem das assembléias", e que, para tanto, "estão inventando provas na última hora com o objetivo de reter seus alunos". Além disso, alunos do período noturno estão organizando boletins informativos, "no sentido de engajar na luta o pessoal da noite". Os cursos que ainda continuam em greve são os seguintes: Engenharia, Agronomia, Veterinária, Psicologia, Biologia, Biomédicas, Odontologia, Farmácia e Bioquímica, Enfermagem e Comunicação, além dos internos e residentes do Hospital Universitário.

Reitor conclama professores a não dispensarem as aulas

Um ofício-circular, assinado pelo reitor Oscar Alves, está sendo distribuído a todos os professores da Universidade, observando que nenhuma unidade da instituição pode deixar de executar suas atividades e conclamando os membros do corpo docente a não abandonarem as aulas em função da greve decretada pelos estudantes.

Num tom de apelo, o reitor, no ofício circular, "manifesta sua confiança de que, acima dos deveres derivados da relação do trabalho, não faltará o necessário espírito de colaboração de seus professores".

O texto integral do documento é o seguinte:

"Considerando o movimento estudantil deflagrado pelo Diretório Central de Estudantes, visando à ausência coletiva às aulas nesta Universidade,

"Considerando que os efeitos de tal movimento contrastam fundamentalmente com o compromisso e a responsabilidade da Universidade de propiciar condições para que todos, indistintamente, possam exercer o direito de frequentar as aulas e cumprir as demais atividades acadêmicas

Considerando que a universidade como um todo institucionalizado não pode omitir-se, em qualquer de seus níveis de autoridade e responsabilidade, no propiciamento das condições referidas

Vimos, através do presente ofício-circular, e em razão da decisão nesta data tomada, em reunião extraordinária, pelo Egrégio Conselho de Administração, tornar expresso a V.Sa. o seguinte.

I. A nenhum pretexto poderão as unidades e sub-unidades universitárias deixar de dar cumprimento às obrigações assumidas para com os alunos, no tocante à execução de todas as atividades inerentes ao ensino a que eles têm direito.

II. A todos nós, integrantes de todos os escalões hierárquicos da Universidade, ocorre o dever de cumprir e fazer cumprir as disposições legais, estatutárias e regimentais vigentes, único meio para se atingir os objetivos a que se propõe a própria instituição.

III. O ensino, como objetivo maior da Universidade, deve sobrepairar a todo espécie de questionamento, individual ou coletivo, e, assim se manter a salvo de qualquer injunção a ele estranho.

IV. Por princípio de conduta, a Administração da Universidade confia em que, acima dos deveres derivados da relação de trabalho, não faltará o necessário espírito de colaboração de seus professores, agentes primeiros na consecução dos ideais da comunidade universitária para que as metas preconizadas sejam efetivamente alcançadas.

Nessas condições e de se esperar acolhimento às presentes considerações, que seguramente redundarão em resposta efetiva ao compromisso assumido por todos nós"

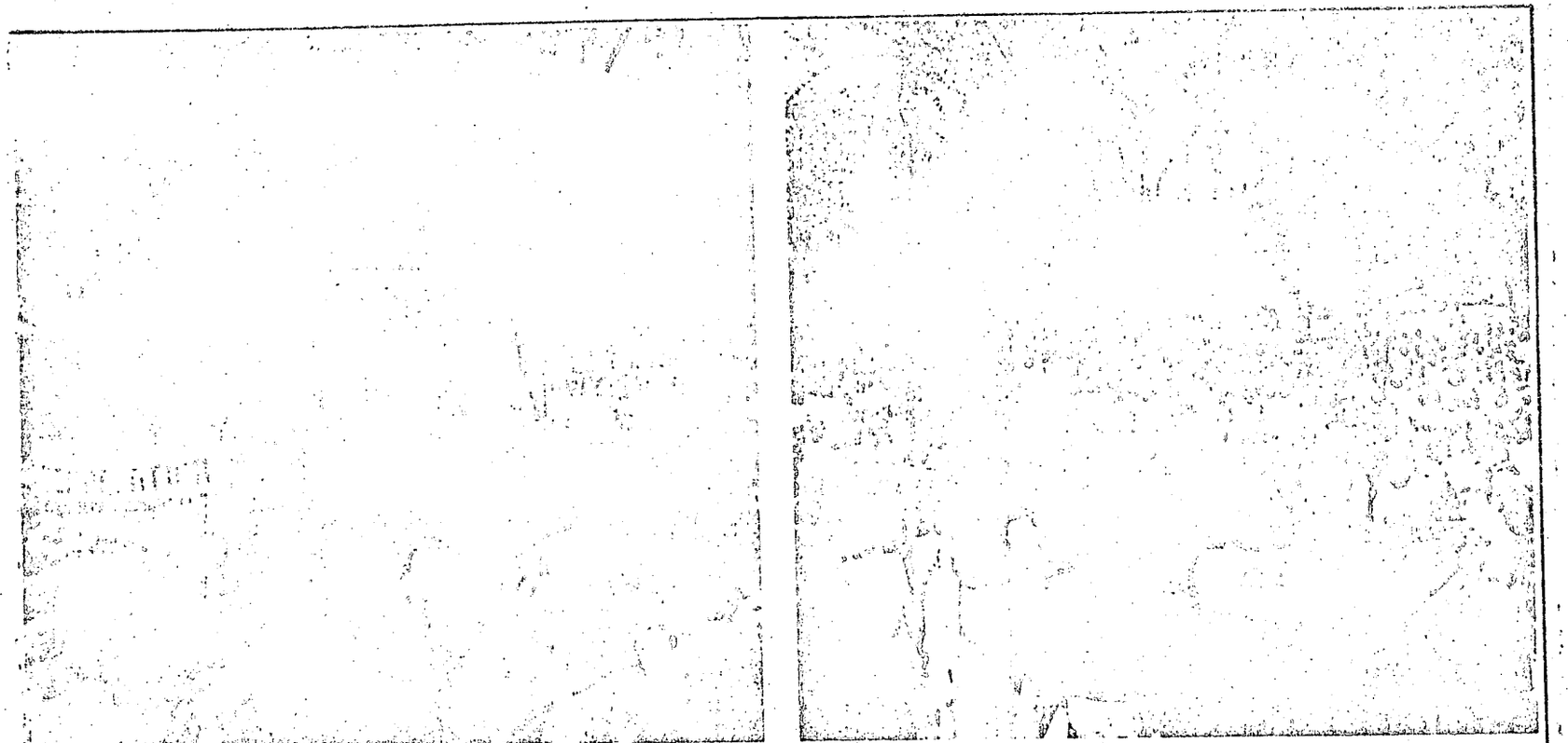
Sabe-se que, nos últimos dias, contrariando a orientação da Reitoria, muitos professores têm feito "vista grossa" à atuação de alunos que se retiram das salas de aulas para participar de manifestações. Outros não só ignoram a saída de alunos, como fazem questão de deixar claro que não fazem qualquer objeção a que devem efetivamente a classe e até os estimulam, manifestando suas simpatias para com o movimento contra a reforma do Regimento Geral.

PT 1030a 124

O JORNAL DO PARANÁ

junho de 1978 | Diretor-proprietário: João Milanez | ano 31 / n. 7906 | Terça a sábad
Assinatura: Cr$ 1.000 (L

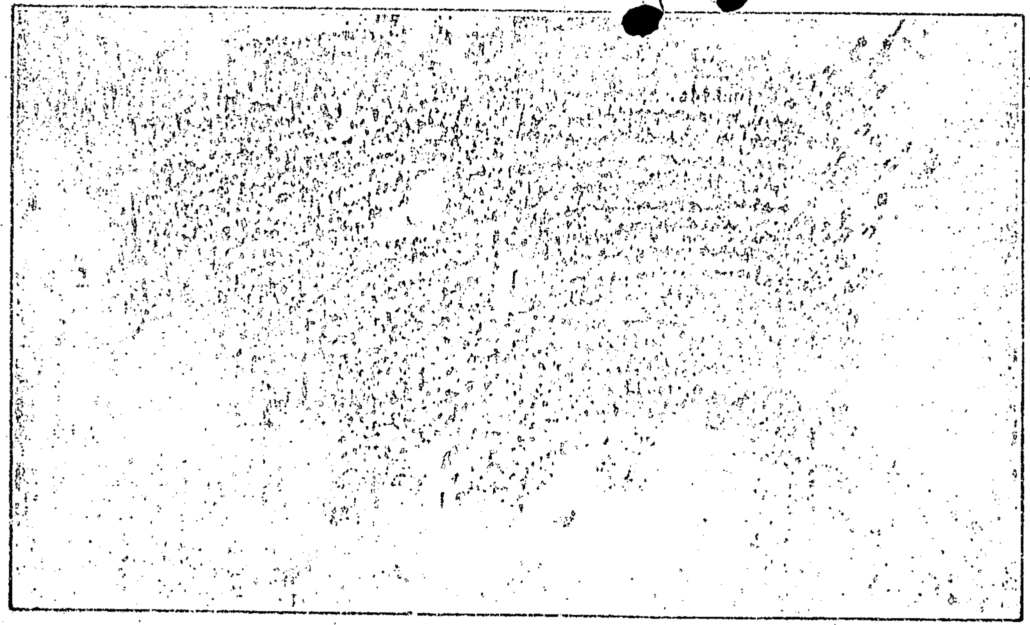
COUTINHO PODERÁ



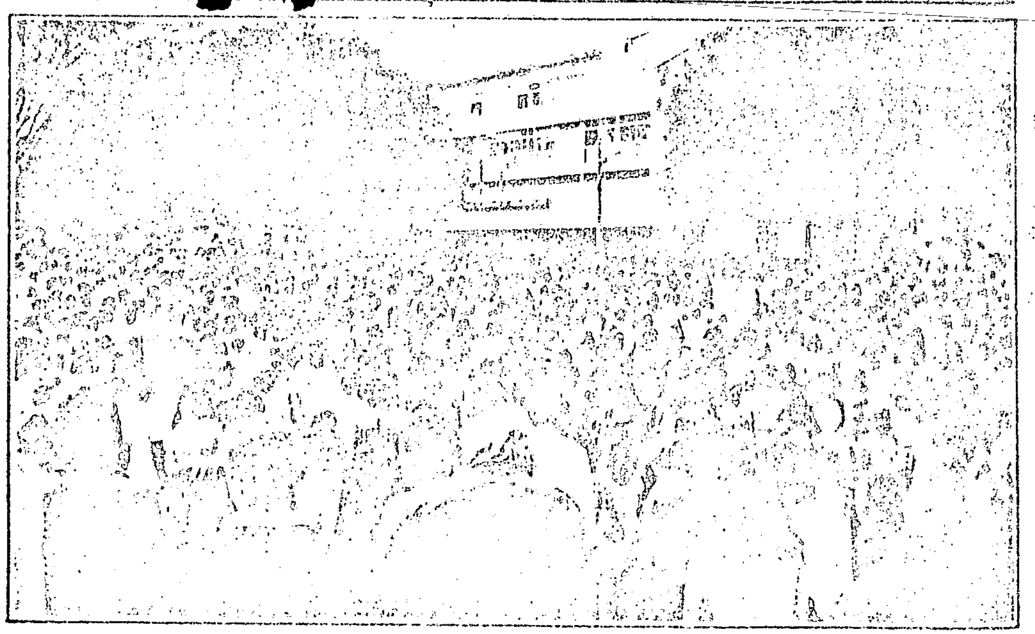
CONTRA CODIGO DISCIPLINAR

Pacificamente, com a Polícia apenas observando, estudantes ocuparam ontem pela manhã a Praça 1o. de Maio, em Londrina, e fizeram ali, uma manifestação (v. fotos) contra a aprovação do Código Disciplinar da Universidade. À tarde e à noite as aulas foram suspensas na Universidade, por decreto da Reitoria, com base na orientação do Governo Federal em vista da realização do jogo do Brasil na Copa do Mundo. A Universidade, em nota oficial, que está na página 3, explica a aprovação do Código Disciplinar. Na página 5 a manifestação dos estudantes.

PT 1030a. 124



Os estudantes repetiram ontem um fato que há muito tempo não se via: a Praça Primeiro de Maio lotada para uma manifestação pública



Para encerrar, voltados para a Bandeira do Brasil hasteada defronte à SEC, os estudantes entoaram o Hino Nacional

Na praça, os estudantes

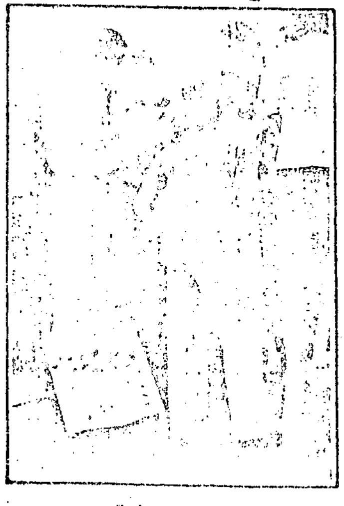
Estudantes de diversos áreas da Universidade de Londrina lotaram ontem a Praça Primeiro de Maio, para a realização de um ato público, como forma de protesto pela introdução do Código Disciplinar no Regimento Geral na instituição. O ato durou exatamente uma hora — tempo necessário para a leitura das moções de apoio e solidariedade recebidas pelos estudantes, da carta aberta à população (lida em coro), discursos dos deputados Alvaro Dias e Antonio Del Ciel, do professor Dino Zambenedetti e alguns estudantes, bem como para cantar os hinos da Independência e Nacional.

As 10 horas, estudantes já começavam a se concentrar no local da reunião. Mas poucos minutos depois, muitos outros chegaram em caravana de carros procedentes do "campus", portando faixas e cartazes: "Queremos opinar"; "Querem tirar nossa liberdade"; "Chega de arbítrio"; "Fim à prepotência da FUEL"; "Precisamos de verbas"; "Apoiem a nossa greve".

Em poucos minutos, os longos bancos estavam inteiramente ocupados pelos estudantes, que começavam também a se espalhar por trás e em torno, tomando todo o "miolo" da praça, sob os olhares curiosos dos moradores dos prédios das vizinhanças, alguns dos quais jogaram papel picado, que o vento, porém, levou em outra direção, sem que os estudantes nem percebessem o fato.

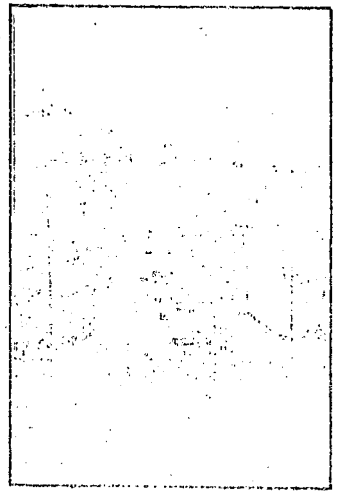
APLAUSOS PARA OS GUARDAS

O primeiro comunicado da mesa, às 10h15m, foi recebido com aplausos: soldados do Pelotão de Trânsito da cidade haviam se postado na avenida Rio de Janeiro e defronte ao Centro de Saúde para desviar o tráfego. O megafone estava um pouco baixo, mas isso não impediu que os estudantes ouvissem tudo que lhes foi dito. A começar pela explicação da mesa que o ato público foi resultado



Cada um se acomodou

Quem não queria perder nada



Caravanas de carros lotadas de estudantes

manter o estudante calado, omisso, sem voz e sem vez, com oportunidade para fazer prevalecer o arbítrio sobre a lei, a prepotência sobre a democracia — todos simples escravos, submissos à vontade dos senhores todo poderosos". Conclamou os estudantes a não transformarem esta em uma luta isolada, mas engajada na Frente Ampla pela Democratização do país. A mesma que, no seu entender, "deve servir como ponte para que atravessemos o rio do arbítrio para a margem de lá, representada pela democracia e pela liberdade".

SEM MOCINHOS

Por sua vez, Antonio Del Ciel afirmou que o ex-ministro Ney Braga, "futuro interventor do Paraná", traiu o Estado ao deixar de federalizar suas Universidades, exemplo que foi imitado por seu bom genro, que traiu os professores, os universitários e o próprio povo londrinense". Disse que "se Ney tem o 477, seu genro, para comungar com ele, instituiu o Código Disciplinar".

E fez um apelo: "Não, Oscar, chega de atropelos semelhantes ao que Ney impôs ao Paraná em tempo não muito distante". Lembrou que tempos atrás fez um pronunciamento da tribuna da Assembléia Legislativa na qual acusa o ex-ministro Ney Braga. Como resposta de um arenista ouviu que ele nunca utilizou o 477 em sua administração. "Tempos atrás o próprio Passarinho também disse isso. Nessa história não tem mocinhos são todos bandidos: se um o criou, outro conviveu com o decreto". Por fim Del Ciel observou que "a História contará e dará valor a essa resistência, criada para combater o arbítrio". E foi incisivo. "Enquanto vocês lutarem por seus direitos, não poderão ser cassados por Oscar, nem por autoridades". E expressou sua esperança de que o próximo reitor da Universidade de Londrina

163

EDIÇÃO LEAC

EDITORIAL/POLÍTICA

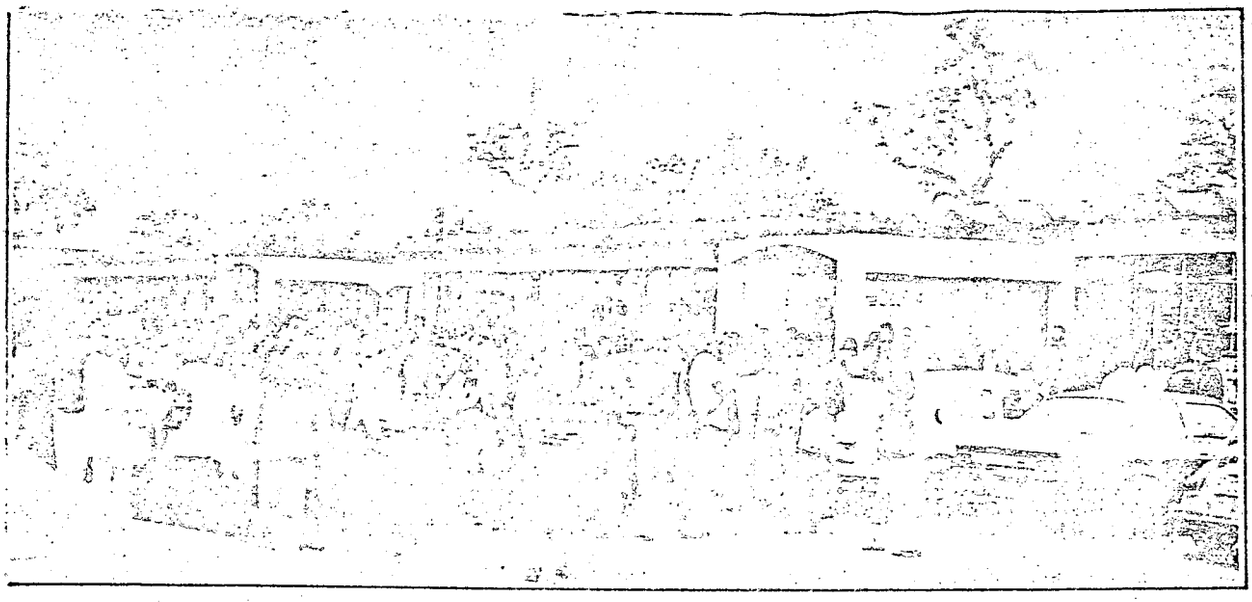
PROVA DE MATURIDADE

Independente das razões que tenham levado os estudantes à praça pública em Londrina, pela primeira vez em 10 anos, o que ressalta da questão é o fato de ter havido uma ordeira manifestação, sem violência, sem aparato policial e sem disturbios. E isto se deve, sem dúvida, não só aos manifestantes em si, mas às próprias autoridades, que agiram da maneira acertada, contribuindo até para manter a ordem, evitando assim que os ânimos pudessem se acirrar ou que a manifestação desse oportunidade a qualquer tipo de desordem, danosa à ordem pública.

Este episódio pode ser comparado a outro, que vem ocorrendo em São Paulo, onde uma série de paralisações de serviço tem acontecido, em várias empresas, sem que haja desordens, prisões, choques, nada a alterar a ordem pública. Lá, como se pode observar do comentário do ministro Arnaldo Prieto, isto se deve mais à ação dos empresários que não pediram ajuda à policia, nem quiseram solucionar violentamente a questão, apesar da decisão judicial que considerou ilegal a greve. Mesmo assim, preferiu-se o dialogo e aos poucos o problema vai sendo superado, sem deixar qualquer marca a lamentar.

Diz-se que muitas vezes tais manifestações, especialmente as estudantis, são forjadas precisamente para provocar desordens. Se tal é o escopo, nada melhor do que agir como agiu a autoridade em Londrina: não aceitar qualquer provocação, não considerar a simples realização do encontro como algo provocativo, e, apenas, cuidar para prevenir eventuais problemas. Ontem os estudantes se reuniram, falaram, deram sua opinião, discutiram o assunto e foram embora. Tivesse havido qualquer tentativa de evitar a manifestação, ou uma ação mais direta contra os manifestantes, é certo que, hoje, o episódio teria se transformado em fato de repercussão nacional, com completo comentário pela imprensa e as indefectiveis manifestações contra a violência da autoridade. Como não houve nada qualquer eventual intuito no sentido de tumultuar a ordem acabou sepultado.

..O episódio é auspicioso, e pode ser indicativo de uma nova e bem mais adulta maneira de encarar os problemas comuns a uma sociedade em desenvolvimento. Veja-se o exemplo de São Paulo: legalmente, as greves estão condenadas, o que, por si só, poderia dar condições a que as autoridades interviessem de maneira até drástica. Como, porém não tem havido violência como não há qualquer desordem, o movimento atinge seus objetivos. Em Londrina algumas centenas de estudantes foram à praça, falaram, ouviram, manifestaram seu descontentamento e foram embora, esgotando-se a manifestação em si próprio. Um acontecimento digno de registro, mostrando a autoridade mais amadurecida, e, por isto, melhor preparada para sua importante tarefa de manter a ordem, e não de, como muitas vezes acontecia, fomentar ainda mais desordem ao agir violentamente.

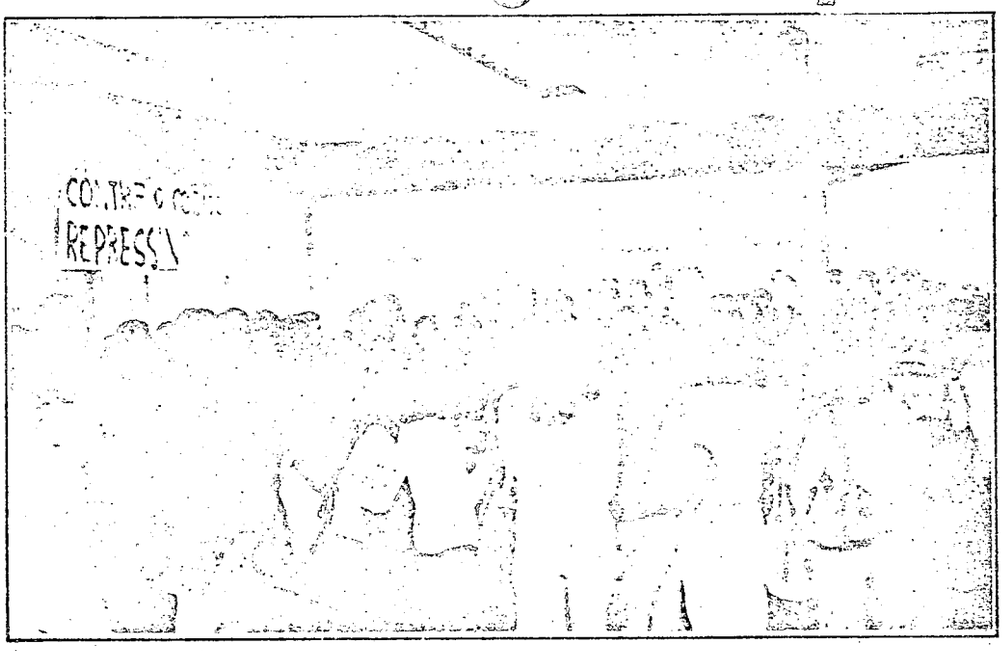


LONDRINA Folha de Londrina 6/6/78

Estudantes entram em greve contra o Código Disciplinar

Alunos de 7 cursos da Universidade de Londrina, bem como os que atuam no Hospital Universitário, inclusive residentes e internos, declararam-se em greve ontem à tarde, por tempo indeterminado, em sinal de protesto contra a votação, iniciada ontem, das reformas no Regimento Geral da Instituição. Através das reformas pretende-se incluir no documento um Código Disciplinar ao qual ficarão sujeitos tanto os alunos como os professores e funcionários. Ontem à tarde, informalizava-se que também professores estavam se movimentando no sentido de se reunirem para fixar posição em torno do problema.

Os alunos que se declararam em greve ontem são todos do Centro de Ciências Biológicas: Bioquímica, Psicologia, Biomédicas, Odontologia e Enfermagem, bem como os dos cursos básicos de Veterinária e Medicina. No Hospital Universitário, decidiu-se que, a partir de hoje, serão paralisados todos os serviços, com exceção dos setores assistenciais de urgência – Pronto Socorro e exames bioquímicos.



No Centro de Ciências Biológicas, a reunião de estudantes

NOVAS REUNIÕES

Além da reunião de professores, anunciava-se ontem à tarde que estava sendo preparada, para a noite, uma reunião conjunta dos alunos do Centro de Ciências Humanas e do Centro de Estudos Sociais Aplicados, também para tomar posição em relação ao caso, enquanto no Centro de Tecnologia eram realizadas consultas para se definir se haveria ou não adesão à greve. Dirigentes do DCE, por lado, estavam organizando uma comissão para manter contatos com os professores que iriam se reunir ontem à noite para analisar a situação.

NÃO AGRADOU

Sabe-se que entre os professores houve também muito descontentamento com as reformas anunciadas no Regimento Geral da Universidade. Ontem pela manhã, alguns professores comentavam com alunos que haviam sido alertados no sentido de que seriam severamente punidos aqueles que registrassem presença para alunos que deixassem as aulas a fim de participar da manifestação.

PASSEATA E CONCENTRAÇÃO

Mesmo com essa restrição, centenas de alunos, atendendo à convocação do DCE concentravam-se, a partir das 8h30m, diante do salão do CCB, de onde marcharam em passeata até a Reitoria, onde o Conselho Universitário se reunia para iniciar a votação das reformas. Entoando paródias de músicas conhecidas, com letras adaptadas para abordar a questão do Código Disciplinar, bem como levando cartazes, os estudantes marcharam os 200 metros que separam o CCB da Reitoria, concentrando-se à porta.

Os estudantes permaneceram durante toda a manhã no local, discutindo tópicos do Código Disciplinar e cantando músicas com letras adaptadas. De vez em quando um dos dois representantes estudantis que participavam da reunião do Conselho Universitário saía para levar informações até os manifestantes. Assim eles ficaram sabendo que a reunião iria se prolongar durante todo o dia, pois iria ser feita a votação, item por item do longo documento. Eles levaram também a informação de que apenas 6 dos 35 integrantes do Conselho haviam se manifestado por um adiamento da votação, para permitir melhores estudos, pois discordavam da orientação adotada.

O número de estudantes que participavam da votação variava em função dos horários de provas: muitos estudantes, permaneciam até o horário da início de uma prova, quando se retiravam, enquanto outros, à medida em que iam encerrando suas provas, rumavam para o local da manifestação.

40 REFEIÇÕES

Os membros do Conselho não se retiraram nem para o almoço; por volta do meio dia a Reitoria mandou buscar no Restaurante Planalto 40 refeições para serem servidas aos conselheiros, que em seguida iriam retomar os trabalhos. Os estudantes, porém, afastaram-se para almoçar. Quando retornaram, encontraram um a escavação feita no local onde se reuniam; como além de escavarem o chão os operários da Universidade haviam despejado água no local, formou-se ali um lamaçal que dificultava a concentração. Por isso, os estudantes, à tarde, decidiram transferir a manifestação para a "pinicão", que é como eles chamam o salão do Centro de Ciências Biológicas.

HOJE, NOVAMENTE

Como a votação continua hoje, eles marcaram nova concentração, a partir das 8h30m, no mesmo salão onde pretendem continuar se manifestando até o final dos trabalhos. Ontem, não houve qualquer problema com os órgãos de segurança da Universidade, salvo a presença de elementos que se preocupavam em fazer fotos dos participantes da manifestação.

DT 1030a-124

FUNDAÇÃO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

Nota Oficial

ESCLARECIMENTO À COMUNIDADE

Novo Regimento atenua o sistema disciplinar

Fiel aos seus objetivos, vinculada ao meio em que se consolidou, a Universidade de Londrina é hoje uma estrutura organizada, reflete o sistema do qual é uma das mais operosas unidades. Sua legislação básica, além de normas federais, é o Estatuto e o Regimento Geral.

No início de 1977 em sua plena evolução uma Comissão designada pelo seu Conselho Universitário recebeu uma incumbência da mais alta importância visando a uma reforma dos dois documentos básicos referidos.

Em 27 de outubro de 1977, a primeira fase deste trabalho foi concluída, obtendo a instituição o seu novo Estatuto, em plena vigência agora. O passo seguinte, a elaboração do novo Regimento Geral, foi imediatamente seguida de uma série de consultas, junto aos Centros, aos Departamentos e docentes, dos quais foram recolhidos sugestões que refletiam as efetivas necessidades institucionais. A redação do documento foi completada e desde esta data está em plena vigência, após sua aprovação hoje pelo Conselho Universitário.

A nova redação do Regimento Geral foi motivo de intenso noticiário do qual tomou conhecimento a comunidade, principalmente em função de um dos seus títulos, o Regime Disciplinar. A celeuma levantada em torno do assunto, impediu que se tomasse conhecimento de um aspecto da mais alta importância, pois no Regimento vigente até a data de ontem, em seu artigo 167, parágrafo único, transcrevia **ipsis verbis** o Decreto Federal nº477. Do novo Regimento Geral foram escoimados os dispositivos deste diploma legal.

A reforma do Regimento, no entanto, se fez muito menos por qualquer necessidade de impor um regime disciplinar do que pela imprescindibilidade de substituir por um documento legal mais amplo, reestruturando o anterior falho e omisso em pontos essenciais e que prejudicava a administração universitária e também o desempenho das atividades acadêmicas, impedindo desta forma o pleno desenvolvimento da instituição.

Além do mais, o documento estava desatualizado e em descompasso com o efetivo crescimento da Universidade, principalmente após a reforma do Estatuto, no final de 1977.

O Regimento Geral anterior representava quando foi editado, uma proposta para uma universidade que apenas começava: Sendo a sua operacionalidade atual mais exigente e que indicava a própria necessidade de ajustamento aos padrões de uma comunidade universitária que hoje abrange mais de 10 mil pessoas.

O novo Regimento representa uma conquista institucional e, através de sua aprovação, a Universidade de Londrina consolida o modelo mais avançado a que chegou, no contexto universitário brasileiro.

Uma dos grandes metas alcançadas, procurada desde o início da atual gestão foi devolver aos Centros e Departamentos, bem como adjudicar aos Orgãos Suplementares, parcela de autoridade responsabilidade e atribuições no âmbito de sua atuação que lhes tinham sido subtraídas pelo Regimento anterior, transformando os diretores de Centros, nas queixas gerais dos mesmos em pouco mais que secretários, os chefes de Departamentos em figuras despidas de qualquer iniciativa ou ação administrativa e os Diretores de Orgãos Suplementares em pessoas sem funções no controle e participação nas atividades acadêmicas, que justificassem ao menos a importância dos seus organismos.

Somente este ponto, agora corrigido, justificaria uma mudança regimental.

Dentre outros títulos de grande importância, não sendo todavia o de maior transcendência, a Universidade normatizou aspectos disciplinares, referentes a funcionários técnico-administrativos professores e estudantes, de sorte a criar instrumental atualizado e suficientemente flexível para as novas condições vigentes na Universidade - hoje um ambiente de trabalho intenso, voltado para a formação de nossos jovens. As novas normas agora instituídas, apresentam-se bem mais brandas e menos subjetivas que o sistema anteriormente vigente consagrava.

Aspecto importante é o de se assegurar o amplo direito de defesa por infração disciplinar de professores e funcionários e de recurso às instâncias universitárias superiores. Neste sentido, uma forma mais atenuada de punição para os funcionários do que a da legislação trabalhista.

Outra abertura foi a adoção da possibilidade de se apagar o registro de punições aplicadas aos membros da comunidade universitária, decorridos 4 e 5 semestres de sua imposição, conforme a pena.

Há que ressaltar pois que o sistema agora implantado é mais suave em relação aos estudantes, do que quanto a funcionários, o que no sistema anterior era tratado sem diferenciações.

A proposta da Comissão instituída em 1977 foi acolhida, debatida, modificada nos aspectos que o Conselho Universitário julgou necessário, num clima de respeito à inteligência e dignidade humana, próprio do organismo, que congrega representações do corpo docente, discente e da comunidade. Clima típico de um órgão que é soberano, extremamente cioso e zeloso com respeito às decisões que afetam a vida universitária e dos seus fins educacionais.

O Conselho Universitário, por soberano, não dobra a cerviz e em nenhum momento se intimida ante pressões de grupos e interesses minoritários que, excusamente, procuram ludibriar a boa fé de jovens e, lamentavelmente, até da desinformação de alguns professores para a consecução de seus intentos.

Ao Conselho Universitário, e só a ele, competia e compete apreciar e decidir sobre os assuntos estatutários e regimentais, em última instância. Isto porque este Conselho em si resume a Universidade e a Comunidade. É a reunião da maioria, voltada para os superiores interesses da causa pública tantas vezes conspurcada pelos que tem meros interesses eleitorais e que esquecem a saúde e a educação do povo, bem como daqueles cuja mente já foi há muito deformada e atrelada a superadas correntes ideológicas ou que, por falta de um mínimo lastro de experiência e informação, se excitam com uma visão anarquica da sociedade.

A ciência a educação e a aprendizagem se criam e se processam num ambiente de motivação intelectual, onde a crítica se faz para construir, para explicar e dimensionar o mundo que desejamos. E isto que a Universidade de Londrina tem oferecido à comunidade, através do ensino da pesquisa e da extensão.

Atuando, altaneira, em favor da sua comunidade, ao mesmo tempo ofereceu às demais Universidades brasileiras um conceito novo de educação e trabalho universitário, onde o Reitor, os Diretores de Centros, os funcionários e docentes são operários intelectuais, junto dos quais os estudantes diligentes, a grande maioria realmente interessada, encontram ambiente propício a sua formação e à própria continuidade dos lares londrinenses.

167

CARTA ABERTA A POPULAÇÃO

Nós, os estudantes da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, vimos através desta carta aberta participar toda a população dos graves problemas por nós enfrentados.

Há 4 anos a administração da FUEL vem se caracterizando por atitudes que violam os elementares direitos dos estudantes e professores no que se refere a liberdade de organização e expressão, empreende a mais drástica / de toda a história da nossa Universidade, procurando impor um novo regimento interno, acompanhado de um código disciplinar. Ambos vêm cercear a pouca liberdade que temos. Esse novo regimento está dirigido não só a estudantes, mas também a professores e funcionários, nos seguintes aspectos:

1 - jubilamento após 4 reprovações consecutivas, numa mesma matéria;

2 - suspensão preventiva: o "acusado" é culpado até prova em contrário;

3 - proíbe críticas a FUEL e a distribuição de publicações sem a prévia/ autorização da Reitoria;

4 - proíbe reuniões de estudantes na Universidade.

Devido a esses fatos, estamos em Assembléia Geral permanente desde sexta feita passada.

Em sinal de protesto e repúdio colegas de 11 cursos: Medicina, Odontologia, Enfermagem, Farmácia Bioquímica, Biomédica, Psicologia, Biologia , Veterinária, Agronomia, Engenharia estão oficialmente em greve, somando-se a eles as greves parciais de outros centros como: CCA, CCE e CCH.

Relevando a importância da participação comunitária do meio estudantil, uma vez que a comunidade é a legítima proprietária da nossa Universidade e, levando em consideração que os futuros universitários são membros dessa comunidade, como nós estarão sujeitos as arbitrariedades impostas por este novo regimento, que está sendo aprovado por um Conselho indicado pelo Reitor, onde temos apenas 2 representantes.

Por isso, pedimos o apoio da população para que possamos resistir a essa arbitrariedade e continuar com a luta por uma Universidade LIVRE, ABERTA e DEMOCRÁTICA.

MOÇÕES DE APOIO E SOLIDARIEDADE

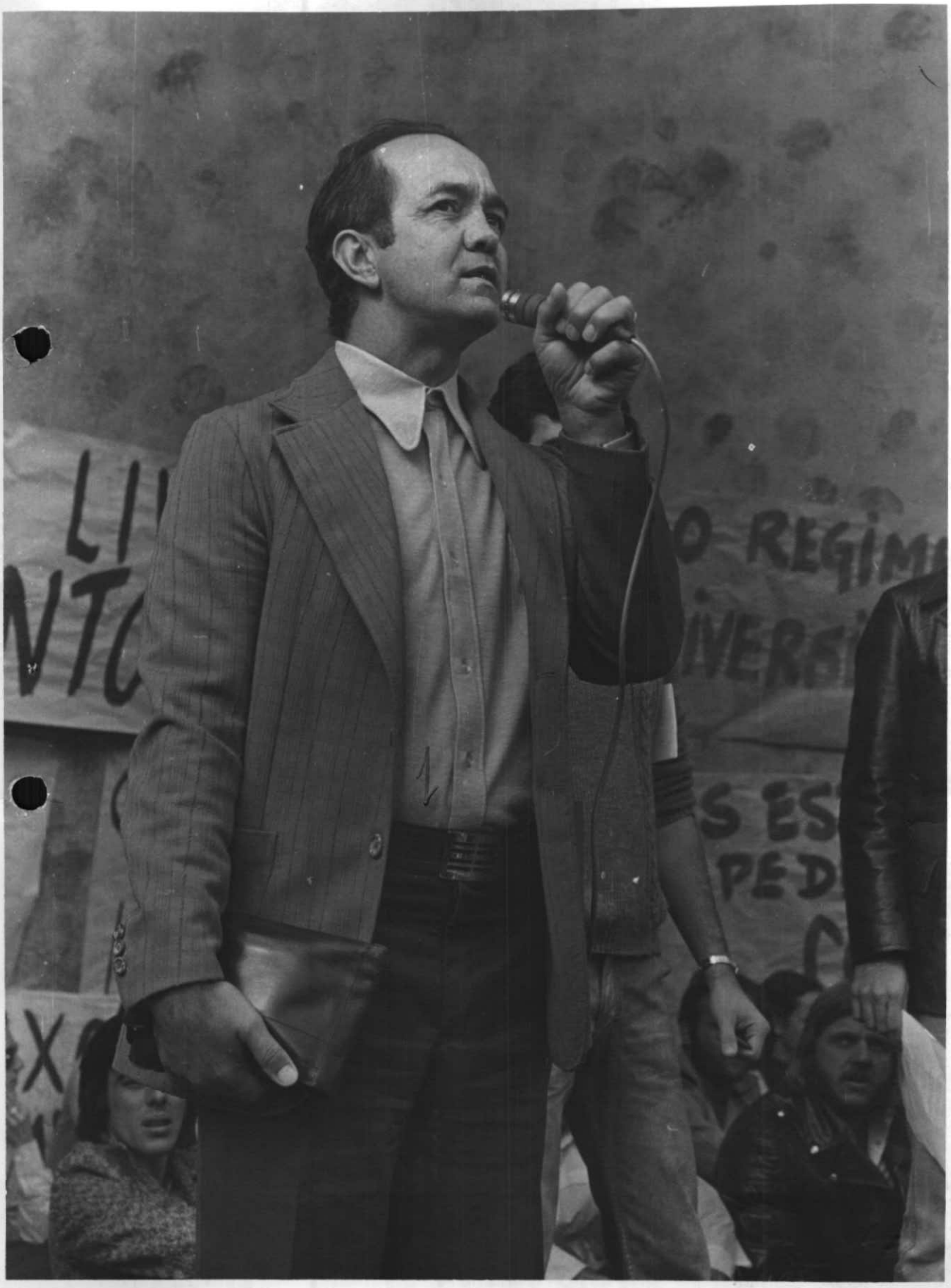
Os professores da FUEL, decretaram Assembléia Geral permanente desde segunda-feira, para lutarem contra o regimento, ao mesmo tempo que hipotecaram total e irrestrito apoio a nós. Outras pessoas nos mandaram moções / de solidariedade; AMEREL (Associação dos Médicos Residentes de Londrina) Dr. Tsutomu Higashi; Senador Marcos Freire (MDB-PE); Deputado Federal Olivir Gabardo; Dalmo Dalari (da Comissão da Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo); Joviniano Neto (Sociólogo); Márcio de Almeida / (Secretário da Saúde); Eduardo Baldijão (Conselheiro e Secretário da Associação dos Docentes da USP) e Associação dos Professores Licenciados / do Paraná.

NÃO SE OMITA!
Sua posição é da maioria. Sua palavra é muito importante e mostrará o caminho que todos seguiremos.

Estudantes da Fuel

INFORMES SOBRE REUNIÕES
- às 10 00 horas Concha Acústica
- às 16:00 horas Pinicão (CCB)

PT 1030a. 124



PT 1030a.124

Reunião na C. Acústica no dia 07/06/78

1. Nilson Monteiro Menezes

PT 10300a. 124

20P3/PR

138

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
ASSESSORIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES
Gabinete do Reitor

ANEXO Nº 02

FOTOGRAFIAS DA PASSEATA NO CAMPUS EM 05.06.78

Confidencial

PT1030a. 124

2 Carlos Arruda

Passatempo Campus em 5/6/78

J. Carlos Arruda

PT 1030 a. 124

140

Passeata no Campus

05/6/78

PT1030a.124

Passada em 05/6/78 - Campus

X. Eduardo Primentel

PT 1030a.124

Passata no Campus em

05/6/78

PT 1030a. 124

1/3

Pesquisa no Campus em

05/08/78

1 - Marco Antonio Fabiani

PT 1030a. 124

QUEREMOS
LIBERDADES
UNIVERSIDADE LIVRE
PRECISAMOS
DO APOI
QUEREM TIRAR
EMOCRÁTICA
PRECISAMOS
DE
VOCÊ
ABAIXO
O
REGIMENTO

Riunioni C. Audizion. 1016/78

PT 1030 a. 124

CHEGA
DE
ARBITRIO

Reunião na C. Aústica em 10/6/78

PT 1030a. 124

1- Dino Zambonedetti

PT 1030a. 124

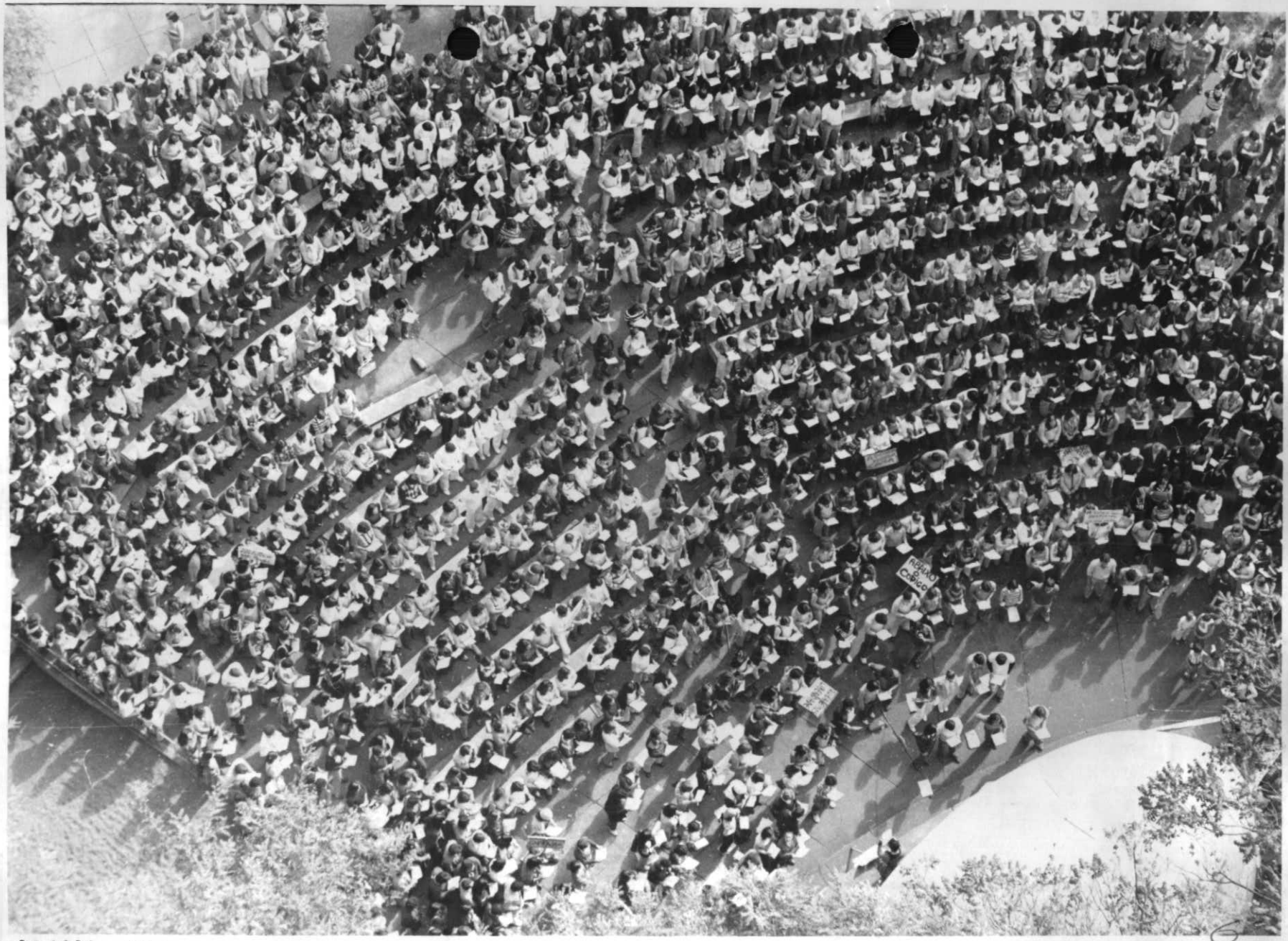
REIVINDICAÇÕES DE
NAVEGANTES
LUIZ CARLOS PRESTES
HOMENAGEM DOS

SAUDA
PRESTES

PT 10309.124

9

PT 1030a·124



PT 1030a.124

Reunião Concha Acústica 7/6/78

PT1030a 124

PT 1030a . 124

Reunião do dia 7/6/78 na C. Acústica

1 - Elódio Gonçalves Neves

APOIE
NOSSA
GREVE
ABAIXO
O
APOIEM
NOSSA

Reunião na C. Acústica no dia 7/6/78

ABAIXO
POR UMA
M TIRAM
SSA
RDE

Reunião na C. Acústica no dia 07/06/78.

1- Fábio Caldas de Nesquita
2- Carlos Augusto Dias
3- Clóvis Gonçalves Neme

PT 1030a-124